



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESPÍRITO SANTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MONNIQUE GREICE MALTA CARDOSO

**EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁTICA HISTÓRICA E SOCIAL NA LUTA DOS
ATINGIDOS POR BARRAGENS DO ES**

VITÓRIA

2023



Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

MONNIQUE GREICE MALTA CARDOSO

**EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁTICA HISTÓRICA E SOCIAL NA LUTA DOS
ATINGIDOS POR BARRAGENS DO ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, na Linha de Pesquisa: Educação, Formação Humana e Políticas Públicas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Edna Castro de Oliveira.

VITÓRIA

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MONNIQUE GREICE MALTA CARDOSO

EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁTICA HISTÓRICA E SOCIAL NA LUTA DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS DO ES

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Educação.

Aprovada em 28 de março de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professora Doutora Edna Castro de Oliveira
PPGE/Universidade Federal do Espírito Santo

Professor Doutor Marcelo Lima
PPGE/Universidade Federal do Espírito Santo

Professor Doutor Sandro José da Silva
PGCS/Universidade Federal do Espírito Santo

Professor Doutor Marta Zorzal e Silva
PGCS/Universidade Federal do Espírito Santo

Professora Doutora Maria Julieta Abba
UNISINOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
EDNA CASTRO DE OLIVEIRA - PROFESSOR VOLUNTÁRIO
Centro de Educação - CE
Em 28/03/2023 às 20:09

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/679088?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
MARCELO LIMA - SIAPE 1781213
Departamento de Educação, Política e Sociedade - DEPS/CE
Em 29/03/2023 às 10:22

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/679395?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por SANDRO JOSE DA SILVA - SIAPE 1489343
Departamento de Ciências Sociais - DCS/CCHN
Em 29/03/2023 às 16:01

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/680034?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
MARTA ZORZAL E SILVA - PROFESSOR VOLUNTÁRIO
Departamento de Ciências Sociais - DCS/CCHN
Em 29/03/2023 às 17:26

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/680153?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
WAGNER DOS SANTOS - SIAPE 2374772
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/CE
Em 30/03/2023 às 09:21

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/680435?tipoArquivo=O>

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

M261e Malta Cardoso, Monnique Greice, 1986-
Educação Popular como prática histórica e social na luta dos atingidos por barragens do ES / Monnique Greice Malta Cardoso. - 2023.
157 f.

Orientadora: Edna Castro de Oliveira .
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Educação Popular. 2. Crime Socioambiental. 3. Espírito Santo. 4. Mineração. 5. Samarco. I. , Edna Castro de Oliveira. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. III. Título.

CDU: 37

À Marília sempre.

Quem souber podia me dizer
Onde é que nosso ouro foi
Pau-Brasil, faz tempo que sumiu
Dessa terra tão abençoada
Que entrou em outra jogada
E hoje é tudo soja, milho e boi
Quem souber podia me dizer
Como é que eu faço pra pegar
A velha estrada do Peabiru
Que vem lá de Santa Catarina
Paraná, Paraguai acima
E atravessa a América do Sul
Na promessa de um Eldorado
Vinham almas aventureiras
Sempre a procurar horizontes
Venceram até cordilheiras
E o Pacífico era azul
Quem souber podia me dizer
Onde é que a gente se meteu
Nessa imensa faixa de fronteira
Cujo o nome é terra de ninguém
Onde reina e manda qualquer um
Onde o rei pode ser um fora da lei

Almir Sater – *Peabiru* (2022)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a **Deus**, pelo milagre de cada manhã, sinônimo de mais uma oportunidade para aprender e buscar viver em harmonia com os seres existentes do Universo. Somos um.

Agradeço a **mim mesma**, por não desistir nas circunstâncias mais difíceis.

À minha filha **Marília** pelos aprendizados mútuos e construção constante. Te amo.

Aos meus pais, Raimundo Cardoso e Suzy Malta, agradeço pela vida e pela responsabilidade quanto à minha educação. Amo vocês.

Às minhas maninhas, **Geórgia** Thâmisa, Stérphanne **Karollynne** e **Jaddh** Yasmin, pelos afetos e trocas diárias. Amo vocês.

Aos melhores amigos que eu poderia ter: **Fernando** Soares e **Camila** Carlesso Pin, amo vocês! Eu sou abençoada por tê-los comigo!

À **Ricardo** por ter contribuído para esta e para outras conquistas que me trouxeram à este momento.

Agradeço à professora **Luciana** Andressa Martins de Souza por ter percebido meu interesse pelo estudo das políticas públicas e ter valorizado o meu esforço em aprender algo novo aos 30 anos de idade. Obrigada por me ensinar a pesquisar. Estudar contigo foi meu ponto de partida, ainda em 2016, para esta pesquisa de mestrado.

À **Maria do Carmo** Albuquerque, por me apresentar a educação popular e por ensinar-me a respeitar as relações humanas dentro do contexto de pesquisa.

Aos preciosos **Larissa** Galdino Magalhães, **Ana** Paula Galdeano Cruz e **Luiz Gustavo** Gabler, como foi incrível ter a companhia de vocês durante a experiência ComRio ComMar, o aprendizado foi gigante!

À **professora Edna** de Castro de Oliveira pela sensibilidade, confiança e paciência. Sentar ao meu lado por dias, durante horas e me orientar em cada trecho, é algo que jamais esquecerei.

Agradeço aos **atingidos** do Espírito Santo pela amizade e encontros nesta luta por direitos, em especial ao **Heider Boza** e ao **João Paulo**, minha solidariedade pela perda da sua esposa, professora **Flávia**, no recente ataque terrorista na escola em Aracruz.

Aos **professores Marcelo Lima**, **Marta Zorzal** e **Sandro Silva** pelas aulas que tanto contribuíram na minha formação acadêmica e humana. Gratidão também por fazerem parte deste momento.

À **professora Julieta Abba**, agradeço por aceitar o convite em avaliar esta pesquisa e pela compreensão até a entrega do texto.

RESUMO

A presente pesquisa de mestrado tem como temática a educação popular e o crime socioambiental no Rio Doce. Seu objetivo é analisar as práticas realizadas em oficinas de capacitação desenvolvidas durante a experiência ComRio ComMar Opinião Popular (CRCMOP), que buscou a implementação de uma tecnologia social de governança participativa junto aos territórios capixabas atingidos pela lama tóxica de rejeitos de minérios da Samarco, oriunda do rompimento da barragem de Fundão (MG). O estudo parte da hipótese de que as ações educativas nas oficinas, tiveram como pressupostos teóricos metodológicos assumidos nas práticas da educação popular. Por conseguinte, a partir da tomada de consciência sobre sua nova realidade, enquanto atingidos, mobilizaram seus territórios denunciando os impactos socioambientais decorrentes do crime da Samarco. A opção metodológica foi assumida pela sistematização de experiência como uma forma de fazer pesquisa na educação popular que busca refletir criticamente sobre o percurso vivido e produzir novos conhecimentos e saberes. Para tal lançamos mão dos materiais produzidos para as oficinas, bem como de entrevistas com seis sujeitos participantes dentre atingidos, pesquisadores da Rede CRCMOP e da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES). Os resultados indicam que as práticas desenvolvidas nas oficinas tomaram os princípios da Educação Popular como referência. Ao passo que os sujeitos educandos foram se conscientizando acerca da totalidade na qual estavam envolvidos pelos rejeitos da lama, engajaram-se e mobilizaram-se em suas comunidades, buscando seus direitos. Ao pensarem os impactos humanos concernentes ao crime, reafirmam as premissas de Paulo Freire, de que assumir a conscientização como um compromisso histórico, implica uma nova postura dos sujeitos para refazerem o mundo. Verificou-se também que a interação Academia, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e comunidades atingidas se deu pela aproximação com a pedagogia freireana, uma vez que trata-se de uma coletividade reivindicando direitos, cuja mobilização busca por transformações sociais.

Palavras-chave: Educação Popular. Crime Socioambiental. Espírito Santo. Mineração. Samarco.

ABSTRACT

This present master's research has as a subject matter the popular education and the socioenvironmental crime at the Rio Doce. Its objective is to analyze the accomplished practices in training programs developed during the experience ComRio ComMar Opinião Popular (CRCMOP), which sought the implementation of a social technology of participatory governance along with capixabas territories affected by Samarco's toxic mud of ore tailings, originated from the Fundão's (MG) dam rupture. The study departs from the hypothesis that popular education, through educational actions in the training programs, occupied a main role so that mobilizations in the territories could happen, also influencing the survey results of the socioenvironmental impacts held by the very affected, people directly affected by the problem. Therefore, from the awareness of their new reality, while affected, they mobilized their territories denouncing the socio-environmental impacts arising from Samarco's crime. The methodological option was the systematization of experience as a means to develop research in popular education which seeks to reflect critically on the experienced path and produce new knowledge. For such, it was used materials developed for the training programs, as well as interviews with six participants among the affected ones, researchers from CRCMOP and the Espírito Santo Public Defender Office (DPES). The results state that while learning subjects became aware of their totality, they became more engaged and mobilized in their communities, pursuing their rights. When thinking about the human impacts pertaining the crime, they reaffirm Freire's (1980) premises, that by assuming awareness as a social commitment, it also assumed a social consciousness, implying in a new stance from the subjects to remake the world. Therefore, the interaction between, Academia, Movimento dos Antingidos por Barragens (MAB – Movement of the Affected by the Dams) and affected communities was by the approach of the Freirean pedagogy, as it addresses a community reclaiming their rights, in which mobilization can cause social transformation.

Keywords: Popular education. Socioenvironmental Crime. Espírito Santo. Mining. Samarco.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sistema de governança – TAC Gov.....	80
---	----

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Mapa dos Locais de Votação	34
Imagem 2 – Rio Doce contendo a lama tóxica de rejeitos de minérios deságua no mar de Regência.....	78
Imagem 3 – Bordado utilizado por mulheres pescadoras em momento de mística em uma das oficinas.....	109
Imagem 4 – Cartilha 01.....	112
Imagem 5 – Linha do Tempo – Rememoração do rompimento da barragem de Fundão.....	113
Imagem 6 – relacionando os problemas de saúde à chegada da lama.....	117
Imagem 7 – Fascículo 3: as reivindicações relacionadas ao meio ambiente apresentam diferentes aspectos.....	118
Imagem 8 – Fascículo 04.....	119
Imagem 9 - Mobilização em São Mateus.....	120
Imagem 10 – Cartilha 5.....	122
Imagem 11 – Jornal ComRio ComMar Opinião Popular – Edição Extra.....	123
Imagem 12 – Oficina 5.....	124

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Total de votos coletados por comunidade.....	33
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ferramentas para a mobilização.....	31
Quadro 2 – Resultados relevantes para “Educação Popular” no RiUfes.....	40
Quadro 3 – Resultados relevantes para “Desastre socioambiental” no RiUfes.....	43
Quadro 4 – Resultados relevantes para “Samarco” no RiUfes	46
Quadro 5 – Resultados relevantes para “Educação Popular” na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).....	48
Quadro 6 – Resultados relevantes para “Desastre socioambiental” na base da BDTD.....	51
Quadro 7 – Resultados relevantes para “Samarco” na base de dados da BDTD.....	53
Quadro 8 – Documentos disponíveis sobre Águas e Comunidades Aquáticas – GIAIA.....	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP – Ação Civil Pública

AGU – Advocacia Geral da União

ANA – Agência Nacional de Águas

ASPEJ – Associação dos Pescadores de Jacaraípe

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses de Dissertações

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CDDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos

CDDPH – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CIF – Comitê Interfederativo

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CRAB – Comissão Regional de Atingidos por Barragens

CRCM – Rede de Pesquisa ComRio ComMar

CRCMOP – ComRio ComMar Opinião Popular

CT – Câmara Técnica

DCSO – Departamento de Ciências Sociais

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

DPES – Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo

ES – Espírito Santo

FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

FAPES – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Espírito Santo

FCRD – Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

IEL – Instituto Euvaldo Lodi

IESP-UERJ – Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro

IIPE – Indagação Interdisciplinar no Pátio da Escola

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MG – Minas Gerais

MPES – Ministério Público do Estado do Espírito Santo

MPMG – Ministério Público do Estado de Minas Gerais

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
NUDAM – Núcleo de Defesa Agrária e Moradia
NUPAD – Núcleo de Participação e Democracia
ONG – Organização Não Governamental
PAC – Plano de Aceleração do Crescimento
POP – Painel de Opinião Popular
PPG-ACPS – Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável
PPGADM – Programa de Pós-Graduação em Administração
PPGCA – Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais
PPGCOM – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação
PPGCP – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
PPGCSO – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
PPGDH – Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania
PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGEC – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação nas Ciências
PPGDIR – Programa de Pós-Graduação em Direito
PPGPS – Programa de Pós-Graduação em Política Social
PPGPSICO – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social
PPGSCO – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva
PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PVD – Programa de Demissão Voluntária
RiUfes – Repositório Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo
RS – Rio Grande do Sul
SINDIPESMES – Sindicato de Pescadores e Marisqueiros da Praia do Suá – ES
SP – São Paulo
Tac Gov – Termo de Ajustamento de Conduta Governança
TTAC – Termos de Transação e Ajustamento de Conduta
UCS – Universidade de Caxias do Sul
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFLA – Universidade Federal de Lavras
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNB – Universidade de Brasília

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1 APROXIMAÇÕES AO CAMPO DE PESQUISA	27
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	35
1.2 OBJETIVOS	36
1.3 PERCURSO METODOLÓGICO	36
2 REVISÃO DE LITERATURA	40
2.1 DIÁLOGO COM OS PARES: PESQUISAS REALIZADAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	40
2.2 PESQUISAS QUE COMPÕEM A BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES	48
3 O PERCURSO HISTÓRICO DA MINERAÇÃO NO BRASIL	55
3.1 PORQUÊ NÃO SE DEVE TRATAR COMO DESASTRE O QUE É CRIME: MEIO AMBIENTE E A TUTELA JURÍDICA DOS DIREITOS AMBIENTAIS	62
3.2 DESMITIFICANDO O TERMO DESASTRE: DEGRADAÇÃO AMBIENTAL, IMPACTOS E CRIMES AMBIENTAIS	70
3.3 O CRIME AMBIENTAL E AS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS ESTABELECIDAS	75
4 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO POPULAR NA AMÉRICA LATINA	82
4.1 O MARCO DA EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL	87
4.1.2 A filosofia da educação de Paulo Freire	89
4.2 ORIGEM E HISTÓRIA DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS	94
4.2.1 O MAB no Espírito Santo: organização coletiva e formação de base frente ao crime	98
5 ACADEMIA, MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNIDADES ATINGIDAS: IDEIAS EM CONVERGÊNCIA A PARTIR DAS PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO POPULAR	103
5.1 OFICINAS DE CAPACITAÇÃO CRCMOP E OS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO POPULAR FREIREANA	107
5.1.1 Oficina 01 – “Um Tsunami de Lama nos Fez Acordar’. Rompimento da barragem	

de Fundão: responsabilidades, consequências e perspectivas”	111
5.1.2 Oficina 05 – “Para além de dizer não: como construir mudanças? Elaborando nossas propostas para abrir portas”	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS	131
APÊNDICES	143
ANEXOS	151

INTRODUÇÃO

O tsunami de lama chegou, o tsunami de lama despertou, o tsunami fez surgir novos direitos, novos sujeitos, novas demandas, novas proteções. O rompimento da barragem de Fundão da mineradora Samarco, controlada pela BHP Billiton Brasil Ltda e Vale S.A, situada no Município de Mariana (MG), causou uma catástrofe socioambiental de proporções sem precedentes na história do Brasil, em 05 de novembro do ano de 2015.

O crime ambiental “de Mariana” é um crime ambiental contra todos, é da coletividade, haja vista que a Carta Maior do Brasil, a Constituição Federal de 1988 consagrou o meio ambiente como bem que, além de ser essencial à qualidade de vida, também é de uso comum. Para Romeu Faria Thomé da Silva, é “inconcebível a dissociação entre a preservação do meio ambiente, o crescimento econômico e a equidade social” (SILVA, 2015, p. 32).

O colapso ambiental e social foi o resultado de omissões operacionais e de escolhas errôneas para baratear a manutenção da barragem, acrescidos da desatenção do Poder Público em fiscalizar a atividade industrial, ocasionando, o crime ambiental que é comumente considerado como o pior “acidente” da mineração brasileira (MILANEZ; LOSEKANN, 2016), que causou prejuízos vultosos, e ainda incalculáveis, ao meio ambiente, à coletividade, sobretudo às populações ribeirinhas que viviam e dependiam das águas do Rio Doce.

Para além dos danos ambientais e materiais, houve a tragédia humana, tornando-se protagonista nos dias primevos do rompimento. A dor humana, a aflição, a grande penúria, o caos urbano foi instalado não só pela ausência de água potável, mas de um plano estatal emergencial, da incapacidade do grupo Samarco em assistir às vítimas de maneira holística.

Diante desse cenário de omissões, outros entes se mobilizaram para amparar os atingidos pelo tsunami de resíduos tóxicos. Diferentes movimentos sociais e Organizações Não Governamentais (ONGs), em um mesmo ânimo com grupos de pesquisadores vinculados à universidades públicas, deslocaram esforços, conhecimentos, práticas com vistas não apenas ao apoio emergencial, mas também para dar condições de acesso à informações, tornando-os atores sociais com capacidade de aprofundamento da democracia, com a produção de políticas públicas voltadas à garantia de direitos.

Lastreado no eixo principiológico da educação popular que se alicerça na participação popular, intentando a construção de processos de resistência e de emancipação, é que se

organizou o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), na década de 1980, que tem como principal luta uma Política Nacional dos Direitos dos Atingidos.

É nesse interregno que no Espírito Santo, o MAB demonstra a relevância da qualificação e da formação da militância na luta por direitos, cujas mudanças ocorridas em sua estrutura agregam atores sociais de diversos segmentos na categoria de atingidos. Foi através do Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce (FCRD) que a Rede de Pesquisa ComRio ComMar (CRCM) se articulou com o MAB.

Diante do cenário do rompimento da barragem, a Rede de Pesquisa, composta por pesquisadores de diferentes universidades brasileiras, realizou uma intervenção junto às comunidades atingidas, lançando mão de tecnologia de governança participativa¹ para coleta de opiniões acerca dos impactos, também estimulou a reflexão coletiva sobre as suas próprias necessidades. À luz da educação popular, buscou estimular, através de oficinas de capacitação, a reflexão crítica para reivindicar direitos e garantias, além da busca pelo reconhecimento destes como vítimas de um crime ambiental.

Em depoimento, a Coordenadora do Eixo Sociedade Civil, da Rede CRCM, Euzeneia Carlos (2023), realça sobre a importância do MAB como ator nesse cenário:

Além dos movimentos construírem uma pauta de reivindicação, eles também vão transmitir para a sociedade o seu entendimento sobre um determinado problema, seja ele social, urbano, rural, isso porque os movimentos constroem uma leitura sobre a realidade social, constroem cognitivamente a partir de significados e sentidos que eles conferem à causa, porque eles acreditam ser o diagnóstico a respeito de uma injustiça social. Então eles constroem uma leitura sobre o mundo, uma determinada causa vinculada a uma injustiça. Quando esse diagnóstico não está garantido constitucionalmente e nem pelas ações produzidas pelo o Estado, essa causa pode dar origem a um novo direito ou fazer com que o Estado incorpore a defesa de outros princípios até então não garantidos.

A relevância desta pesquisa de mestrado consiste no seu ineditismo no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da UFES ao apresentar a temática da educação popular no contexto do rompimento da barragem de Mariana. Demonstra ser de grande importância enfrentar o assunto, com foco no fortalecimento da produção de novos

¹ A ideia de governança vem sendo discutida no contexto da gestão pública nos últimos anos, mas foi originada do mundo das empresas (DALLABRIDA, BECKER, 2003). Em uma proposta de saída ao modelo burocrático de administração, busca “envolver diferentes atores interessados em determinada questão em processos caracterizados pela influência mútua, complementariedade de recursos e coordenação mais horizontal” (PINTO *et al*, 2018, p. 628). Por isso, no âmbito da governança participativa esta deve ser movida pelo interesse público da autoridade do governo para fortalecimento da cidadania. Afinal, “o que se espera com a democratização dos espaços de poder é a melhoria decisória, por meio da incorporação ao processo político do conhecimento local, ou seja, conhecimento/experiência de atores locais, suas demandas e conflitos” (PINTO *et al*, 2018, p. 629).

conhecimentos, na qual a participação popular tenha seu protagonismo. Devido à magnitude e excepcionalidade da tragédia, novos direitos estão sendo reivindicados, uma vez que esses estão fora do parâmetro de direitos previstos e amparados pela Constituição. Logo, esta pesquisa de mestrado intenta contribuir na luta pelos direitos dos atingidos por barragens do ES.

Considerando as argumentações até então feitas, buscamos tomar como objeto de estudo desta pesquisa, as oficinas de capacitação, a partir da experiência da Rede ComRio ComMar, a fim de investigar em que essas oficinas lançaram mão das práticas de educação popular.

Para tal, buscou-se analisar se as práticas realizadas nas oficinas de capacitação com os atingidos tiveram como pressupostos teóricos e metodológicos os princípios da educação popular freireana e, se por conseguinte, promoveram a mobilização nos territórios.

Quanto ao método que sustentou esta pesquisa, a escolha foi pela sistematização de experiência, o que remete à necessidade da reflexão crítica e amadurecimento do processo vivido durante os 18 meses do CRCMOP, em especial, com as oficinas de Capacitação. A sistematização de experiência é uma metodologia de pesquisa própria da educação popular que propicia investigar as práticas e produzir saberes e conhecimentos (GOLDAR, 2015, p. 189).

Esta dissertação está organizada em cinco capítulos, da seguinte forma:

O Capítulo 1 delimita o campo de pesquisa, apresenta o problema, seus objetivos e o percurso metodológico assumidos durante a investigação.

No Capítulo 2 é apresentada a revisão de literatura a partir dos buscadores “desastre socioambiental”, “educação popular” e “Samarco”, nos repositórios de teses e dissertações do PPGE/UFES, no Repositório Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (RiUfes) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses de Dissertações (BDTD). O intuito deste capítulo é aproximar esta pesquisa de mestrado das produções realizadas nesta temática, a fim de amadurecer novas ideias e fortalecer os trabalhos científicos realizados em nosso País.

O Capítulo 3 apresenta-se como uma sistematização do percurso histórico do extrativismo mineral no Brasil, visando a construir um entendimento sobre essa relação com os entendimentos e (des)interesses que levaram ao rompimento da barragem de Fundão, em

Mariana, Minas Gerais (MG). De um lado opera os interesses de um sistema econômico de produção capitalista, enquanto de outro estão os nativos e moradores dessas áreas, que têm seus modos próprios de viver, e que foram afetados pelas irresponsabilidades e crimes contra o meio ambiente.

É nesse contexto que é importante chamar atenção para a mobilização popular, principalmente no cenário da América Latina, que vem historicamente sendo massacrada por uma lógica capitalista de produção exacerbada e de lucro acima de tudo. Desta forma, se levantaram movimentos populares em conjunturas críticas para lutar por direitos. Considerando que “*crises são motivadoras de transformações*”², nesse contexto, o MAB aparece como ator fundamental para mobilizar os atingidos e construir sua base. Nessa seara, há uma aproximação da formação de base do MAB, que sobretudo é política, com as práticas da educação popular, em uma busca pela garantia do direito de ter vida digna e exercer a cidadania, sendo vistos e ouvidos. Desta discussão se ocupa o Capítulo 4.

O Capítulo 5 retoma o objetivo que consiste em analisar se as oficinas de capacitação da experiência ComRio ComMar Opinião Popular lançaram mão das práticas da educação popular e se essas também provocaram a mobilização dos atingidos para realização do levantamento dos impactos socioambientais oriundos na lama no ES. Compreendemos a mobilização como o movimento realizado de forma organizada e crítica, da qual depende a consciência do sujeito ou sujeitos que mobilizam seus territórios, no caso da CRCMOP, para elaborar propostas que denunciam e evidenciam a ausência da garantia de direitos humanos e fundamentais nas comunidades atingidas. A experiência tratou-se de uma interação entre universidade, movimento social e comunidades atingidas, algo que não é novo no Brasil. Essa interação como aprofundamento da democracia é derivada de outras interações Academia-Movimentos Sociais-Sociedade nos anos mais duros do período de Ditadura Militar, no qual houve uma convergência de ideias para garantir a democracia em sua forma mais fiel: a participação popular.

² Fala da entrevistada Euzeneia Carlos (2023).

1 APROXIMAÇÕES AO CAMPO DE PESQUISA

O encontro desta pesquisadora com este tema, não aconteceu em novembro de 2015, com o rompimento da barragem de Fundão ou com a chegada da lama aos municípios capixabas, apesar da veiculação da tragédia “em tempo real” através das mídias.

À medida em que a lama tóxica de rejeitos de minérios era derramada, destruía absolutamente tudo o que tocava: casas, carros, pessoas, animais, vidas, sonhos, biodiversidade, meio ambiente, modos de vida, famílias, culturas e imensuráveis possibilidades.

A aproximação somente aconteceu quando, concomitante à graduação no curso de Licenciatura em Filosofia na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), esta pesquisadora cursava também disciplinas eletivas no curso de graduação em Ciências Sociais da mesma Universidade. A partir do ingresso no Núcleo de Participação e Democracia (NUPAD), vinculado ao Departamento de Ciências Sociais (DCSO), em 2016, a aproximação ocorreu de forma gradual, para os estudos sobre desastres ambientais, conjuntura crítica e movimentos sociais.

Diante da magnitude e ineditismo conferidos ao rompimento da barragem de Fundão (Gurza Lavalle *et al*, 2019) e sua diversidade de impactos, as universidades, centros de pesquisa, órgãos de fomento se articularam para que pesquisas fossem realizadas para contribuir com a recuperação do cenário devastado pela tragédia. Em uma chamada de edital, em 2016³, uma articulação entre pesquisadores da UFES, da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), da Universidade Federal de Lavras (UFLA), do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), submeteu um projeto, em cuja proposta buscou

contribuir à incorporação das populações à definição do processo de reconstrução de suas comunidades mediante implementação ad hoc de tecnologia de governança participativa que permita não apenas levantar as prioridades e preferências das comunidades, mas estimular a reflexão coletiva sobre as mesmas fornecendo informação de qualidade para empoderá-los diante da tomada de decisões das autoridades públicas envolvendo-as no monitoramento e implementação das políticas públicas (COMRIO COMMAR, 2016, p. 17).

³ Projeto nº 88881.118026/2016-01 da Chamada Nº 6/2016, CAPES-FAPEMIG-FAPES-CNPq-ANA, cuja chamada buscou projetos de “Apoio a Redes de Pesquisa para Recuperação da Bacia do Rio Doce”.

O referido projeto foi aprovado pelas instituições de fomento e no primeiro semestre de 2017 foi constituída a Rede de Pesquisa ComRio ComMar (CRCM), com previsão de duração de 04 (quatro) anos e composta por 05 eixos temáticos de trabalho, sendo eles: 1) Sociedade Civil; 2) Capacidades Estatais; 3) Políticas Públicas; 4) Capacitação; e 5) Governança. Posteriormente, em um ajuste metodológico, estes dois últimos eixos se fundiram. A Rede

projetou um subprojeto de extensão e pesquisa junto aos atingidos das comunidades afetadas pelo desastre no estado do Espírito Santo, de modo articulado com os eixos transversais de investigação sobre a ação coletiva, sociedade civil, instituições e políticas, movimentos sociais, cultura, identidade e cidadania, valendo-se de uma ferramenta para incrementar a capacidade de governança nos setores de políticas públicas (SANTOS, GALDEANO, CARDOSO, 2019, p. 201)

Nesse ínterim, a Rede de Pesquisa CRCM articulou-se junto ao Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce (FCRD) e ao Movimento dos Atingidos por Barragens em busca de conhecer a luta por direitos enfrentada pelos atingidos do Espírito Santo, bem como apresentar a tecnologia social de governança participativa ComRio ComMar Opinião Popular (CRCMOP).

A aposta nesta tecnologia social teve como objetivo, portanto, demonstrar que era possível extravasar a dimensão de elaboração de um diagnóstico baseado na participação dos atingidos, e transmutar esse processo num instrumento de política pública. No caso, política pública é compreendida não só como as ações de Estado na região atingida, mas principalmente, como elemento componente do sistema de governança (CIF) elaborado a partir de TTAC e TACs (RODRIGUES *et al.*, 2022, p. 322).

O instrumento CRCMOP foi inspirado no Painel de Opinião Popular, criado pelo pesquisador André Leirner, para coletar opiniões na Grande São Paulo, cuja expectativa no Espírito Santo, considerando o planejamento realizado, foi o de coletar opiniões sobre os impactos da chegada da lama aos territórios ao norte capixaba, sendo que o levantamento seria realizado a partir da mobilização dos próprios atingidos. No planejamento inicial, o engajamento e coleta se dariam de forma digital e virtual, pelo uso de um aplicativo para *smartphone*, sendo necessário o uso de internet e do cadastro dos atingidos por meio de seus respectivos aparelhos de celular. Entretanto, a proposta inicial do projeto não dialogava com a realidade de acessos da comunidade ribeirinha que fora atingida pelo crime da Samarco.

Imaginava-se que ambientes digitais pudessem oferecer espaços para votações, de publicação de seus resultados, e que pudessem disseminar discussões e materiais de referência e capacitação dentre a população e lideranças. Isso, por si só, facilitaria não só o trânsito de informações, mas também a consolidação dos totais de participação, possibilitando a montagem de uma base de dados. Tais recursos conviveriam com materiais físicos, como murais de informação e materiais impressos distribuídos pelo território. Essa estratégia certamente privilegiaria a mobilização de áreas urbanas, digitalmente engajadas. Ainda que a perspectiva da exclusão digital fosse, de fato, um fator de preocupação e algo a ser levado em conta na aferição de resultados, não se imaginava que tal fato fosse se impor como um fator estrutural e severamente limitante (RODRIGUES *et al.*, 2022, p. 316).

A primeira ida a campo aconteceu somente após a metodologia CRCMOP ser pensada. Pisar o chão dos territórios atingidos foi de primeira importância para que a metodologia fosse repensada e reconstruída quantas vezes “o campo” apontasse a necessidade, uma vez que nas práticas da educação popular é premissa o “fazer com” e o “pensar com”. Se anteriormente a metodologia foi “pensada para”, durante a pesquisa – ainda que em seu curso inicial, foi importante a Rede deslocar-se daquela postura inicial para um “fazer junto”, isto é, com os próprios atingidos.

Como importante ponto de partida do “experimento”, foi realizado na UFES, o Seminário Interno Sem o Rio Sem o Mar, em 2017, em um macro encontro com lideranças das áreas atingidas, do norte à capital do Espírito Santo,

Esse foi o primeiro meio de interação com a população diretamente atingida pelo desastre. A iniciativa visava apresentar a proposta da tecnologia social e encontrar apoios para iniciarmos o processo de votação. [Houve] entretanto, críticas, questionando do nome do projeto à intenção e a eficácia da proposta. O nome do projeto, que era “Sem Rio, Sem Mar”, foi identificado como uma formulação negativa que apenas vitimizava os atingidos e pouco ampliava o engajamento para a luta e pela reconquista destes ambientes em sua forma natural (RODRIGUES *et al.*, 2022, p. 316).

As críticas oriundas do referido seminário, nos levam a buscar uma interlocução necessária. A natureza para o filósofo alemão Karl Marx (2015) se funda em si mesma, bem como é ser a partir de si mesma e através de si. A sua natureza ontológica subsiste independente da consciência e desejos do ser humano. Ao contrário deste que só é capaz de produzir em contato com a natureza e portanto estabelece um metabolismo com a natureza para condicionar sua própria produção. Insta salientar que a relação metabólica do ser humano com a natureza não é estritamente relacionada ao processo de trabalho, mas especialmente é sobre conexão, é sobre ser parte da natureza. Isto é:

O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de permanecer em constante processo para não morrer. Que a vida

física e espiritual do homem esteja em conexão com a natureza, não tem outro sentido senão que a natureza está em conexão com ela própria, pois o homem é uma parte da natureza (MARX, 2015, p. 310-311).

No contexto do crime do rompimento da barragem, os próprios atingidos trouxeram para aquele encontro, como de primeira importância a sua relação com a natureza. Sendo assim, “sem o rio e sem o mar” seria incapaz de exprimir a identidade do povo atingido. Houve, então, o encontro desta pesquisadora com o campo de pesquisa de mestrado, a medida em que as aproximações permitiram o caminhar ao encontro da luta que os artigos científicos e as notícias em sítios eletrônicos não exprimiam. Para o educador Paulo Freire (1980, p. 34), sem a reflexão sobre o ser humano “corre-se o risco de adotar métodos educativos e maneiras de atuar que reduzem o homem à condição de objeto”.

Para repensar e reconstruir a metodologia se fez necessário buscar compreender os indivíduos e suas subjetividades, bem como lidar com o descrédito e desconfiança causados à população atingida após quase 2 anos da chegada da lama, tornando as áreas atingidas laboratórios de pesquisa, no sentido mais frio e menos humano dentro da ciência. Tendo em vista que:

pesquisadores iam a campo, entrevistavam, criavam expectativas nos moradores e depois iam embora, produziam artigos e livros. Nada retornava ou alterava a situação vivida pela população local. Adicionalmente, a proposta de uma tecnologia social participativa, por meio de um painel de preferências, ainda não lhes estava clara, lhes parecia algo fantasioso e distante da realidade no território (Rodrigues *et al*, p. 316-317).

A partir do envolvimento e articulação com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e com o Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce (FCRD), a Rede ComRio ComMar, juntamente com os atingidos, deu início à construção de outras ferramentas para mobilizar os territórios atingidos e realizar as votações das propostas. O quadro, abaixo, demonstra as ferramentas elaboradas pela Rede juntamente com as lideranças dos atingidos para a realização da pesquisa:

Quadro 1 – Ferramentas para a mobilização

Ferramenta	Finalidade principal	Descrição
Urnas de votação	ferramenta de participação	Caixas plásticas para coletar as cédulas com os votos (novas propostas e apoio em propostas existentes). Coletas eram realizadas mensalmente.
Cédula de votação	ferramenta de participação	Cédula de papel com campo para incluir novas propostas, para apoiar propostas existentes, para apresentar um número de identificação anônimo e um informe sobre o que era o CRCMOP e seus objetivos. Ver figura 2.
Lacre de urna	ferramenta de participação	Adesivos com o logo do CRCMOP, com o objetivo de lacrar a urna e acusar possível violação. Urnas eram lacradas, e a troca de lacres ocorria publicamente, a cada coleta mensal.
Listas de propostas com totalizações parciais	ferramenta de participação	Essas listas eram publicadas a cada mês e fixadas em um painel sobre a urna para permitir o apoio em propostas existentes e acompanhar sua evolução no município.
Jornal ComRioComMar Opinião Popular	ferramenta de comunicação	Este jornal continha a totalização geral dos votos e informes sobre o processo de votação e sobre as comunidades. Os jornais eram distribuídos aos votantes, mas também ficava anexado no painel sobre a urna. Nas primeiras edições ainda contava com um editorial que apresentava o CRCMOP como um instrumento a serviço dos atingidos, mobilizando-os a participar. Publicação trimestral, com tiragem de 1.500 unidades.
Logomarca CRCMOP	ferramenta de comunicação	Identificação visual presente em todos os materiais (distinguindo-o da Rede de Pesquisa).
Evento de apresentação	ferramenta de comunicação	Primeira apresentação da proposta de desenho da tecnologia social
Normas e planilhas de prestação de contas	ferramenta de gestão	Destinado ao controle dos deslocamentos das lideranças responsáveis por urnas. Utilizadas quando as extensionistas não conseguiam cobrir o território.
Extensionista	elemento de apoio operativo-relacional	Tem a função de coletar os votos e transcrevê-los em planilhas para a preparação das listas mensais e totalizações. É, adicionalmente, o elo pessoal entre o campo e a coordenação de projeto.
Grupo de Trabalho com FCRD e MAB	elemento de apoio operativo-relacional	As reuniões e a composição deste grupo de trabalho visavam analisar e discutir a tecnologia social e aprofundar o conhecimento sobre o território.
Oficinas de capacitação	ferramenta pedagógica	As oficinas tinham proposta pedagógica de discutir os principais temas que envolviam o desastre, mas também serviram como ferramenta de apresentação do CRCMOP e mobilização de lideranças para se integrarem à tecnologia social.

Fonte: Rodrigues *et al.*, 2022, p. 332/333.

Sendo assim, a coleta de opiniões se deu por meio de uma urna de plástico e papéis impressos como cédulas de votação⁴, nas quais os participantes puderam escrever suas opiniões e reivindicações, denominadas propostas, acerca dos problemas existentes decorrentes da chegada da lama aos territórios, que se deu pelos rios, mar ou mangues. Durante as votações os participantes escreviam suas propostas com o auxílio da liderança

⁴ O modelo de cédula encontra-se no anexo.

responsável pela mobilização em sua comunidade ou com o auxílio dos pesquisadores-extensionistas.

A primeira votação, compreendida na fase piloto, com duração de 3 meses, foi realizada em julho/2018 na Região Metropolitana de Vitória, com alguns membros do MAB e do FCRD, na qual foram formuladas as primeiras propostas, que receberam um código de seis dígitos (cada proposta). Em seguida foi produzido um jornal no qual foram publicadas as primeiras propostas, com seus respectivos códigos e quantidade de votos de apoio recebidos, que serviu como material de apoio para as reuniões que aconteciam nas comunidades atingidas durante as mobilizações para as votações. As mobilizações e votações nos territórios duraram cerca de 18 meses, contaram com aproximadamente 4 mil votantes, que elaboraram quase 500 propostas, dentre elas: de reivindicação, de soluções, e denúncias, de pedidos de socorro, que receberam um total de 24 mil votos. As propostas evidenciaram a miríade de impactos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão e da chegada da lama ao Espírito Santo, bem como expressou a participação forte da população costeira em busca de transformação. Nos apoiamos na Tabela 1 e na Imagem 1, a seguir.

Tabela 1 – Total de votos coletados por comunidade

Município	Urna	Início da votação	Total de votos	Participantes identificados
São Mateus	São Miguel/Ilha Preta	Set/2018	7.333	655
	Barra Nova Sul	Set/2018	4.214	320
	Guriri	Jan/2019	1.089	162
	Barra Nova Norte	Jul/2019	1.465	129
	Urussuquara	Jul/2019	63	18
	Campo Grande	Jul/2019	1061	261
	Nativo	Out/2019	664	102
	Gameleira	Mai/2019	566	110
Total do município			16.455	1.757
Linhares	Degredo (AMPROD)	Jul/2019	107	27
	Degredo (ASPERQD)	Jul/2019	51	32
	Regência	Jul/2019	126	30
	Pontal do Ipiranga	Mar/2019	545	140
	Areal	Out/2019	45	14
Total do município			874	195
Colatina	IBC	Nov/2018	486	65
	Carlos Germano	Mar/2019	161	45
	IFES Itapina	Mar/2019	1.303	367
	Itapina	Dez/2018	132	22
Total do município			2.082	499
Serra	ASPEJ	Mar/2019	2.705	586
	Lagoa da Juara	Nov/2019	106	50
Total do município			2.811	636
Vitória	Encontro MAB e FCRD	Jul/2018	107	38
	SINDIPESMES	Fev/2019	1.661	342
Total do município			1.768	380
TOTAL			23.990	3.483
Participantes não identificados: 179 (aprox. 4,8%). Total de participantes: 3.662				

Fonte: Boletim Técnico ComRio ComMar Opinião Popular (2020).

Imagem 1 - Mapa dos Locais de Votação



Fonte: Jornal CRCMOP, 2021, p.1.

Os resultados mostram o que estamos passando na pele! Está sendo negado ao atingido o que é direito e garantido por lei: assistência a saúde. Novas demandas apareceram depois que o crime foi cometido. Tudo que tem acontecido na Saúde, após o rompimento da barragem, é de competência da Renova. Novos protocolos precisam ser criados para que isso não se arraste por mais 10 ou 20 anos.

Luciana Souza de Oliveira – Representante da Comissão dos Atingidos de Regência e Entre Rios, e Servidora Pública Municipal, Linhares-ES (Boletim Técnico, 2020, p. 17)

O levantamento produzido pelos próprios atingidos, a partir da pesquisa ComRio ComMar, revelou impactos na saúde; no trabalho, emprego e renda; nas questões de água e meio ambiente; no que diz respeito ao reconhecimento dos atingidos, sejam eles objetivos –

estritamente socioambiental e material; ou subjetivos – envolvendo questões que estão para além do que é material, tais como cultura, relação com o sagrado e suas simbologias; e às indenizações, que denunciam as medidas ineficientes que vêm sendo adotadas pela Fundação Renova⁵ ou o não cumprimento da mesma quanto às deliberações do CIF⁶. Estudos da Fundação Getúlio Vargas (FGV) afirmam que o tempo de cadastro do atingido até o recebimento da indenização pode chegar até quase dois anos, dados que evidenciam a morosidade de medidas que deveriam ser emergenciais (ZORZAL *et al*, 2020).

Concomitante à mobilização e votações nas áreas atingidas, foram realizadas oficinas de capacitação com as lideranças que sinalizaram interesse em participar da pesquisa ComRio ComMar Opinião popular. As oficinas tiveram a proposta de encontros trimestrais para socializar com os atingidos informações acessíveis e de fontes confiáveis, retiradas dos Termos de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) – 2016, e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (Tac Gov) – 2018, sobre o processo de reparação de direitos e “traduzidas” em uma linguagem acessível e didática para as cartilhas elaboradas pela Rede CRCM para cada oficina. Sendo assim, as oficinas de capacitação CRCMOP tornaram-se o objeto de investigação desta pesquisa.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

As inquietações que provocaram a investigação do objeto de estudo, nos levaram a tomar como problema a seguinte questão: em que as oficinas desenvolvidas pela ComRio ComMar Opinião Popular junto aos atingidos do Espírito Santo, de julho/2018 até janeiro/2020, lançaram mão das práticas de educação popular como forma de mobilização?

Para Freire (2003, p. 127), “tanto mobilizar quanto organizar tem, por natureza, a educação como algo indispensável, isto é, educação como desenvolvimento de sensibilidade, da noção do perigo, do confronto entre algumas tensões que é preciso ter no processo de mobilização”.

⁵ Representante das mineradoras.

⁶ Comitê Interfederativo - faz parte da estrutura de governança criada para tratar dos assuntos concernentes ao rompimento da barragem. Nos capítulos seguintes essa estrutura poderá ser melhor compreendida.

1.2 OBJETIVOS

Para apoiar a investigação, os objetivos foram revistos, especialmente após o exame de qualificação e durante o percurso. Deste modo foram assim definidos:

→ **objetivo geral:** Analisar se as práticas realizadas nas oficinas de capacitação tiveram como pressupostos teóricos e metodológicos os princípios da educação popular freireana, e se, por conseguinte, tais práticas influenciaram os processos de mobilização.

Como **objetivos específicos**, esta investigação se ocupou em:

1) Utilizar da sistematização da experiência para delimitar os aspectos centrais das oficinas de capacitação que serão sistematizadas; para recuperar o processo vivido; para analisar, sintetizar e interpretar criticamente o processo;

2) Identificar se o material didático da ComRio ComMar Opinião Popular contempla os princípios da educação popular preconizados por Paulo Freire, tais como: diálogo, comunicação, problematização;

3) Analisar a comunicação e interação entre os participantes das oficinas, a partir da introdução dos conteúdos específicos discutidos em cada encontro;

4) Elaborar uma narrativa dos fatos, tal qual foram mapeados nos levantamentos, visando demonstrar como as comunidades se apropriam do conhecimento coproduzido para levar suas legítimas demandas às Câmaras Técnicas e ao Sistema CIF, à Fundação Renova, aos órgãos do poder público municipal, estadual, Ministério Público e Defensorias Públicas;

5) Avaliar se as possíveis ações tomadas pelas comunidades incorporam as contribuições do CRCMOP e se estas refletem os resultados pretendidos pela Rede de pesquisa ComRio ComMar.

1.3 PERCURSO METODOLÓGICO

A opção metodológica assumida, coerente com a temática de investigação, foi a da sistematização de experiência, o que remete, como já vimos, à necessidade da reflexão crítica e amadurecimento do processo vivido durante os 18 meses do CRCMOP, em especial com as

oficinas de capacitação. Sistematizar envolve reflexão e amadurecimento do objeto pesquisado, retomando também o seu contexto. Isto não exclui o próprio pesquisador do seu próprio contexto e condições de análise. E esta análise foi se desenvolvendo ao longo da pandemia de Covid-19, que trouxe percalços pessoais e acadêmicos à esta pesquisadora.

A sistematização vai se processando ao longo do texto, sendo que as análises não se restringem a uma seção específica deste trabalho. Considerando as oficinas como objeto de estudo, optou-se por aprofundar a análise de modo a atender aos objetivos propostos em duas das oficinas realizadas, sendo elas a primeira e a quinta (última). O critério de escolha se deu tendo em vista a primeira oficina ter sido o ponto de partida para o início das votações (as quais dependeram da mobilização e organização coletiva dos sujeitos atingidos participantes da pesquisa); noutro critério de importância a última oficina foi escolhida por ter iniciado uma nova toada metodológica com os grupos de trabalho para aglutinar e qualificar as propostas existentes, com vistas a ter o produto final (Boletim Técnico) em mãos para negociar junto aos poderes públicos, Sistema CIF e Fundação Renova ações de reparação e indenização pelos danos causados.

Insta salientar que Freire sistematizou suas experiências, amadurecendo os processos educativos e pedagógicos para reflexão da *práxis*, que para o educador brasileiro é ação transformadora.

Após ter vivido o momento de atuação com as oficinas junto aos atingidos, fomos instigadas a investigar sobre o processo educativo que envolveu pesquisadores e moradores das comunidades atingidas, buscando identificar em que as práticas desenvolvidas se caracterizam como práticas de educação popular, na medida em que fomos tomando consciência das práticas vividas, para refletir sobre elas e sistematizá-las.

A sistematização de experiência, como já vimos, é uma metodologia de pesquisa própria da educação popular que propicia investigar as práticas e produzir saberes e conhecimentos (GOLDAR, 2015, p. 189). Como tal, só pode ser levada a efeito pelos sujeitos que vivenciam a experiência, reiterando assim que “o sujeito que sistematiza seja um alguém que esteja envolvido e que atue no contexto a ser sistematizado, destacando que a prática e o conhecimento sobre a prática implicam em ações e reflexões sobre a realidade social” (SCOPEL, 2017, p. 72).

Observando o que propõe Jara (2006, p. 73), a sistematização foi realizada em uma proposta de 5 tempos:

- A) O ponto de partida:
 a1. Ter participado da experiência. a2. Ter o registro das experiências.
- B) As perguntas iniciais:
 b1. Para que queremos ? (Definir o objetivo) b2. Que experiência(s) queremos sistematizar? (Delimitar o objeto a ser sistematizado) b3. Que aspectos centrais dessa experiência nos interessa sistematizar? (Definir um eixo de sistematização).
- C) Recuperação do processo vivido:
 c1. Reconstruir a história. c2. Ordenar e classificar a informação.
- D) A reflexão de fundo: Por que aconteceu o que aconteceu? d1. Analisar, sintetizar e interpretar criticamente o processo.
- E) Os pontos de chegada:
 e1. Formular conclusões. e2. Comunicar a aprendizagem.

A partir da proposta de sistematização em 5 tempos, foi possível realizar sistematização considerando a participação desta pesquisadora na experiência ComRio ComMar Opinião Popular, podendo reconstruir a história, de acordo com o objetivo principal desta pesquisa: a de analisar se as práticas das oficinas CRCMOP observaram os princípios da educação popular.

Jara (2006, p. 61) ainda assevera sobre as condições para sistematizar e destaca as condições pessoais como: “Interesse em aprender da experiência, sensibilidade para deixá-la falar por si mesma e habilidade para fazer análise e síntese”. Nesse caminho, a investigação utilizou ferramentas para recuperação do processo vivido e também para analisar e interpretar criticamente o processo pedagógico das oficinas, cuja dinâmica focada na conscientização dos sujeitos participantes possibilitou a mobilização nos territórios. Foram as seguintes ferramentas:

- Revisão bibliográfica sobre a mineração e sobre a história da educação popular
- Análise documental da produção da ComRio ComMar⁷: cadernos de campo, cartilhas, jornais, banco de dados das votações, listas de propostas, boletim técnico, entrevistas realizadas – ainda não publicizadas, acervo de fotos e vídeos.
- Entrevistas, cuja escolha dos sujeitos participantes foi intencional, utilizando roteiros semiestruturados, constantes nos apêndices deste trabalho. Com relação aos critérios utilizados na definição dos sujeitos participantes, entrevistados, a previsão inicial era a escuta de 8 pessoas envolvidas, sendo: uma liderança representante de cada um dos 5 municípios participantes da pesquisa CRCMOP; um representante do MAB; um representante do FCRD; e a coordenadora de capacitação da Rede ComRio ComMar.

⁷ Podem ser acessados no site ComRio ComMar. Disponível em: <www.comriocommar.com.br>.

Contudo, houve nova definição dos sujeitos participantes a partir das condições de disponibilidade, o que resultou na seguinte composição dos sujeitos da pesquisa:

- a) 01 liderança da Associação dos Pescadores de Jacaraípe (ASPEJ), Serra, denominada Atingido 01;
- b) 01 liderança do município de Linhares, denominada Atingido 02;
- c) 01 representante do MAB – Sr. Heider Boza, coordenador no ES;
- d) 01 representante da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo – Rafael de Mattos Portella;
- e) 02 coordenadoras da Rede ComRio ComMar, sendo elas: Dr^a Maria do Carmo Albuquerque (Cebrap) – coordenadora das oficinas de capacitação e mobilização nos territórios; Dr^a Euzeneia Carlos (Ufes) – coordenadora do Eixo Sociedade Civil.

Importa destacar que as análises das oficinas tomam como referência o contexto em que foram desenvolvidas, os materiais produzidos antes e durante o processo da experiência, bem como lança mão da escuta das narrativas dos sujeitos que se disponibilizaram à entrevista, que se fazem interlocutores ao longo do texto.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Com intuito de fortalecer e compor esta pesquisa, buscou-se produções acadêmicas nos repositórios de teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFES), no Repositório Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (RiUfes) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses de Dissertações (BDTD).

2.1 DIÁLOGO COM OS PARES: PESQUISAS REALIZADAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Para trazer mais robustez a esta pesquisa de mestrado acadêmico em educação, cuja investigação tem como temática a educação popular e o crime socioambiental no Rio Doce, abaixo, serão apresentadas algumas pesquisas realizadas na UFES, presentes no Repositório Institucional da Ufes (RiUfes).

A partir do descritor Educação Popular encontramos um total de 668 pesquisas, as quais abrangem grande interdisciplinaridade entre as áreas de ciências sociais aplicadas, ciências humanas, administração pública, dentre outras. Analisando as pesquisas de cada área, apenas as apresentadas no quadro abaixo contribuíram para o desenvolvimento desta investigação:

Quadro 2 – Resultados relevantes para “Educação Popular” no RiUfes

AUTOR	ANO DA PUBLICAÇÃO	TÍTULO	PROGRAMA
FERREIRA, Maria Geovana Melim.	2015	A educação popular na práxis do ProJovem Campo – Saberes da Terra no Espírito Santo	Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFES.
SCOPEL, Edna Graça.	2017	A educação popular nas experiências e práticas de	Programa de Pós-Graduação

		integração curricular do PROEJA do IFES	em Educação – PPGE/UFES.
LEMOS, Arthur Lopes.	2018	O “Caso Samarco” e a participação na tutela coletiva: não-dominação, esfera pública e poder judiciário	Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDIR/UFES.
SOUZA, Adriano Ramos de.	2019	Escola da terra capixaba na bacia do Rio Doce	Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFES.

Em Maria Geovana Melim Ferreira (2015), a pesquisa objetivou sistematizar experiências/vivências nas práticas dos educadores e educadoras do Programa ProJovem – Saberes da Terra, o qual abrangia 29 turmas distribuídas em 19 municípios no Espírito Santo. Teve como objetivo refletir sobre os desafios teórico-metodológicos das práticas durante o percurso formativo vivido e as contribuições trazidas. Apesar dos estudos refletirem sob um Programa, como política pública, que visava a educação de jovens e adultos camponeses e camponesas, os resultados nos possibilitaram uma ampliação sobre a educação popular, já que mostrou os desafios presentes no currículo, nos princípios e práticas, tal como na qualificação social e profissional desses sujeitos, além da necessidade de auto-organização e trabalho coletivo para produzir autonomia e resistência.

Deste modo, Melim (2015) coaduna com as práticas de ação coletiva e mobilização a partir das oficinas de capacitação realizadas pela ComRio ComMar Opinião Popular, que buscou problematizar os temas gerados e provocar o despertar da consciência ingênua (Freire, 1983). Compreende-se que a partir de uma consciência crítica, o sujeito se desloca de sua totalidade para ler criticamente os sentidos das busca da reparação de direitos e produzem autonomia. Com sua mobilização, os atingidos no Espírito Santo chamam atenção para os impactos sofridos, tanto objetivos quanto àqueles que atravessam suas subjetividades, que de maneira coletiva realizaram o levantamento desses impactos.

A pesquisa realizada por Edna Graça Scopel (2017) visou reportar as práticas educativas vividas no Proeja, explicitando uma busca por integração curricular e sua construção coletiva, dentro da perspectiva da educação popular. Neste sentido, Scopel utilizou-se dos fundamentos epistemológicos da educação popular sob a perspectiva libertadora, tal como utiliza-se nesta investigação das oficinas de capacitação ComRio ComMar Opinião Popular. Esses fundamentos e perspectivas, levaram Scopel a refletir sobre uma alternativa aos processos educativos do Programa, já que os resultados indicaram um forte protagonismo dos sujeitos, suas reflexões críticas as quais demandam ações de transformação.

De maneira análoga, apesar desta investigação de mestrado não se concentrar nos estudos sobre a modalidade de ensino de jovens e adultos, acredita-se que a pesquisa da autora enriquece nossa compreensão sobre o protagonismo dos sujeitos, tendo como viés uma educação que vise produzir um trabalho coletivo entre educadores e educandos, uma educação que mobiliza os sujeitos educandos, tal qual mobilizou os educandos atingidos em seus territórios a levantarem as emergências, demandas e reivindicações em decorrência da chegada da lama de rejeitos.

Na pesquisa de Arthur Lopes Lemos (2018), o autor defende que o Judiciário possui um potencial para exercer função de instituição republicana e arena democrática, permitindo que a esfera pública exercite as formas de contestação, utilizando a dialogicidade, as formas deliberativas e racionais, levando em consideração os direitos fundamentais e o acesso à justiça. Estes elementos são responsáveis por permitir uma maior participação na esfera pública utilizando-se do exercício de voz de contestação, com objetivo de evitar a dominação. No caso Samarco, buscou-se analisar aspectos do devido processo legal coletivo, com intuito de avaliar e potencializar a participação dos envolvidos no evento, buscando democratizar o processo e permitindo que a esfera pública atue dialogando e deliberando através da contestação.

A pesquisa de Lemos (2018) potencializa nossa compreensão acerca do caso Samarco em relação às esferas da justiça brasileira, além de ampliar um discurso sobre a necessidade de contestação por parte da esfera pública e, principalmente, ouvindo os atingidos, como no caso da nossa pesquisa. Uma escuta qualificada e a abertura ao diálogo são elementos importantes para que haja a participação dos atingidos no processo de reparação, afinal

Quem melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela (FREIRE, 2020, p. 42-43).

Com Adriano Ramos de Souza (2019), a pesquisa visou trabalhar com a formação continuada de professores do Campo, através de um curso de aperfeiçoamento intitulado Escola da Terra Capixaba. Apesar de tratar das escolas do Campo, a pesquisa de Souza nasceu do inconformismo com o silenciamento das vozes do campo, apagamento das culturas e menorização dos povos camponeses, impostos pela cultura dominante. Sendo assim, encontramos na pesquisa de Ramos uma importante contribuição para discutir, identificar e denunciar a invisibilidade e silenciamento dos sujeitos atingidos diante da necessidade de cumprimento de direitos humanos fundamentais, como acesso à água potável, à assistência à saúde, tendo em vista o surgimento de novas doenças desde a chegada da lama, o que provocou uma mudança nas demandas de saúde de atenção básica, mas que evidenciam a carência por especialistas como dermatologistas, por exemplo.

Encerrando o debate com as pesquisas que dialogam sobre a perspectiva da Educação Popular, alteramos nosso descritor no Repositório da Ufes (RiUfes) para a palavra-chave Desastre socioambiental. Foi possível localizar 78 pesquisas realizadas na Universidade, dialogando entre as diversas áreas de conhecimento, tais como: ciências jurídicas e econômicas, ciências humanas, agronomia, saneamento ambiental, dentre outras. O quadro abaixo mostra as pesquisas que contribuem com esta investigação de mestrado:

Quadro 3 – Resultados relevantes para “Desastre socioambiental” no RiUfes

AUTOR	ANO DA PUBLICAÇÃO	TÍTULO	PROGRAMA
BARCELLOS, Sabrina Sobrinho.	2018	Efeitos da divulgação de notícias no desastre da Samarco em Mariana: estudos de eventos na Vale e BHP	Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCON/UFES)

CYRINO, Carolina de Oliveira e Silva.	2018	“Aos pescadores, a modernidade!” trajetórias da política pesqueira na regulação da pesca artesanal	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFES)
MARTINS, Angélica do Nascimento.	2018	Histórias vividas, Histórias contadas: Refazendo o território após o crime ambiental da Samarco no Rio Doce	Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS/UFES)

Apesar da pesquisa realizada por Sabrina Sobrinho Barcellos (2018) referir-se a área de ciências econômicas, apresenta dados importantes sobre a atuação do mercado diante do desastre. Barcellos buscou estudar se as notícias divulgadas pelas empresas Vale e BHP, no contexto do desastre, afetaram o retorno das ações dessas empresas. A pesquisadora constatou que diante do cenário de crime ambiental, “notícias que indicavam perdas em processos ou resultados abaixo do esperado trouxeram retornos negativos, enquanto divulgações sobre acordos e liberação de recursos para minimizar os danos do desastre tiveram relação direta com retornos anormais positivos” (BARCELLOS, 2018, p. 43).

O que nos cabe, no contexto desta pesquisa, a partir do estudo de Barcellos (2018), é fazer uma reflexão sobre a atuação do mercado diante de tamanho crime, no qual o sistema de ações da Vale apresentou números positivos, mostrando que não há respeito e valorização da vida quando o dinheiro controla as relações sociais.

Na pesquisa de Carolina de Oliveira e Silva Cyrino (2018), a pesquisadora debruçou-se em realizar um recorte temporal acerca da política pesqueira artesanal no Brasil. A investigação traz uma reflexão sobre os processos de modernização da pesca que culminaram na exclusão social dos pequenos pescadores, que passam a ser entendidos como incapazes de contribuir para o progresso do país. Tendo em vista que a pesca é a principal atividade econômica dos atingidos, os estudos de Cyrino (2018, p. 17) ainda revelam a dificuldade dos pescadores artesanais para comprovar seu ofício com o intuito da indenização.

Em algum momento neste projeto, trouxemos um dado importante da FGV de que do cadastro de impactado até o recebimento da indenização pode chegar até 500 dias. Ainda existem os casos como o do pescador abordado pela pesquisadora que nem consegue fazer o cadastro por não haver um registro como pescador profissional.

No estudo de Angélica do Nascimento Martins (2018), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS/UFES), a pesquisadora buscou realizar uma investigação que levasse em consideração a ressignificação do território pelos moradores de Regência – ES, uma das cidades atingidas pela lama do desastre da Samarco. Martins mostra que ocorreu um processo de transformação no modo de vida e nas atividades daqueles sujeitos frente aos impactos ocasionados, sendo assim, analisou o relato dos moradores, relatórios e reportagens. A pesquisadora assevera que

[...] a disputa pelo sentido de atingido envolvendo assim todos aqueles que tinham uma relação com o Rio Doce e que, de alguma forma, sentiram que ela foi abalada diante da chegada dos rejeitos de minério da Samarco nas suas águas. A própria empresa cria critérios e amplia o sofrimento daqueles que não atingiram seus critérios, criando até uma relação de separação dos moradores, dos que não recebem e dos que recebem (MARTINS, 2018, p. 87).

Sua conclusão foi a de que a comunidade inteira foi atingida e expropriada de seu território, cultura e direitos. Além disso, a alteração no modo de vida continuou relacionada à natureza, já que a principal atividade econômica da região (a pesca) foi alterada, tendo esse povo recorrido à lutas e atividades para reestabelecer seus modos de vida.

Quanto ao descritor Samarco, o Repositório Institucional da Ufes (RiUfes) apresentou 47 resultados, dos quais, as pesquisas no quadro abaixo possuem relevância para com nosso desenvolvimento:

Quadro 4 – Resultados relevantes para “Samarco” no RiUfes

AUTOR	ANO DA PUBLICAÇÃO	TÍTULO	PROGRAMA
SILVA, Bianca de Jésus	2018	“A lama que rolou de cima”: alguns desdobramentos sociopolíticos e sociotécnicos sobre as águas do Rio Doce e do Oceano Atlântico na Região da Foz, após o rompimento da barragem de Fundão-MG.	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSO/UFES)
BORTOLON, Paula.	2018	Samarco e o desastre de Mariana (MG): um estudo em representações sociais a partir da perspectiva dos ex-funcionários da Samarco.	Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGADM/UFES)
VIEIRA, Diovana Renoldi	2019	Discursos e lógicas de poder no processo de reparação dos danos gerados pelo desastre-crime da barragem de mineração da Samarco	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PGCS/UFES)

A pesquisa de Bianca de Jesus Silva (2018) buscou retratar as consequências causadas pelo rompimento da barragem de Fundão, em Minas Gerais, mostrando que dentre as regiões

afetadas, encontram-se a Foz do Rio Doce e o litoral do Espírito Santo. Foram realizadas visitas à campo, constatando disparidades entre práticas e conhecimentos empíricos-locais e técnico-científicos em relação às condições da água. Silva (2018) também participou de reuniões e eventos na UFES, audiências públicas, teve acesso à documentos, laudos e relatórios, visando mostrar os efeitos possíveis e reais dos rejeitos, discutindo de que forma as autoridades estão sendo acionadas em caso de contaminação e toxicidade da água a partir dos rejeitos da Samarco. Sendo assim, este estudo nos ajuda a avaliar o que foi vivido em campo na implantação da CRCM OP, onde ao longo dos 18 meses de pesquisa, foram relatados os sofrimentos causados por doenças de pele associadas ao uso e consumo de água contaminada. Durante as votações foi evidenciada a necessidade de água potável e a preocupação dos atingidos quanto à análise confiável das águas e lençóis freáticos, em laboratórios sem vínculos com a Fundação Renova.

O estudo de Paula Bortolon (2018) objetivou analisar o processo de formação das representações sociais da Samarco e do desastre para os ex-funcionários que aderiram ao Programa de Demissão Voluntária (PVD). Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, cujos resultados evidenciaram divergências no entendimento dos trabalhadores das áreas administrativa e de operação e segurança quanto ao “desastre” como acidente ou como o resultado da negligência da empresa. Sendo assim, a pesquisa de Bortolon traz dados importantes sobre a relação dos trabalhadores com a empresa, bem como seus entendimentos quanto ao desastre-crime, a forma como o define. Enquanto para os atingidos pela lama, participantes da CRCMOP, definem como crime, irresponsabilidade e negligência com a vida.

Em uma outra perspectiva, a pesquisa realizada por Diovana Renoldi Vieira (2019) teve como objeto de estudo os discursos da Fundação Renova, dentro do processo de reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro da Samarco. A pesquisa visou problematizar as ações da Fundação Renova como protagonista na gestão e execução do processo de reparação, sendo encontradas interfaces antagônicas entre a contraposição das narrativas da Fundação Renova e das comunidades atingidas.

A confirmação da hipótese da pesquisadora vai ao encontro dos dados levantados nas votações, que denunciam a relação dos atingidos com a Renova, principalmente no tocante ao reconhecimento das áreas impactadas e do pagamento das indenizações, para os quais o atingido precisa comprovar que é atingido e aguardar o reconhecimento da Fundação. Para a liderança da Aldeia Indígena de Areal (Linhares), Rômulo Rosa: “A gente não é reconhecido

como área impactada. Depois entra o reconhecimento indígena. Mas eles lutam de qualquer forma para a gente não ter o reconhecimento dentro da Renova como povos tradicionais indígenas: é uma relutância muito grande” (Jornal CRCM OP, 2021, p. 6).

2.2 PESQUISAS QUE COMPÕEM A BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES

O conteúdo da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) conta com as dissertações e teses defendidas no Brasil, as quais nos colocaremos a apresentar e discutir, as pesquisas que revelam certa paridade aos nossos objetivos e temática.

A partir do descritor Educação Popular encontramos um total 3.550 pesquisas, nas quais, ordenamos pela data mais recente de publicação, no período de 2017 a 2021.

Quadro 5 – Resultados relevantes para “Educação Popular” na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)

AUTOR	ANO DA PUBLICAÇÃO	TÍTULO	PROGRAMA
BERTOLDI, Gabrielli da Silva Pio	2019	Partilhar saberes e construir fazeres: a educação popular em um contexto socioambiental no Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Campus Alvorada	Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/PUCRS)
FREITAS, Mariane de.	2019	Diálogos freirianos na formação inicial de educadores	Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFS)

EICKOFF, Patrícia Cassol	2019	Identificação dos processos sociais que existem em comunidades marginalizadas	Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação nas Ciências (PPGEC/RS)
SANTOS, Ana Claudia Toledo Prado dos	2019	Indagação Interdisciplinar no Pátio da Escola (IIPE): aproximações e distinções entre sua proposta e a educação popular freiriana	Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA/UFSCAR)

A pesquisa de Gabrielli da Silva Pio Bertoldi (2019) teve o intuito de compreender como se manifestam as relações socioambientais entre um *Campus* de um Instituto Federal do Rio Grande do Sul e sua comunidade. O que nos chamou atenção na pesquisa, foi o fato da pesquisadora ter buscado na educação popular os modos de pensar a coletividade, a descolonização do pensamento e o processo de ação-reflexão, a partir de uma perspectiva que leva em consideração as relações socioambientais, através dos processos de injustiça ambiental, conflitos ambientais e o sujeito ecológico. Os resultados da pesquisa mostraram que a comunidade resiste à luta e reaprende com o lugar em que vive, localidade esta que sofre com as injustiças ambientais. De maneira análoga, os atingidos participantes da CRCMOP, demonstraram sua resistência na luta por reparação de direitos enquanto se compreendem como agentes para transformação, se mobilizando em evidenciar os problemas decorrentes da chegada da lama.

Outra investigação importante foi a produzida por Mariane de Freitas (2019), que buscou conceituar a educação popular, a partir de pressupostos freireanos utilizados na formação inicial de educadores, alinhando estes elementos à perspectiva histórico-dialético. A principal contribuição da pesquisa ao nosso estudo refere-se ao fato de que, a pesquisa trabalha com os principais pressupostos da educação freireana, sendo: educação política,

educação para o movimento dialético, educação para o diálogo, educação para a curiosidade epistemológica, educação para a autonomia, educação para a interdisciplinaridade.

Noutro giro, o estudo realizado por Patrícia Cassol Eickoff (2019) buscou investigar os processos sociais existentes em populações consideradas marginalizadas, dedicando-se um olhar especial à educação popular, sua importância na investigação de processos sociais em comunidades marginalizadas. Além disso, sugere que o capitalismo exclui os indivíduos, desqualificando-os e, através disso, os coloca dentro do mundo globalizado sem se importar com a condição social, fazendo com que o melhor caminho seja potencializar os processos educativos através das práticas da educação popular, pois é através dela que podem ser desenvolvidos o diálogo e a conscientização, elementos para transformação da sociedade. Esta perspectiva vai ao encontro da nossa análise acerca do papel desempenhado pelas oficinas de capacitação na CRCMOP, cujo intuito foi o de trazer ao conhecimento dos atingidos, de forma didática e acessível, a estrutura de governança na qual as questões do rompimento da barragem crime vem sendo tratadas. Assim, objetivando que o educando atingido, consciente, “bata nas portas certas” na luta contra os gigantes da mineração.

No que diz respeito à pesquisa de Ana Claudia Toledo Prado dos Santos (2019), seu objetivo concentrou-se em uma análise pedagógico-didática que se propõe a abranger os elementos da questão ambiental a partir de um olhar para o ambiente local das pessoas envolvidas, o pátio da escola. Entretanto, o que nos chamou atenção na pesquisa de Santos, foi o fato de que esta refletiu sobre os princípios e práticas à luz da educação popular freireana. A abordagem freireana reflete a experiência própria e a reflexão das pessoas, através de um processo educativo que propõe uma postura ativa diante do mundo, tal qual a dos atingidos no cenário denominado desastre.

Sendo assim, o próximo descritor, Desastre socioambiental, teve um resultado de 69 pesquisas na base da BDTD, dentre as quais, destacam-se:

Quadro 6 – Resultados relevantes para “Desastre socioambiental” na base da BDTD

AUTOR	ANO DA PUBLICAÇÃO	TÍTULO	PROGRAMA
ANDRADE, Teresa Cristina Guerra de	2018	Impactos socioambientais decorrentes do rompimento da barragem de Fundão no município de Barra Longa, Minas Gerais	Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (PPG-ACPS/UFMG)
CARVALHO, Douglas Elias.	2018	O caso Samarco no Jornal Nacional: narrativa e personagens do maior desastre socioambiental do Brasil	Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM/UFRGS)
PEREIRA, Diego.	2018	Histórias de vida interrompidas pelo mar de lama: desastre de Mariana (MG)	Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH/UNB)
SANTOS, Marcela Alves de Lima	2018	Eu quero minha liberdade de volta: Saúde Mental e Atenção Psicossocial junto aos adolescentes atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão	Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSCO/FIOCRUZ)

A pesquisa de Teresa Cristina Guerra de Andrade (2018) revela que na atividade de mineração, os riscos e impactos ambientais relacionados à barragem de rejeitos e depósito estéril, estão entre os mais significativos. O objetivo da pesquisa se concentrou em identificar os impactos socioambientais decorrentes do rompimento, mostrando que estes causaram significativo impacto ambiental, alteração da paisagem, contaminação de rios, danos ao patrimônio cultural material e alterando o modo de vida da população local. Buscou tratar, além disso, de subsídios para pesquisas e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a gestão do risco de desastres.

Em outra perspectiva, encontra-se o estudo de Douglas Elias Carvalho (2018), que buscou analisar a narrativa do Jornal Nacional sobre o caso Samarco, mostrando que este conferiu às vítimas o protagonismo da história narrada e colocou o papel principal de vilã à Samarco, preservando as suas controladoras (VALE S/A e BHP Bilinton), através de informações superficiais e descontextualizadas sobre o caso, em uma abordagem não comprometida com o interesse público. Além disso, o trabalho conta com uma breve análise do caso. Sendo assim, a pesquisa de Carvalho é de grande relevância para discutirmos o imaginário social e midiático sobre o “desastre”. É importante destacar que as três empresas são responsáveis pelo crime ocorrido.

Com Diego Pereira (2018), o objetivo da pesquisa foi compreender o que aconteceu com as histórias de vidas interrompidas pelo desastre sócio ambiental causado pela Samarco, em Minas Gerais. O pesquisador buscou analisar o presente ponto através da perspectiva da violação aos direitos humanos. Tais violações de direitos humanos, e também fundamentais, são denunciadas durante o levantamento dos impactos socioambientais com os participantes da CRCMOP nos municípios capixabas. Destacam-se a ausência de água potável para consumo, até a falta de assistência à saúde, de modo a atender as demandas surgidas a partir da chegada da lama aos territórios.

Ainda nesse contexto, a investigação de Marcela Alves de Lima Santos (2018) mostrou que os adolescentes são o grupo mais exposto a uma condição de vulnerabilidade em situações de emergência. Aponta também que, ainda muito pouco é discutido como o setor de saúde deve se organizar nas fases de reabilitação, recuperação e reconstrução. Portanto, buscou analisar os impactos psicossociais e as formas de ressignificação dos adolescentes atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, em Minas Gerais. As narrativas mostraram que existiram dificuldades no processo de adaptação ao novo território e as

exigências de ressignificações e de reorganização social e comunitária trazidas pelo novo contexto. Nesse sentido, mostra que o desastre ainda não cessou e as ações ao longo prazo precisam continuar em desenvolvimento, através da participação e protagonismo dos estudantes. No tocante ao CRCM OP, algo relacionado à educação surgiu com o levantamento dos impactos realizados nos territórios: o interesse ou necessidade de “escolas de supletivos” ou de jovens e adultos nas áreas atingidas. Esses dados não foram analisados e, por conseguinte, não entraram no boletim técnico, contudo demonstram relevância.

Através de outro descritor, Samarco, foram encontradas na base de dados BDTD o total de 116 pesquisas, nas quais abordaremos abaixo, as que se relacionam com nosso trabalho e que não foram encontradas através dos demais descritores:

Quadro 7 – Resultados relevantes para “Samarco” na base de dados da BDTD

AUTOR	ANO DA PUBLICAÇÃO	TÍTULO	PROGRAMA
PAAZ, Carolina	2017	A consideração dos deslocados ambientais na deliberação e as consequências do rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG	Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGDIR/UCS)
SILVA, Camilla Veras Pessoa da	2017	Lama, Luto e Luta: a vivência dos atingidos pelo desastre da Samarco e a organização popular do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) como estratégia de enfrentamento	Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPSICO/SP)

O objetivo da pesquisa de Carolina Paaz (2017) foi identificar a violação dos direitos fundamentais da pessoa humana das comunidades atingidas, entendendo como se deu a

participação destas comunidades na deliberação preventiva e posterior ao “desastre”, identificando ações reparatórias para os atingidos e analisando os conceitos polissêmicos dos termos utilizados que designam pessoas atingidas por catástrofes ambientais. Além disso, resgatou os problemas sociais, econômicos e ambientais “pós-desastre”. Esse trabalho contribui com nossa investigação de mestrado, tendo em vista que os resultados das votações revelam e também denunciam situações que ferem os direitos humanos, como o consumo de alimentos contaminados, bem como a ausência de políticas públicas que garantam o direito a uma vida.

No tocante à vivência dos sujeitos atingidos, a pesquisa de Camilla Veras Pessoa da Silva (2017) buscou compreender essas vivências através da análise dos sentidos e significados presentes nas narrativas construídas pelos atingidos do desastre. Além disso, buscou refletir de que forma a organização popular através de um movimento popular, como no caso do MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, pode ser responsável por potencializar processos de resistência dos povos atingidos. Também mostra que ocorreu a participação política dos atingidos organizados em um movimento popular, na qual gerou transformação subjetiva, elaborando um novo sentido de vida e promovendo saúde na perspectiva ético-política. Essas organizações coletivas foram responsáveis por criar uma alternativa de enfrentamento de populações da região, que até o presente momento, tem vivenciado a consequência da irresponsabilidade da Samarco e das empresas que a administram. A percepção quanto a organização do MAB no ES dialoga com o apresentado por Silva, visto que as lideranças participantes das oficinas tinham relacionamento com o movimento social e já encontravam-se “ativas na luta” antes de conhecerem a tecnologia social ComRio ComMar Opinião Popular.

3 O PERCURSO HISTÓRICO DA MINERAÇÃO NO BRASIL

Em 05 de novembro de 2015 ocorreu o maior crime ambiental da história do Brasil, ocorrido pelo rompimento da barragem que continha rejeitos de minérios da empresa Samarco, administrada pela Vale S/A e pela anglo-australiana BHP Bilinton.

A barragem de Fundão, localizada no distrito de Mariana, em Minas Gerais, rompeu ocasionando em uma lama gigante que destruiu tudo o que alcançou. Após destruir cidades mineiras, alcançou o Rio Doce, por meio do qual percorreu cerca de 600 km levando em suas águas 60 milhões de m³ de lama tóxica, provocando a mortandade de peixes, da biodiversidade, de relações naturais e do ser humano com a natureza.

Questões importantes emergem dessa tragédia, que vem sendo nomeada como mero desastre ou como acidente. De quem é a responsabilidade do(s) crime(s)? O poder público cumpriu seu papel nessa relação? Houve negligência? De quem? A que ponto chegamos para que os interesses econômicos e financeiros se sobreponham à vida?

Para concebermos a ideia acerca do entendimento cultural imposto da natureza como recurso, é de primeira importância compreender o contexto histórico da mineração no Brasil. O contexto histórico marca e atravessa os sujeitos em seu tempo, uma vez que “não existem senão homens concretos (‘não existe homem no vazio’). Cada homem está situado no espaço e no tempo, no sentido em que vive uma época precisa, num lugar preciso, num contexto social e cultural preciso. O homem é um ser de raízes espaço-temporais” (FREIRE, 1980, p.34).

O contexto histórico, sociopolítico, econômico e cultural provoca assim o “enraizamento” para o qual Paulo Freire chama atenção, sendo esse o responsável pela forma como pensamos, sentimos, vivemos, nos relacionamos e inclusive nos compreendemos (ou não) no mundo.

Considerando que o problema desta pesquisa tem como objeto de investigação as oficinas de capacitação da ComRio ComMar Opinião Popular:

Pensar a prática, tendo como base a sistematização da experiência, de alguma forma, é dar conta dos processos históricos que, por meio dos discursos, posicionam sujeitos que produzem suas experiências. Não são os indivíduos que têm experiências, mas os sujeitos que são constituídos por elas (SANTOS, CASTRO, 2014, p. 38).

Nessa linha, se torna de primaz importância analisar as relações que antecedem os sujeitos atingidos por um tsunami que não foi criado por eles, tão pouco pela natureza, mas pelas relações que sustentaram o lucro acima de tudo. Assim, emergiram questões acerca da totalidade (Karl Marx, 2009) do fenômeno que envolveu o objeto de pesquisa, na qual está impregnada o valor do extrativismo mineral e sua relação histórica com o Brasil em um sistema econômico de produção capitalista. Portanto, “a totalidade concreta do mundo histórico, o processo histórico total e concreto é o único ponto de vista do qual a compreensão torna-se possível” (LUKÁCS apud MEZSÁROS, 2011, p. 440). Coaduna a este entendimento, a visão marxista acerca da totalidade sobre os indivíduos. Em seus estudos sobre seu método investigativo, Marx (2011, p. 154) esclarece, o que a nosso entender também se trata de sistematizar a representação do todo:

Por isso, se eu começasse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto repensado [chegaria] a conceitos abstratos [Abstrakta] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples. Daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações.

Deste modo, os fenômenos não se tratam de eventos soltos ou aleatórios, mas são conjunturais. Portanto, buscar-se-á na História o lugar que o extrativismo mineral ocupou, e ainda ocupa, no Brasil e qual a sua assunção no sistema econômico de produção capitalista, culminando no maior crime socioambiental da história do Brasil – ponto de partida desta pesquisa.

O período colonizador vivenciado pela América espanhola e pela América portuguesa se revelou diferenciado em diversos aspectos, sobretudo na busca por minérios. A descoberta de metais preciosos nos territórios se deu em momentos e em conjunturas históricas bem distintas. No caso da colonização espanhola, a prospecção por minérios ocorreu em meados do Século XVI, lapso temporal entre 1540 e 1570, e, desde a colonização do seu território adquirido pelo Tratado de Tordesilhas (1484), os espanhóis intentaram a descoberta de jazidas. Esse anseio foi explicitado na obra de Leslie Bethell (2004, p. 58) que transcreveu uma mensagem do “conquistador” Hernán Cortés ao Imperador asteca Montezuma: “Eu e meus companheiros sofremos de uma doença do coração que somente o ouro pode curar”.

Noutro giro, a extração de minérios no território português, de forma mais específica no Brasil, veio a ocorrer de forma sistematizada apenas três séculos após o descobrimento em

virtude do franco declínio da era açucareira. Diante deste quadro de crise econômica, a coroa portuguesa precisava adequar-se às transformações que estavam em curso no Ocidente Europeu. Nesse sentido, recorreremos à lição do historiador Boris Fausto (2004, p. 98) de que “os metais preciosos vieram aliviar momentaneamente os problemas financeiros de Portugal”.

Sobre este tema, em apertada síntese, disserta Sérgio Buarque de Holanda (2003, p. 266-267) a respeito da diferença estrutural entre as colonizações espanhola e portuguesa em seus territórios além de Tordesilhas:

É ilustrativo o confronto com o que ocorre nas possessões castelhanas, onde só se implanta uma economia agrária, e a princípio de modo elementar, quando faltam ou rareiam os cobiçados metais e as pedrarias: nas Antilhas – que todavia conheceram explorações auríferas, incipientes e de pouco fruto -nas partes costeiras da América Central e da Venezuela, no Paraguai, no Rio da Prata. Para os espanhóis, lavoura e pastoreio constituem, nessa etapa inicial, atividades periféricas e suplementares. Por esse motivo aparecem de preferência fora das áreas aquinhoadas com a única riqueza verdadeiramente digna de tal nome para o conquistador: em terras pobres, *tierra de hambre*, como são às vezes chamadas.

A ocupação do solo é afetada em todos os seus aspectos por essas condições particulares. A escassez daqueles tesouros naturais, que em todos os tempos têm gerado nos homens a cupidez e a discórdia, e a inexistência, por outro lado, de organizações estatais mais ou menos poderosas, como as da Nova Espanha ou as do Peru capazes de coordenar melhor a resistência indígena à invasão atenuam, muitas vezes, o ímpeto da verdadeira ação militar e de conquista, deixando espaço à placidez de empresas mais laboriosas e monótonas. É inútil querer descobrir algum abismo, nesse ponto, entre o comportamento dos castelhanos e o dos lusitanos que se fixaram no Novo Mundo. Se agiram diversamente, de início, nos modos de ocupação, povoamento e granjeio da terra foi, em parte, porque os primeiros, solicitados, em suas Índias, pela fabulosa colheita de riquezas mineiras, desde cedo manifestas, hão de relegar para segundo plano atividades econômicas que os portugueses desprovidos ainda desses tesouros, se viam levados a fomentar.

Sérgio Buarque de Holanda (2003) lembra, nesse aspecto, que o processo de mineração português que emergiu no Século XVII, está intimamente vinculado ao bandeirismo paulista que interiorizou suas atividades em busca de índios, escravos e metais preciosos. Na lavra de Fausto (1996, p. 60) “em 1695, no Rio das Velhas, próximo às atuais Sabará e Caeté, ocorreram as primeiras descobertas significativas de ouro”. Nas décadas seguintes nos estados da Bahia, atual Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais também foi encontrado ouro em larga escala.

No Brasil, a mineração se desenvolveu de maneira mais interiorana, isto é, afastada do litoral, deste modo, era necessário que se utilizasse de transporte para que o ouro fosse escoado para a costa brasileira e conseqüentemente ser destinado ao Continente Europeu. Neste contexto, é digno de nota a lição de Douglas Cole Libby ao pontuar que “os serviços de transporte de curta e longa distância foram essenciais para o funcionamento da economia

mineira, e a presença de escravos atuando junto às tropas de muares ou como carregadores e carroceiros foi registrada já no início do século XVIII e ainda no decorrer do XIX”.

[...] com a descoberta das minas de ouro e diamantes no início do século XVIII, o Estado aumentou seus controles, com o objetivo de organizar uma sociedade em rápido crescimento e assegurar a percepção dos tributos sobre as novas riquezas. Mas mesmo aí só o Distrito Diamantino, instalado em Minas Gerais na Comarca do Serro Frio, correspondeu à imagem de um Estado sobreposto à sociedade, amputando todos os membros que resistissem a seu domínio (FAUSTO, 1996, p. 45).

Igualmente nessa linha, Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre (2009) ainda acrescenta que os paulistas tentaram deixar as descobertas em sigilo, sobretudo as suas minas, feito este fracassado, vez que a notícia se disseminou, deflagrando a corrida pelo ouro. Assim também faz coro André João Antonil (1982, p. 167):

A sede insaciável do ouro estimulou tantos a deixarem suas terras, meterem-se por caminhos tão ásperos, como são os das minas, que dificilmente se poderá saber do número de pessoas que, atualmente, lá estão. Mais de 30 mil homens se ocupam, uns em catar, outros em mandar catar o ouro nos ribeiros. Outros ainda se ocupam em negociar, vendendo e comprando o que se necessita não só para a vida, mas também para o luxo. Cada ano vem nas frotas quantidades de portugueses e de estrangeiros para irem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil vão brancos, mulatos, pretos e muitos índios de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, religiosos.

A corrida pelo ouro promoveu uma modificação socioeconômica em toda a região, advinda do intenso fluxo migratório. De acordo com Kenneth Maxwell (1985, p. 109) “a população de Minas Gerias em 1776, excluídos os índios, era superior a 300 mil habitantes, o que representava 20% da população total da América portuguesa e constituía a maior aglomeração da colônia”.

A mão de obra utilizada pela coroa portuguesa na mineração da colônia brasileira foi predominantemente escrava, cujas técnicas de remoção de minérios utilizadas eram precárias, dando fomento a uma gama de acidentes e mortes nas extrações, transportes e acondicionamento dos minérios extraídos.

Nas zonas de mineração sobrevieram um considerável rearranjo espacial, social e econômico. Evidencia-se nelas a presença de um grande movimento de migração humana em direção às zonas extrativistas. Aduz Alexandre (2009), que a região de Minas Gerais experienciou a formação de “ uma população heterogênea já que temos essencialmente a presença de migrantes portugueses, negros e mulatos, sendo que grande parte era composta

por negros devido a forte concentração de escravos na região aurífera”. Souza (1986, p.63) chama atenção para uma categoria social denominada “desclassificados do ouro”:

A camada dos desclassificados ocupou todo o vácuo “imenso que se abriu entre os extremos da escala social, categorias “nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização”. Ao contrário dos senhores e dos escravos essa camada não possui estrutura social configurada, caracterizando-se pela fluidez, pela instabilidade, pelo trabalho esporádico, incerto e aleatório.

Esta mesma autora ainda faz referência à um discurso histórico acerca da zona de mineração:

[...] é habitada de gente intratável, sem domicílio, e ainda que está em contínuo movimento, é menos inconstante que os seus costumes, os dias nunca amanhecem serenos: o ar é um nublado perpétuo; tudo é frio naquele país, menos o vício, que está ardendo sempre. Eu, contudo, reparando com mais atenção na antiga e continuada sucessão de perturbações que nelas se vêem, acrescentarei que a terra parece que evapora tumultos: a água exala motins; o ouro toca desaforos: destilam liberdades os ares; vomitam insolências as nuvens; influem desordem os astros: o clima é tumba da paz e berço da rebelião; a natureza anda inquieta consigo, e amotinada lá por dentro, é como no inferno (SOUZA, 1994, p. 59).

O excerto acima encontra-se no *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas minas houve no ano de 1720*, de autoria anônima, mas, para a pesquisadora Carolina Marotta Copanema (2013, p. 33), ele é “atribuído àquele que foi governador da capitania de São Paulo e Minas do Ouro entre 1717 e 1721, o Conde de Assumar, e a outros colaboradores”.

Para a autora, existe um entendimento pejorativo quanto à natureza e como esta influenciava no caráter de seus habitantes e moradores das regiões das Minas. Se a natureza (o ouro) fazia daqueles habitantes rebeldes e de suas áreas cheias de conflitos, o entendimento do Conde e de seus colaboradores era de que ao livrá-los de tamanha influência, estes se tornariam dóceis e fáceis de convivência. Para tanto, seria necessário

[...] desmontar terra, e lírar ouro, entendendo que, expurgado o centro e limpa a terra deste metal, que por natural simpatia move alterações e causa discórdias, ficariam (como ficaram) sossegados e obedientes seus moradores. E como o ouro sem dúvida inquieta os ânimos e lhes comunica mais atrevimento e vigor (SOUZA, 1994, p. 61).

Ainda nesta esteira, bem esclarece Holanda (2003, p. 266-267) que “a ocupação do solo é afetada em todos os seus aspectos por essas condições particulares. A escassez daqueles tesouros naturais, que em todos os tempos têm gerado nos homens a cupidez e a discórdia [...]”.

Nesta seara István Mészáros (2011, p. 52) disserta que “[...] o problema da ecologia é real já há algum tempo, ainda que, evidentemente, por razões inerentes à necessidade de crescimento capitalista, poucos tenham dado atenção a ele. O autor, faz uma leitura a partir de Karl Marx, cujos entendimentos, em meados dos anos 1800, convergiam para o sentido de que era contraproducente pensar que as formas de desenvolvimento (industrial), que ocorriam em detrimento da espoliação ao meio ambiente, eram inerentes à “essência humana”.

Para Mészáros (2011, p. 53), “Marx compreendeu perfeitamente, já naquela altura, que uma reestruturação radical no modo predominante de intercâmbio de controle humano é o pré-requisito necessário para um controle efetivo das forças da natureza, que são postas em movimento de forma cega e fatalmente autodestrutiva [...]”.

Não é diverso o pensamento de Boff (2000, p. 3) ao elucidar que

Não quer apenas o meio ambiente. Quer o ambiente inteiro. Inseparável o ser humano e a sociedade dentro da natureza. Preocupa-se não apenas com o embelezamento da cidade, com melhores avenidas, com praças ou praias mais criativas. Mais prioriza o saneamento básico, uma boa rede de escolas e um serviço de saúde decente. A injustiça social significa uma violência contra o mais complexo e singular da criação que é o ser humano, homem e mulher. Ele e ela é parte da natureza. A ecologia social defende o desenvolvimento sustentável. É aquele em que se atende as carências básicas dos seres humanos hoje sem sacrificar o capital natural da terra e se considera também as necessidades das gerações futuras que têm direito à sua satisfação e de herdarem uma terra habitável com relações minimamente justas.

Resta evidente a compreensão da natureza, desde a colonização, de que esta seja um recurso a ser explorado, visto como inesgotável, enquanto para os nativos (e seus descendentes e habitantes das mesmas áreas) trata-se de uma relação muito mais densa e equilibrada, entendida como organismo, ser humano e universo coexistindo de maneira simbiótica. Para o filósofo indígena brasileiro, Ailton Krenak (2020, p. 16-17),

Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade. Enquanto isso – enquanto seu lobo não vem – fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza.

Outro dado importante, é que desde o período colonial brasileiro, a mineração contava com dois tipos essenciais de jazidas auríferas: o ouro de veias e o ouro encontrado nos rios. O papel dos faiscadores era garimpar os cursos d’água, fazendo uso de bateias de metal ou de madeira. Conforme Alexandre (2009), esses instrumentos eram utilizados para separar, por meio da diferença de densidade, as partículas de ouro dos demais materiais particulados.

Existiam ainda as operações mais elaboradas que eram feitas às margens dos rios e encostas, denominadas gruiaparás. Eram realizadas aberturas nas encostas, chamadas de catas, daí, fazia-se o emprego de lavagem em alta pressão para que as camadas de pedregulhos fossem expostas e trabalhadas. Deste procedimento resultavam lamas. Complementa Alexandre (2009) que “a lama que restava passava depois por várias caixas de lavagem que prendiam partículas de ouro até um cocho, onde os escravos garimpavam os resíduos. Este procedimento se denominava lavras que pedia um alto investimento inicial”.

Cotejando-se passado e presente é

[...] impossível não associar tal visão à catástrofe de Mariana e do rio Doce, desencadeada em 5 de novembro de 2015, desvelando uma nova dimensão desse todo. Em Mariana, a derrama dos rejeitos, empilhados como um castelo de cartas em duas barragens a montante, apoiando-se a si mesmas sem outros critérios a não ser o da acumulação sem freios, pela empresa Samarco, braço da atual Vale, cobrou seu tributo às comunidades e a todos os reinos da natureza em vidas e em destruição, no distrito de Bento Rodrigues e em tudo que se estende pelo rio Doce até o mar. (Já riscado da denominação da Vale S.A. em 2007, quando a Companhia Vale do Rio Doce – privatizada pelo governo Fernando Henrique Cardoso em 1997 – trocou seu nome, é como se a companhia estivesse agora a ponto de riscar o próprio rio do mapa.) Associar os acontecimentos de Itabira e de Mariana não significa equipará-los – um é efeito do lento desenrolar de uma exploração que opera em surdina ao longo de décadas, de modo crônico, localizado e praticamente invisível na cena pública nacional; outro eclode súbito e estrondoso, esparramado no espaço e reconhecido imediatamente como a maior hecatombe socioambiental do país, desmascarando a pulsão destrutiva da sanha extrativa e acumuladora (WINSKI, 2018, p. 37-38).

Wisnik (2018) chama atenção para a “pulsão destrutiva” da mineração desencadeada por uma lógica capitalista, acumuladora e desumana, que da mesma forma que fez de um pico (do Cauê – em Itabira/MG) um buraco, fez de Bento Rodrigues uma cidade fantasma coberta pela lama de rejeitos de minérios, que não foi o bastante para não alcançar o Rio Doce, destruindo tudo o que tocava.

A história da cidade protagonista deste estudo se confunde, muitas vezes, com a história da mineração no Brasil, isto porque dentre muitas vilas, comunidades que se formaram no desenvolvimento do período minerador, chama-nos a atenção a história da Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo que nos idos de 1711 foi elevada à cidade, passando a se chamar Mariana em homenagem à rainha Maria Ana Vitória de D`Áustria (JORNAL DA UNICAMP, 2018, online).

Entre os séculos XVII e XVIII, bandeirantes paulistas descobriram ouro na região, momento em que se tornou a primeira Vila da região, e, posteriormente, a primeira Capital de Minas Gerais.

A região é composta por nove distritos, que desenvolvem atividades agropecuárias e artesanato: Santa Rita Durão, Monsenhor Horta, Camargos, Bandeirantes (Ribeirão do Carmo), Padre Viegas (Sumidouro), Claudio Manoel, Furquim, Passagem da Mariana e Cachoeira do Brumado.

Não raro, Mariana teve seu desenvolvimento socioeconômico e cultural alicerçado na exploração, no extrativismo, na degradação ambiental, nas desigualdades, conforme os ditames da mineração. Mariana não destoou das demais regiões do Quadrilátero Ferrífero Mineiro.

Fonseca (2015, p. 9), ainda pondera que:

[...] a classificação de raça/cor indica uma hierarquia na definição da qualidade dos membros do domicílio, pois, como pode ser visto, o núcleo familiar foi assinalado como branco, enquanto os demais foram classificados a partir de um conjunto de termos hierarquicamente estruturados: a agregada Quitéria foi considerada parda e os escravos (Pedro e Maria Antônia) foram apresentados como pretos. Portanto, há uma hierarquia que separa os indivíduos a partir do status racial, ou seja, o núcleo familiar era branco, os agregados pardos e os escravos pretos. A classificação como branco é o reconhecimento de um status incondicional de liberdade. Os agregados, que de alguma forma tinham uma relação de dependência com o núcleo familiar, foram apresentados como pardos. Já os cativos, que eram absolutamente dependentes, foram assinalados na condição de pretos. A regularidade com que encontramos esta hierarquização indica que as distâncias sociais eram acompanhadas, ou reforçadas, por diferenciações raciais. Isso indica que as classificações apresentadas no campo relativo à “qualidade” iam muito além da raça, ou cor, designando também um lugar social”.

3.1 PORQUÊ NÃO SE DEVE TRATAR COMO DESASTRE O QUE É CRIME: MEIO AMBIENTE E A TUTELA JURÍDICA DOS DIREITOS AMBIENTAIS

A Lei 6.938/81, em seu artigo 3º, inciso I, traz o conceito jurídico-normativo de meio ambiente como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

Insta salientar que o Legislador constituinte não se mostrou alheio a isto, a Carta de 1988 deu ao Meio Ambiente uma proteção especial, ou seja, elevou o meio ambiente ao chamado “bem jurídico”. A inovação constitucional atribui responsabilidades com vistas ao

equilíbrio ambiental para as hodiernas e gerações futuras. Além do mais, é válido para todos, isto é, têm alcance coletivo⁸. Nesta seara, não só o indivíduo, mas a coletividade deve preservar o meio ambiente mesmo diante do desenvolvimento econômico. Assim, a redação do artigo 225 da Constituição Federal Brasileira é clara ao estabelecer que a proteção do meio ambiente é atribuição de todos.

Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida e Isabella Franco Guerra (2017, p. 186) usam a expressão “Estado Democrático Ambiental”. Para as autoras, é imprescindível reafirmar que a democracia está sob a égide dos direitos humanos, “a prevalência do respeito e salvaguarda da dignidade humana, que impõe garantir a segurança ambiental, considerando o olhar biocêntrico, de proteção das várias formas de vida existentes no Planeta”.

Deste modo, o direito a um ambiente sadio e equilibrado, é uma garantia fundamental, pois “uma vez garantido o direito à vida, a preservação do meio ambiente correlaciona-se com a dignidade da pessoa humana, na medida em que uma vida digna pressupõe uma vida saudável, que só pode advir de um meio ambiente equilibrado” (SIMÕES; PAGANELLI, 2013).

É importante registrar que a tutela ambiental é de primaz importância tendo em vista que a degradação do meio ambiente implica em uma ameaça não somente ao bem-estar ou a qualidade de vida humanas, mas do indubitável aniquilamento da espécie humana. Resumindo esta construção, pode-se chegar à conclusão de que os direitos ambientais transcendem a esfera individual, trata-se, portanto, de um direito de todos, por conseguinte, em suas características ontológicas os direitos ambientais são inerentes a toda coletividade.

Essa garantia do mínimo existencial ecológico, conforme salienta Antonio Herman De Vasconcellos Benjamin (2008, p. 54-55) “[...] é apenas o porto de chegada ou ponto mais saliente de uma série de outros dispositivos que, direta ou indiretamente, instituem uma verdadeira malha regulatória, que compõe a ordem pública ambiental [...]”.

O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, direito humano fundamental, “é bem unitário global, composto pelos seguintes bens ambientais: solo, água, ar, espécies da fauna e da flora, recursos genéticos, ecossistemas, processos ecológicos, paisagens, bens e valores culturais” (MIRRA, 2002. p. 47).

⁸ Estabelece deveres *erga omnes*.

Marcelo Abelha Rodrigues (2017), portanto, tem razão ao assinalar que a questão ambiental, de dimensão planetária, não pode ser vista de outra maneira senão de forma global, tendo em vista que os problemas ambientais não ficam limitados às fronteiras do território geográfico de um Estado. Não raro, deparamo-nos com a ocorrência de danos ambientais transfronteiriços, cuja afetação ao ambiente ecológico equilibrado (que é um bem jurídico) transcende a regionalidade sem esquecer as necessidades locais, mas pensando em sentido global. Tal entendimento pode ser remetido ao rompimento da barragem de Mariana, cujo dano e crime transcendem as fronteiras do território mineiro.

Torna-se oportuno trazer à elucidação o conceito de dano, o qual é entendido por Sérgio Cavalieri Filho (2010, p. 73), como sendo “a subtração ou diminuição de um bem jurídico, qualquer que seja a sua natureza, quer se trate de um bem patrimonial, quer se trate de um bem integrante da própria personalidade da vítima [...]”. Neste mesmo sentido, entendem José Rubens Morato Leite e Patryck de Araújo Ayala (2011, p. 94), que dano ambiental “constitui uma expressão ambivalente, que designa, certas vezes, alterações nocivas ao meio ambiente outras, ainda, os efeitos que tal alteração provoca na saúde das pessoas e em seus interesses”.

O dano ambiental além de recair diretamente sobre o ambiente de modo geral em prejuízo da coletividade, pode em casos determinados refletir sobre o patrimônio, os interesses ou a saúde dos indivíduos, individualmente ou em grupos (MILARÉ, 2013, p. 319). O dano precisa ser avaliado em três aspectos: “a amplitude do bem protegido”, a “reparabilidade e os interesses jurídicos envolvidos”, e a “extensão e o interesse objetivado” (LEITE, 2011, p. 95).

A redação do artigo 23, inciso VI, combinada com o disposto no inciso III do § 1º do artigo 225 da Magna Carta Brasileira, determina que é de competência do Poder Público proteger o meio ambiente, deste modo, disserta sobre o dever dos entes: União, Distrito Federal, Estados e Municípios, de implementar ações protetivas ao meio ambiente, além do dever destes entes públicos de informar a população sobre as questões ambientais e de promover o acesso à educação ambiental.

Os parágrafos 2º e 3º tratam da responsabilidade de reparação do dano causado ao meio ambiente, nestes termos:

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (BRASIL, 2016).

A interpretação do dispositivo jurídico é uníssona no sentido de que, tendo a ocorrência do dano sido provada, é de primeira importância que se conheça o atingido e suas extensões. Em seguida, busca-se constatar o nexo causal entre o dano e a ação ou omissão do agente causal.

Noutro giro, a investigação de Paula Bortolon (2018) contribui à questão, visto que analisou o processo de formação das representações sociais da Samarco e do desastre para os ex-funcionários que aderiram ao Programa de Demissão Voluntária (PDV). Em sua pesquisa os resultados evidenciaram que, para os participantes da área administrativa, o processo do “desastre” fez com que a representação social que antes mostrava-se positiva passou a ser negativa, já que identificaram a empresa neste momento como negligente. Já com os funcionários da área de operação e segurança observou-se a representação social positiva, pois defendiam o “desastre” como um evento acidental. Sendo assim, a pesquisa de Bortolon traz dados importantes sobre a relação dos trabalhadores com a empresa, bem como seus entendimentos quanto ao “desastre-crime” (forma como o define).

Em uma outra toada, Vieira (2019) se propôs a analisar os discursos da Fundação Renova, com vistas de problematizar as ações da Fundação como protagonista na gestão e execução do processo de reparação. A autora evidencia as interfaces antagônicas encontradas entre a contraposição das narrativas da Fundação Renova e das comunidades atingidas. Para Vieira (2019, p. 129), existe:

[...] o emprego de práticas discursivas direcionadas, com base em seus efeitos calculados, à facilitação do cumprimento de suas próprias funções, a começar pelo incentivo da Renova à participação e à adesão dos diversos atores às normas instituídas no âmbito do sistema de governança engendrado. Assim, ao situar os atingidos como protagonistas das decisões e das ações em curso, colocando-se como coadjuvante, na verdade exercita uma forma de manutenção de sua posição hegemônica, que se efetiva nos ordenamentos e nas formações discursivas, isto é, em sua positividade, nas palavras de Foucault.

A confirmação da hipótese da pesquisadora vai ao encontro dos dados levantados nas votações realizadas pela Pesquisa ComRio ComMar Opinião Popular (CRCMOP)⁹, que

⁹ O capítulo 3 se ocupa em sistematizar a experiência da Pesquisa CRCM OP.

denunciam a relação dos atingidos com a Renova, principalmente no tocante ao reconhecimento das áreas impactadas e do pagamento das indenizações, para os quais o atingido precisa comprovar que é atingido e aguardar o reconhecimento da Fundação.

Para a liderança da Aldeia Indígena de Areal (Linhares), Rômulo Rosa, “A gente não é reconhecido como área impactada. Depois entra o reconhecimento indígena. Mas eles lutam de qualquer forma para a gente não ter o reconhecimento dentro da Renova como povos tradicionais indígenas: é uma relutância muito grande” (Jornal CRCMOP, 2021, p. 6).

Essa visão se harmoniza com o entendimento da entrevistada Euzeneia Carlos (2023) de que *“a partir do desastre da SAMARCO um conjunto de atores, organizações e vítimas que vão começar a reivindicar, primeiro, o reconhecimento como pessoas atingidas, e segundo, a reparação, a justa reparação, a integral reparação por ter esse direito afetado”*. Primeiro, busca-se o reconhecimento para posteriormente se requerer o direito violado.

É nesse ínterim que se aplica o disposto nos parágrafos do artigo 225 da Constituição Federal. Este dispositivo contempla a tripla responsabilidade ambiental, quais sejam a responsabilidade administrativa, civil e penal.

Não é apenas a agressão à natureza que deve ser objeto de reparação, mas a provação, imposta à coletividade, do equilíbrio ecológico, do bem-estar e da qualidade de vida que aquele recurso ambiental proporciona, em conjunto com os demais. Desse modo, a reparação do dano ambiental deve compreender, também, o período em que a coletividade ficará privada daquele bem e dos efeitos benéficos que ele produzia, por si mesmo ou em decorrência (art. 3º, I, da Lei 6.938/1981). Se a recomposição integral do equilíbrio ecológico, com a reposição da situação anterior ao dano, depender, pelas leis da natureza, de lapso de tempo prolongado, a coletividade tem direito subjetivo a ser indenizada pelo período que mediar entre a ocorrência do dano e a integral reposição da situação anterior (MACHADO, 2013, p. 418).

Não obstante, em sua grande maioria, os efeitos dos danos ambientais são de fácil alcance ou de solução imediata. Importante ter em análise que:

Em algumas hipóteses a degradação ambiental importa em resultados irreversíveis, tais como extinção de espécies animais, destruição de monumento tombado, perda da capacidade auto-regenerativa de recursos naturais, o que somente agrava a situação em termos de ressarcimento. Essas circunstâncias, porém, não se justificam como óbices à reparação dos danos ambientais. Ao contrário, enaltecem a importância de se elaborar e implementar mecanismos e instrumentos jurídicos alternativos e eficazes na restauração do equilíbrio ecológico comprometido (VIANNA 2009, p. 142-143).

E por esse motivo, não é sem razão que diante de um crime ambiental irreversível, ou seja, em que a reconstituição do bem jurídico lesado seja inalcançável, deve-se primar pela compensação mais equivalente dos bens ambientais. Nas palavras de José Ricardo Alvarez Vianna “trata-se de compensar o patrimônio ambiental com patrimônio ambiental correspondente e equivalente”. (VIANNA, 2009, p. 145).

Na visão de Maria do Carmo Albuquerque (2023),

O boletim [técnico CRCMOP] evidencia que as pessoas das comunidades não priorizam a indenização material, mas sim a recomposição do trabalho e renda, do meio ambiente e água, da saúde, ou seja, a recomposição dos modos de vida e dos seus direitos sociais que sempre foram precariamente atendidos pelo Estado brasileiro e agravado pelo crime das mineradoras, que não consideram a proteção das comunidades como sua responsabilidade.

De maneira análoga, a pesquisa de Bianca de Jésus Silva (2018), retratou as consequências causadas pelo rompimento da barragem de Fundão, em Minas Gerais, demonstrando que dentre as regiões afetadas, encontram-se a Foz do Rio Doce e o litoral do Espírito Santo. Nas pesquisas de campo realizadas, constatou-se disparidades entre práticas e conhecimentos empíricos-locais e técnico-científicos em relação às condições da água.

Quadro 8 – Documentos disponíveis sobre Águas e Comunidades Aquáticas –
GIAIA¹⁰

GIAIA ²⁹			
Nº	Data	Nome do Laudo	Resumo das Conclusões
1	11/12/2015	Relatório Parcial Expedição Rio Doce	Arsênio fora da legislação 4 > Mn, Fe, Cd, Pb, Se, Al e Ln
2	21/12/2015	Análises realizadas <i>in situ</i> – Análises físico-químicas do Rio Doce e afluentes sob influência dos rejeitos provenientes do rompimento da barragem de Fundão da empresa Samarco	Alta turbidez e concentração de material em suspensão, que afeta os organismos que fazem fotossíntese que são, na maioria das vezes, a base da cadeia alimentar. Ainda em análise – para outras conclusões futuras.
3	02/03/2016	Análise de organismos Bentônicos – Rio Doce e afluentes.	Poucos organismos bentônicos foram encontrados. J2, j3, j4, j5, j10, j15 e j17, nenhum organismo foi encontrado vivo. Os vivos são colonizadores Em Regência somente conchas vazias.
4	21/03/2016	Relatório Comunidade Fitoplanctônica e zooplactônica referente à 1ª expedição ao Rio Doce (dezembro/2015)	Baixa densidade e diversidade causada por uma grande limitação das condições de desenvolvimento e crescimento. Catástrofe intensificou o processo Redução de luz/ Aumenta a incerteza para desenvolvimento.
5	21/03/2016	Laudo preliminar - Toxicidade aguda de amostras de água sobre <i>Daphnia similis</i> .	E possível que os efeitos tóxicos significativos estejam ocorrendo nos organismos filtradores. Deve-se analisar esse tipo de espécie Toxicidade da água para abastecimento – é possível que esteja/tenha sido causada pelos aditivos químicos usados para desinfetar e tratar a água. Os dados serão divulgados ao público tão logo as análises estejam concluídas.
6	20/07/2016	Análise físico-química do Rio Doce e afluentes – GIAIA – 2ª Expedição à Bacia do Rio Doce (30/03 a 08/04/16)	Impacto físico relacionado à turbidez Relação direta com a produtividade do ecossistema

¹⁰ GIAIA - Grupo Independente para Avaliação do Impacto Ambiental.

7	27/07/2016	Resultados das Análises quali-quantitativa do zooplâncton no Rio Doce e Afluentes. Campanha março e abril/ 2016	Jusante ao desastre, permite afirmar que ocorreu perda da riqueza, da densidade e da diversidade dessa biota.
8	10/08/2016	Levantamento das plantas aquáticas na Bacia do rio Doce após o desastre ambiental de Mariana (resultados preliminares)	Vegetação no manguezal de grande porte – demandando maior esforço de coleta – tal ponto foi subamostrado e necessita de maior esforço de coleta e acompanhamento.
9	29/11/2016	Análise da Comunidade Fitoplanctônica do rio Doce e afluentes. 2ª Expedição à Bacia do Rio Doce (30/03 a 08/04/16)	Esgoto e outros rejeitos – ciano bactérias devem ser monitoradas com atenção – produtos de toxinas podem vir a ser um problema de saúde pública.
10	15/12/2016	Análise físico-química do Rio Doce e afluentes – Análises realizadas <i>in situ</i> – 3ª Expedição à Bacia do Rio Doce (29/10 a 05/11/2016).	Impacto e degradação aumentando a toxicidade.
11	15/12/2016	Análise das análises quali e quantitativas da comunidade zooplânctônica – 3ª Expedição à Bacia do Rio Doce (29/10 a 05/11/2016).	Nos trechos imediatamente à jusante ao rompimento da barragem, a recuperação da biota não alcançou níveis satisfatórios.
12	01/05/2017	Análises físico-químicas do Rio Doce e Afluentes. Análise de Organismos Bentônicos. 3ª Expedição à Bacia do rio Doce – 24/10 a 05/11/2016	Turbidez decresceu, possivelmente refletiu na comunidade de bentônicas, que apresentou maior abundância em alguns pontos.

Fonte: Silva, 2018, p. 83-84.

Silva (2018, p. 155) demonstrou os efeitos possíveis e reais dos rejeitos ao concluir que:

[...]o trabalho de campo da região na foz do rio Doce foi por nós entendido enquanto a apresentação dos riscos, fazendo com que a discussão sobre riscos e contaminação seja importante para se refletir sobre o crime-desastre da Samarco, que cobriu toda uma bacia hidrográfica, sendo essa a quinta maior do Brasil, e transformou os modos de relacionamentos com as águas anteriormente presentes.

Insta ainda destacar que a reparação deve ir para além da prestação pecuniária, isto é, em dinheiro, mas, sobretudo deve buscar garantir o pleno desfrute do bem ambiental. A reparação em dinheiro não tem poder (ou magia) de recompor o bem ambiental afetado, tampouco reconstruir, o que o Direito preza como, a característica coletiva do bem.

Edna Cardozo Dias (2003, p. 21) explica que:

O caminho da justiça social nos leva a uma ética ecológica. Esta é muito mais que a moral. A ética moralista se revelou insuficiente para conter a avalanche de tendências destrutíveis. Ela é criada pela pressão social, enquanto a ética ecológica é criada pela sabedoria indissociada da dimensão do amor e do serviço, pela liberdade de escolha e responsabilidade, pelos valores intrínsecos do certo-errado e pela lei natural. Por ela expressamos o comportamento justo e a maneira correta de o ser humano se relacionar com os outros seres vivos, com o planeta e com seus semelhantes.

Na visão de Mattedi e Butzke (2001, p. 9), a palavra “desastre” é comumente utilizada para definir qualquer tipo de evento inesperado, súbito ou de força maior. Já o Decreto Federal nº 10.593/2020, apresenta o conceito de desastre como o resultado de eventos adversos, decorrente de ação natural ou humana sobre cenário vulnerável que cause danos humanos, materiais ou ambientais e também prejuízos econômicos e sociais (BRASIL, 2020).

Entretanto, o colapso que foi presenciado em Mariana, demonstra a omissão gerencial, as escolhas negligentes de barateamento de custos operacionais na manutenção das barragens, atrelados ao empoderamento das empresas extrativistas minerárias.

3.2 DESMITIFICANDO O TERMO DESASTRE: DEGRADAÇÃO AMBIENTAL, IMPACTOS E CRIMES AMBIENTAIS

É inquestionável que a atividade mineradora se faz presente como um recurso da humanidade desde a pré-história. Desde então, técnicas foram agregadas ao longo das eras históricas, fazendo com que a mineração se constituísse uma das atividades que movimenta a economia de muitas nações durante séculos.

Hodiernamente no Brasil é evidente a expansão da atividade econômica da indústria extrativa. Segundo dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) no ano de 2014, o Brasil se destacou como o principal produtor de nióbio, com participação de 93,7% no mercado desse metal e ocupando o posto do segundo maior produtor de Magnesita, com 14,5%. Não raro, esta ação enseja debates sobre o desenvolvimento econômico e social em detrimento dos impactos ambientais, por vezes irreversíveis.

Em consonância a isto aponta István Mészáros (2011, p. 73) que

Outra contradição básica do sistema capitalista de controle é que ele não pode separar “avanço” de destruição, nem “progresso” de desperdício—ainda que as

resultantes sejam catastróficas. Quanto mais o sistema destrava os poderes da produtividade, mais libera os poderes da destruição; e quanto mais dilata o volume da produção, tanto mais tem de sepultar tudo sob montanhas de lixo asfixiante.

Na ótica deste autor, trata-se de um permanente ciclo de reprodução e de distúrbios imanes a ele. A produção do capital só se consome com o uso e o desperdício dos recursos do planeta, que posteriormente entram em colapso por agravar o “envenenamento do meio”. Nesse mesmo tom, acrescenta David Harvey (2016, p. 230): “O capital, como forma específica da atividade humana, faz o mesmo, mas cada vez mais em benefício do capital, e não da humanidade”.

Na esteira do pensamento deste autor, a questão ambiental foi elencada como um grande negócio para o capital. Nesse viés, “[...] todos os projetos ecológicos e ambientais são socioeconômicos (e vice-versa). Sendo assim, tudo depende dos propósitos dos projetos socioeconômicos e ecológicos [...]” (HARVEY, 2016, p. 231).

Expressa ainda que o capital enxerga a natureza como uma “grande reserva de valores de uso potenciais [...] que podem ser usados direta ou indiretamente ” (HARVEY, 2016, p. 232). E que “as pessoas são livres para extrair riqueza social da posse de uma natureza mercantilizada, inclusive capitalizando-a como riqueza monetária” (HARVEY, 2016, p. 233). Para Harvey, todo este mecanismo dá fomento à criação de classe rentista, extremamente poderosa, que se apodera da terra e dela extrai valores.

Essa classe é "dona" da natureza da qual precisamos para viver e pode ameaçar a perpetuação do capital, monopolizando toda a riqueza para si. Ricardo (seguindo Malthus) acreditava que o capital estava condenado, como vimos antes, porque as taxas de lucro cairiam inevitavelmente quando a extração de renda e o preço dos alimentos aumentassem. O poder dos rentistas aumenta porque muitos recursos, sendo encontrados em lugares geograficamente específicos, estão sujeitos à concorrência monopolista e, portanto, à extração de rendas de monopólio. O solo urbano e o mercado imobiliário, bem como o mundo dos chamados recursos "naturais", são lugares fecundos para uma classe rentista próspera acumular ainda mais riqueza e poder. Esse poder dos rentistas se estende àquele aspecto da natureza que é interiorizado na circulação do capital como tecnologia. Patentes e direitos de propriedade são estabelecidos a mando dos que produzem natureza na forma de novas tecnologias. Em troca de uma renda monopólica, concedem-se licenças privadas sobre materiais genéticos (sementes, por exemplo), novos métodos e até novos sistemas organizacionais de propriedade privada. Dessa maneira, nas últimas décadas os direitos de propriedade intelectual se tornaram um campo vital de acumulação. O controle que a classe rentista (por exemplo, proprietários de terra e titulares de direitos de propriedade mineral, agrícola e intelectual) exerce sobre os ativos e os recursos "naturais" permite que crie e manipule a escassez e especule sobre o valor dos ativos que controla. Esse poder é evidente há muito tempo (HARVEY, 2016, p. 233).

Em harmonia a isto, Eduardo Gudynas (2015, p. 19-20) coloca em revista que este tipo de mecanismo deve ser entendido como um conceito de “modo de apropriação”. Para ele, trata-se de um “modo fortemente territorializado, que corresponde ao primeiro estágio das cadeias ou redes internacionais de produção e comercialização”, que abrangem diferentes tipos de atividades o que torna o extrativismo amplamente plural.

Neste momento, é importante deixar claro que a atividade mineradora causa um significativo impacto ao meio ambiente, pois sua atividade só é possível em detrimento à “supressão de vegetação, exposição do solo aos processos erosivos com alterações na quantidade e qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos [...]” (MECHI; SANCHES, 2010, p. 209).

De maneira análoga, Teresa Cristina Guerra de Andrade (2018) revela que na atividade de mineração, os riscos e impactos ambientais relacionados à barragem de rejeitos e depósito estéril, estão entre os mais significativos. Sua pesquisa de doutorado concentrou-se em identificar os impactos socioambientais decorrentes do rompimento, demonstrando que estes causaram significativo impacto ambiental, alteração da paisagem, contaminação de rios, danos ao patrimônio cultural material e alterando o modo de vida da população local. Ademais, buscou-se tratar, além disso, de subsídios para pesquisas e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a gestão do risco de desastres.

Essa dicotomia da mineração como atividade necessária ao desenvolvimento social se faz presente desde pelo menos o Século XVI.

Nessa seara, ainda alerta Eduardo Gudynas (2015, p. 17) que:

Esse tipo de produção tem impactos ambientais agudos, pois incidem tanto na perda da biodiversidade pelo uso intenso de agrotóxicos, quanto geram conflitos com as comunidades locais (campezinhas, quilombolas, indígenas, entre outras) pelo uso da terra, que ao ocupar vastas regiões produzem desapropriações e deslocamento dessas populações.

Francisco Rego Chaves Fernandes (2014, p. 379) apontou que os impactos negativos das atividades mineradoras no “meio ambiente decorrem da alteração de forma substancial do meio físico, provocada por desmatamentos, erosão, contaminação dos corpos hídricos, aumento da dispersão de metais pesados, alterações da paisagem, do solo, que comprometem a fauna e a flora”.

Pensando nesta relação, o professor e pesquisador José Miguel Wisnik, se inclina com afinco em um estudo que busca demonstrar como a mineração atravessou não só os escritos de Carlos Drumond de Andrade, mas sua vida. Drumond era natural de Itabira do Mato de Dentro (MG), cidade que abrigou a chegada da Companhia Vale do Rio Doce, em 1942, para extrair e exportar minério de ferro. Assevera Wisnik (2018, p. 19-20):

Tanto nos seus aspectos textuais como nos contextuais, na poesia, na crônica ou no debate jornalístico, a obra de Carlos Drumond de Andrade [A Máquina do Mundo] tocou pioneiramente numa ferida que está aberta até hoje: a degradação do ambiente e da vida nas áreas afetadas pela mineração cega às suas próprias consequências. Esses sinais gritam na catástrofe de Mariana, gemem abafados em tantos lugares do território de Minas Gerais, alguns deles sujeitos a uma nova tragédia comparável.

Buscando dialogar com esta “ferida aberta” a qual Wisnik menciona, retornamos àquele primeiro texto do século XVIII, em que nos chama atenção ao que parece ser uma mesma mentalidade: a de tomar daquela região e de seus moradores aquele “fardo”, com o qual não eram capazes de lidar. Emerge então uma questão: quem teria tal capacidade? Ao rememorar o passado, não é difícil compreender como chegou-se até o maior crime ambiental na história do Brasil, ocasionado pelo rompimento da Barragem de Fundão (MG), que traz consigo vestígios de irresponsabilidades e desrespeitos com os moradores das regiões atravessadas pelo extrativismo mineral. Insta consignar que o extrativismo é a “extração de recursos naturais, em grande volume ou alta intensidade, que são essencialmente orientados para serem exportados como matéria-prima ou com processamento mínimo” (GUDYNAS, 2013, p. 3).

As lições da pesquisadora Marta Zorzal e Silva (2020, p. 226-227), convergem para o sentido de que:

Apesar dos distintos governos que estiveram à frente do país entre 1990 e 2020, o saldo mais visível foi a reprimarização da economia brasileira. A desindustrialização promovida pelas reformas cambiais, liberalização comercial e privatizações, recolocou em cena, para mover a economia, os estoques de recursos naturais, que na nova dinâmica das chamadas “cadeias globais de valor” encontraram um cenário mais do que favorável para que os agentes econômicos, agora “repaginados” passassem a dar o tom da expansão do capitalismo financeiro no Brasil.

Seguindo esta lógica de expansão do capitalismo no Brasil, no ano de 2015, mesmo ano do rompimento da Barragem de Fundão, as empresas Samarco e Vale S.A. foram premiadas pelo IEL (Instituto Euvaldo Lodi) por compartilharem o primeiro lugar do “pódio” nas categorias: “As 20 mais lucrativas”, “Os 20 maiores ativos”, “As 20 maiores pelo patrimônio líquido”, “As 20 maiores empregadoras”, “As 20 maiores pelo EBITA”.

Também foram premiadas por se destacarem nas categorias: “As 20 maior produtividade por empregado”, “Os 20 maiores lucros por empregado”, “As 20 maiores rentabilidades do patrimônio líquido”. Insta salientar que na mesma Revista foi conferido ao então Diretor Presidente da Samarco, Ricardo Vescovi de Aragão, a reverência como “Executivo Destaque”, afirmando sua “bem-sucedida trajetória de 22 anos como executivo”. Enquanto naquele mesmo mês de publicação da revista, este referido executivo destaque passa a responder judicialmente pelos crimes de inundação qualificada e de desabamento, conforme o Ministério Público Federal de Minas Gerais (2021):

Outras 21 pessoas físicas, além de responderem pelos mesmos crimes ambientais imputados às empresas, também tornaram-se réus, naquela ocasião, por homicídio doloso qualificado por motivo torpe, por meio insidioso ou cruel e por meio que tornou impossível a defesa das vítimas (artigo 121, § 2º, I, III, IV, do Código Penal); por lesões corporais (artigo 129, do CP); por crime de inundação (art. 254, do CP) e por crime de desabamento ou desmoronamento (art. 256, do CP).

Tais acusados eram Ricardo Vescovi Aragão [diretor-presidente da Samarco à época do rompimento]; Kleber Luiz de Mendonça Terra (diretor de Operações e Infraestrutura), Germano Silva Lopes, Wagner Milagres Alves e Daviely Rodrigues Silva (gerentes operacionais), Stephen Michael Potter, Gerd Peter Poppinga, Pedro José Rodrigues, Hélio Cabral Moreira, José Carlos Martins, Paulo Roberto Bandeira, Luciano Torres Sequeira, Maria Inês Gardonyi Carvalheiro, James John Wilson, Antonino Ottaviano, Margaret MC Mahon Beck, Jeffery Mark Zweig, Marcus Philip Randolph, Sérgio Consoli Fernandes, Guilherme Campos Ferreira e André Ferreira Gavinho Cardoso.

Para Araújo e Garzon (2020, p. 74) compreende-se como resultado do neoextrativismo “uma economia reflexa em termos de escala de intensividade na extração e escoamento de matérias-primas e uma institucionalidade maleável ao ponto de expor a população e o meio ambiente a catástrofes em série”.

O poder das mineradoras no Brasil, e, neste presente caso, o grupo Samarco/VALE/BHP Billiton, não foge à “lógica do estruturalismo material, em que a economia capitalista retroalimenta o poder político, sendo desenvolvida uma perspectiva relacional em que governos são diretamente influenciados pelas corporações” (AZEVEDO; FARIA JÚNIOR, 2020, p. 620).

Assim, quando rompe-se uma barragem, o termo “desastre” já não condiz com o evento, é inadmissível ser entendido, replicado e naturalizado como “uma catástrofe ou uma tragédia natural, sem qualquer consentimento”(AZEVEDO; FARIA JÚNIOR, 2020, p. 620). O desastre, nessa visão, quando é visto como mera causalidade, exprime uma miopia social, distraindo e deixando os responsáveis como coadjuvantes.

Nesta mesma esteira é o pensamento de Raphaela de Araújo Lima Lopes (2016, p. 374):

[...] em relação aos fatores que levaram especificamente ao rompimento da barragem do Fundão, têm-se a omissão e a negligência do Estado na fiscalização e licenciamento do empreendimento, bem como diversas falhas da empresa na manutenção da barragem, dentre as quais se destaca a insuficiência do Plano de Emergência para as comunidades situadas no entorno da barragem, da mesma forma que a realização de obras de alteamento da mesma além do devido.

Destarte, o evento ocorrido em Mariana, deixa de ser desastre quando assume feições delituosas, havendo culpa, responsabilidade de quem deu causa ao dano. Por fim, coaduna com este pensamento Biazon (2017, p. 164.), quando defende que “não estamos falando apenas de um desastre, estamos falando, vivenciando e refletindo sobre um crime socioambiental. Um crime que tem responsáveis, no caso os principais são Samarco/VALE/BHP Billiton e a cúpula que a dirige”.

3.3 O CRIME AMBIENTAL E AS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS ESTABELECIDAS

Já no apagar das luzes do Século XX, Antonio Herman De Vasconcellos Benjamin constatava que “os danos ambientais – grandes ou pequenos, mas sempre multifacetários – são indubitavelmente uma das marcas do século XX” (BENJAMIN, 1998, p. 6).

Ainda nesse pormenor, em uma temática mais concentrada sobre desastres ambientais, problema crônico no Brasil, a autora, Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio (2014, p. 3632) explica que:

Nos estudos sobre desastres, há uma distinção importante entre a teoria dos *hazards*¹¹ e a teoria dos desastres. A teoria dos *hazards* enfatiza uma abordagem geográfica, na qual os mecanismos físicos, a distribuição temporal e espacial e dinâmica de eclosão dos eventos físicos têm maior peso, enquanto a teoria dos desastres, construída desde uma abordagem sociológica, enfatiza as considerações sobre a organização social complexa e o comportamento coletivo.

¹¹ “pode-se denominar como desastres naturais aqueles resultantes da ocorrência de *hazards*, ou seja, eventos físicos perigosos (fenômenos naturais como secas, tornados, furacões, etc.) em áreas de interesse humano. No entanto, nem todos os desastres são naturais. Muitos deles são originados pela ação humana no ambiente, como os desastres tecnológicos, por exemplo, que ao afetar o ecossistema (plantas, animais incluindo os humanos, e demais recursos naturais) são denominados de desastres ambientais. Vale lembrar que, mesmo quando considerados naturais, muitos desastres só chegam à proporção de uma catástrofe devido à intervenção humana inadequada no ambiente, o que torna este mais vulnerável a eventos danosos” (FAVERO; DIESEL, 2008, p. 198).

Antes de adentrarmos no cenário do rompimento da barragem de Fundão, Distrito de Mariana (MG), é importante salientar que na seção anterior apresentou-se que o rompimento da referida barragem não se trata de desastre, mas de crime.

O contexto do *locus* desta pesquisa, se dá a partir do rompimento da barragem de Fundão, considerado o maior “desastre em volume de rejeitos e em extensão dos danos no mundo” (ZORZAL, 2019, p. 3), ocorrido em 05 de novembro do ano de 2015, quando o Brasil foi estampado em manchetes e noticiários em diferentes veículos de informação em nível mundial.

A mídia anunciou a tragédia causada pelo rompimento de uma barragem que continha rejeitos de minérios da empresa Samarco, que resultou em uma onda de lama tóxica com aproximadamente 60 milhões de m³, que percorreu mais de 600 km pelo Rio Doce, ultrapassando cidades mineiras até chegar ao estado do Espírito Santo (ES) (MILANEZ; LOSEKANN, 2016, p. 11).

Quando mergulhamos neste universo de devastação ambiental dramático e complexo envolvendo seres humanos e seus modos de vida, é importante registrar a existência de dois marcos temporais ou temporalidades, que exprimem e alcançam lugares diferentes na vida, nos sentimentos e nos modos de vida dos afetados pelo problema. São eles: Temporalidade 1 (T-1) – o rompimento da barragem; Temporalidade 2 (T-2) – a chegada da lama aos municípios capixabas – dias depois do rompimento da barragem.

Cristiana Losekann *et al.* (2015, p. 19), apontam que:

Nos municípios de Baixo Guandu, Colatina e Linhares os moradores viveram durante dias a expectativa da lama que estava por vir. No distrito de Regência, local em que o rio desagua no mar, era comum – e ainda é – chegar ao cais e se deparar com moradores sentados nos bancos e chorando pela morte do rio.

Os impactos para a população das áreas espírito-santenses já começam no T1 – rompimento da barragem, tendo em vista a espera quanto à chegada da lama, que implicou não somente em impactos objetivos, como os de planejamento e adoção de estratégias diferentes para tentar conter a chegada da lama.

Ainda descrevem Milanez e Losekann (2015, p. 9), que:

Outro aspecto importante levantado pelo relatório produzido pelo Grupo de Estudo em Temáticas Ambientais (GESTA) da Universidade Federal de Minas gerais

(UFMG), refere-se a forma de chamar o desastre, o qual, em verdade, não se trata de um desastre natural, mas sim tecnológico posto que foi consequência de um empreendimento calcado na engenharia e técnicas específicas ligadas ao setor de mineração. Isto deve ser enfatizado pois logo que ocorreu a ruptura da barragem de rejeitos houve uma tentativa imediata – destaca-se o papel da mídia nesse sentido – de vinculá-la de forma causal a um tremor de terra, transformando-a, assim, em uma decorrência de um evento natural.

No dia 16 do mesmo mês, a cidade de Baixo Guandú foi a primeira a ser atingida, sofrendo imediatamente com os impactos da lama, tais como: a interrupção do abastecimento de água e a mortandade de peixes nos rios. Dois dias depois, em 18 de novembro de 2015, a cidade de Colatina recebeu a onda de lama que provocou também a interrupção do abastecimento de água, que era realizado exclusivamente pelo Rio Doce.

O Exército interveio na situação de caos daqueles primeiros dias, atuando na distribuição de água mineral, o que não foi suficiente para atender a todos os atingidos pela chegada da lama. Por sua vez, o município de Linhares foi marcado no dia 21 de novembro com a chegada da lama de rejeitos, no qual houve tentativas para conter a lama com barricadas, não havendo sucesso. De tal modo, os rejeitos tóxicos invadiram as áreas campesinas, pesqueiras e naturais. “Mesmo o caso do desastre da barragem de rejeitos da Samarco não sendo um evento natural, ainda assim, as reações foram as mesmas empregadas nas abordagens *hazards*” (MILANEZ; LOSEJANN, 2015, p. 10).

Os danos econômicos e socioambientais foram enormes, essas localidades tiveram o abastecimento de água, que anteriormente era feito pelo rio Doce, cortado, as atividades ligadas ao setor pesqueiro imediatamente interrompidas e a balneabilidade completamente comprometida devido as incertezas sobre o teor de metais pesados encontrados no rio após análises em laboratórios. Além disso, estimativas afirmam que 11 toneladas de peixes foram mortas ao longo do rio Doce. Somente em Regência, 3 toneladas de peixes foram recolhidas (MILANEZ; LOSEJANN, 2015, p. 11).

No T-2 – chegada da lama, é possível observar, através de pesquisas quantitativas e observação participante, como a realizada pelo Núcleo Organon, da UFES, entre 10/11/2015 e 14/12/2015, que os impactos não foram somente objetivos, mas atravessaram as subjetividades dos sujeitos atingidos.

Afinal, um pescador impedido de pescar, e tendo na pesca o único ofício a vida inteira, qual trabalho poderá exercer? Seja profissional ou de subsistência, de onde virá o sustento para sua família? Destas questões emergem outras tantas que cerceiam as ações de reparação, que ferem os direitos fundamentais e humanos das pessoas atingidas. Tendo em vista que se

trata de dano ao meio ambiente, por meio de análises laboratoriais já foram comprovadas as contaminações tanto nas águas quanto no pescado.

Após constatação, através de análise a contaminação da água, de altos níveis de metais pesados, houve a interrupção repentina da prática da pesca no rio Doce. Mais de duas toneladas de peixes foram encontradas mortos na extensão do rio, e só na foz que se encontra em Regência (distrito do município de Linhares) foram encontrados mais de 800 animais marinhos mortos. Não se sabe ao certo qual o teor da contaminação que pode ser encontrada nesses animais marinhos que estão sobrevivendo mesmo com a passagem da lama tóxica e devido a este fato está oficialmente interrompida qualquer atividade pesqueira no rio Doce e no mar onde há lama, por receio de contaminação da população que irá se alimentar desses animais (MILANEZ; LOSEJANN, 2015, p. 13).

Insta salientar que para além da subsistência e dos prejuízos dos trabalhadores camponeses e da pesca, também dos estabelecimentos comerciais e das áreas de turismo, o Rio Doce expressa uma representatividade cultural dos povos tradicionais, cuja relação com a natureza não pode ser mensurada por relatórios técnicos. O rio faz parte do cotidiano de crianças e idosos, que também o compreendem como provedor de lazer.

A vila de Regência, em Linhares, que recebia campeonatos de surf; e que também acolheu por anos o Projeto Tamar, se tornou um local turístico por causa de seu mar de águas verdes. A veiculação das imagens do rio repleto de lama desaguando no mar, recebendo, então, os holofotes da mídia nacional e internacional, tornou Regência ainda mais famosa em 20 de novembro de 2015.

Imagem 2 – Rio Doce contendo a lama tóxica de rejeitos de minérios deságua no mar de Regência



Lama do Rio Doce se encontra com o mar em Regência, Linhares. Crédito: Divulgação

Fonte: Jornal A Gazeta.

Na investigação de Angélica do Nascimento Martins (2018), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGPS/UFES), a pesquisadora levou em consideração a ressignificação do território pelos moradores de Regência – ES. Martins afirma que ocorreu um processo de transformação no modo de vida e nas atividades daqueles sujeitos frente aos impactos ocasionados. Para tanto, analisou o relato dos moradores, bem como relatórios e reportagens. A pesquisadora assevera que

[...] a disputa pelo sentido de atingido envolvendo assim todos aqueles que tinham uma relação com o Rio Doce e que, de alguma forma, sentiram que ela foi abalada diante da chegada dos rejeitos de minério da Samarco nas suas águas. A própria empresa cria critérios e amplia o sofrimento daqueles que não atingiram seus critérios, criando até uma relação de separação dos moradores, dos que não recebem e dos que recebem [indenização] (MARTINS, 2018, p. 87, grifo nosso).

A autora concluiu que a comunidade inteira foi atingida e expropriada de seu território, cultura e direitos. Além disso, a alteração no modo de vida continuou relacionado à natureza, já que a principal atividade econômica da região (a pesca) foi alterada, tendo essa população atingida recorrido às lutas e atividades para reestabelecer seus modos de vida.

Quatro meses após o rompimento da barragem de Fundão e da chegada da lama aos municípios mineiros e capixabas, cujo cenário era caracterizado por irresponsabilidades, negligência e devastações inúmeras, ainda que morosamente, um Termo de Ajustamento de Conduta (TTAC) foi assinado (março/2016)¹² entre o Governo Federal, os Governos Estaduais de Minas Gerais e do Espírito Santo, juntamente com as mineradoras criminosas, a saber: Samarco, Vale S.A. e BHP Bilinton, com o intuito de acordarem acerca das ações de reparação, mitigação, compensação e indenização dos danos causados, tanto às áreas quanto às pessoas atingidas.

Por meio desse mesmo instrumento foi constituída um sistema de governança, e que continua em vigor, para tratar dos assuntos concernentes ao rompimento da barragem de Fundão, o Sistema CIF, composto por 11 Câmaras Técnicas e 41 Programas distribuídos nessas câmaras. Foi também instituída a Fundação Renova como representante das empresas, sendo essa a responsável pelo cumprimento das ações de reparação, mitigação, compensação e indenização. Entretanto, esse acordo não garantiu à população atingida maior participação

¹² “Simultaneamente diversos autos de infração, Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), Ações Civis Públicas (ACP’s), multas e processos foram impetrados contra a Samarco S/A, em distintas esferas da justiça, muito dos quais continuam se arrastando na esfera judicial, conformando uma pluralidade de ações similares e contraditórias, propostas tanto pelo poder público como pela sociedade civil” (VARGAS LANDÍN, 2020, p. 17).

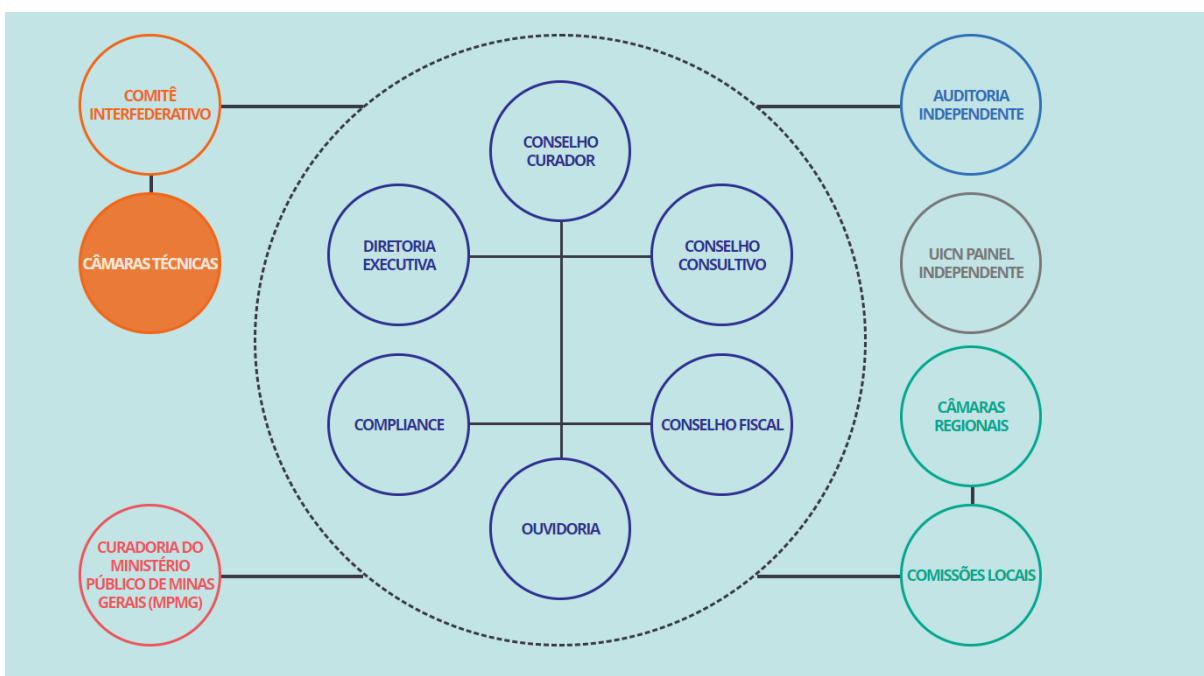
na tomada de decisões, provocando mais conflitos nas relações com as instituições envolvidas. Para Zorzal, Cayres, Souza (2017, p. 12):

Na medida em que o acordo foi realizado de forma insulada, no âmbito do governo federal, sem a participação de representantes dos entes municipais e sem nenhum diálogo com as comunidades impactadas o trânsito e a cooperação necessária entre estas instâncias gestoras e a Fundação têm encontrado muitas dificuldades de fazer fluir de forma célere e eficaz as ações previstas, notadamente, aquelas voltadas para as populações mais vulnerabilizadas.

Esse primeiro TTAC foi compreendido por autoridades, cientistas e pela população atingida, como um instrumento engessado, no qual não foi conferida ao público atingido participação e consulta na tomada de decisões. Após discussões e negociações entre o MPES, o MPMG, a Advocacia Geral da União (AGU) e as mineradoras, em junho de 2018, o TAC Governança, foi assinado e publicado, no qual a governança da Fundação Renova foi modificada e também passou a garantir à população atingida maior participação nas decisões concernentes à reparação, indenização e mitigação dos danos causados pelo crime.

A figura, abaixo, disponível no sítio eletrônico da Fundação Renova, demonstra o novo sistema de governança e a direção dos fluxos decisórios:

Figura 1 – Sistema de governança – TAC Gov



Fonte: Site Fundação Renova

O TTAC foi utilizado para ser uma via alternativa à judicialização sob o argumento de que se constituiria um caminho mais célere, mais dialógico na resolução dos conflitos. Assim, instituiu-se um modelo de governança complexo, assimétrico “que busca encobrir as tensões e as estratégias mais sutis e retóricas do poder das corporações mineradoras envolvidas na reparação” (VARGAS LANDÍN, 2021, p. 126).

Contudo, o sistema de Governança do TAC-Gov, não foi plenamente implementado, as assessorias técnicas para os atingidos só começaram a ser contratadas em 2022, e existe uma série de outros problemas e pressupostos tecnocráticos que ele contém que não leva em conta as assimetrias entre as populações atingidas e os operadores/gestores do sistema criado. Tal qual a participação dos atingidos não ocorre conforme previsto.

Para o entrevistado Heider Boza (2022), coordenador do MAB no Espírito Santo, “*a conjuntura do Rio Doce é muito dinâmica*”, isto é, muda muito e rapidamente. O que acorda ao entendimento de Rafael Mello Portella Campos (2023), Defensor Público do Espírito Santo, de que houve uma mudança conjuntural do final de 2019 até 2020:

Em 2019 havia um judiciário adormecido e o CIF funcionando, contudo ao final de 2019 e início de 2020, a conjuntura muda com a judicialização do Rio Doce, que provoca um esvaziamento no CIF e no Poder Público. Com isso, há uma ausência de participação social, apesar das audiências públicas promovidas pelo CNJ, que são insuficientes para formar ações, pois são para controle e não para participação.

Esse modelo de governança com vistas ao aprofundamento da democracia só é possível, a partir de um olhar freireano, desde tornar acessível aos atingidos as informações constantes nos TTAC's e nos documentos técnicos contendo as deliberações do CIF. Afinal, “Ninguém luta contra forças que não entende, cuja importância não meça, cujas formas e contornos não discirna” (FREIRE, 1977, p. 48).

É nesse contexto que se faz importante o papel dos movimentos sociais com a sociedade para transformações sociais e produção de políticas públicas.

4 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO POPULAR NA AMÉRICA LATINA

Existe uma relação histórica estreita entre a educação popular, os movimentos sociais e a conjuntura sociopolítica, sendo esta como razão de ser da luta política dos movimentos populares. Assim, estudar sobre as mobilizações sociais em si é conhecer a construção dessas ocupações coletivas na produção de políticas públicas e conseqüentemente no aprofundamento da democracia.

Na América Latina a Educação Popular se colocou frente às flagrantes situações de apoderamento de saberes, de cultura, de direitos desde a colonização europeia no Novo Continente.

Passada a Era Colonial de dominação fática do povo colonizado, isto é, de dependência política e econômica, restou configurada, nos séculos seguintes, a dominação ideológica. Com a modernização, o modo de produção capitalista passou a vigorar também nos países do continente latino americano, resultando, inevitavelmente, em um aprofundamento das desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais (SILVA, 2017). Estas são heranças históricas advindas do colonialismo Europeu no continente americano.

No entender de Fernando Coronil (2005, p. 52), o “colonialismo é o lado escuro do capitalismo europeu”, cujo alicerce estava no suor da classe trabalhadora europeia, mas também na exploração das riquezas naturais dos territórios além-mar. As colônias forneciam mão de obra, recursos minerais e produtos agrícolas.

O colonialismo não implicou apenas na exploração de mão de obra e de recursos naturais, provocou mudanças antropológicas e sociais na medida em que outorgou-se um padrão de cor, de raça, de intelectualidade, em que o europeu era superior aos povos colonizados.

A implantação da tríade: eurocentrismo, como matriz cultural; colonialismo, como matriz institucional; e capitalismo, como matriz econômica, fez com que no campo ontológico, as construções subjetivas dos povos originários do continente fossem desconstruídas, silenciadas e até mesmo apagadas.

Não raro, no campo dos saberes, o conhecimento produzido na Europa era o correto, o científico, o racional. Ao passo que a produção intelectual advinda das regiões colonizadas era

tida como inferior, irracional. A construção epistemológica colonial promoveu a marginalização das culturas da América colonizada.

Assim, a construção social dos Estados Latino-americanos ocorreu por meio de um processo civilizatório vertical, homogeneizado, que desconsiderou as subjetividades, as massas populacionais e as pluralidades. De tal maneira que muitos segmentos sociais foram alijados da construção das políticas públicas sociais e educacionais, dos espaços públicos, das escolhas políticas. Em suma, não eram sujeitos de direitos (MAIA; FARIAS, 2020).

Para Edgardo Lander (2005, p. 10):

Com o início do colonialismo na América inicia-se não apenas a organização colonial do mundo mas – simultaneamente – a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória e do imaginário. Dá-se início ao longo processo que culminará nos séculos XVIII e XIX e no qual, pela primeira vez, se organiza a totalidade do espaço e do tempo – todas as culturas, povos e territórios do planeta, presentes e passados – numa grande narrativa universal. Nessa narrativa, a Europa é – ou sempre foi – simultaneamente o centro geográfico e a culminação do movimento temporal. Nesse período moderno primevo/colonial dão-se os primeiros passos na articulação das diferenças culturais em hierarquias cronológicas e do que Johannes Fabian chama de a negação da simultaneidade. Com os cronistas espanhóis dá-se início a “massiva formação discursiva de construção da Europa/Ocidente e o outro, do europeu e o Índio, do lugar privilegiado do lugar de enunciação associado ao poder imperial.

Deste modo, a Europa tomou outros mundos, apoderou-se de suas culturas, dos seus povos. Trata-se da sujeição do outro em sua integralidade. Igualmente nessa linha, disserta Dussel (1993, p. 36) “[...] a Europa tornou as outras culturas, mundos, pessoas em objeto: lançado (-jacere) diante (ob-) de seus olhos. O “coberto” foi “des-coberto”: ego cogito *cogitatum*, europeizado, mas imediatamente ‘en-coberto’ como Outro [...]”.

E assim se amolda o colonialismo europeu, forjado em um processo histórico de apoderamento e destruição do outro, impondo novos padrões de formação social. Essa dominação da relação social foi se naturalizando com o passar dos séculos, solidificando uma cultura de distribuição social desigual, segregada, inacessível para alguns, completamente hierarquizada e configurada em classificações sociais.

No colonialismo houve uma acirrada disputa para estabelecer as novas zonas de influência com a demarcação de fronteiras e espaços exclusivos de domínio. A exploração econômica das colônias que além de fornecer mão de obra barata, produtos agrícolas e minerais, também tinham de importar os produtos do país colonizador, com o qual tinham relações exclusivas.

Enquanto as nações europeias acumulavam riquezas e fomentavam seu processo industrial, as colônias eram devastadas em suas riquezas naturais, eram exploradas em seus recursos e mão de obra. Não raro, a transição do colonialismo para a fase industrial do capitalismo, se deu com o alijamento de classes sociais.

É também necessário lembrar que, para além do processo de industrialização, que trouxe o êxodo rural e o inchaço populacional nas zonas urbanas, as ditaduras militares eclodiram seguindo o modelo de Estado intervencionista de natureza liberal. Tais ações promoveram retrocessos nas conquistas populares, aumentando os índices de pobreza e vulnerabilidade das populações, trazendo, com isso, o surgimento de novas formas de resistência e luta, com caráter anticapitalista, anti-imperialista e anti neoliberal (SILVA, 2017).

Entrelaçando o percurso dessas lutas e resistências, Paulo Alfredo Schönardie faz um convite ao aprofundamento das fontes teóricas tidas como essenciais à construção da educação popular. O autor traz que “a história da educação popular como parte do encontro violento entre o colonizador-colonizado é um projeto de modernidade inconcluso na América Latina que refundamenta/ressignifica/reinventa/refunda o popular” (SCHÖNARDIE, 2018, p. 31). Coaduna Streck que a educação popular “é uma prática educativa e uma proposta pedagógica que se situa dentro e diante dos conflitos históricos das sociedades latino-americanas” (STRECK *et al.*, 2014, p. 21).

Na América Latina a educação popular possui um viés emancipatório como saída ao modelo político-social colonizador deste continente, revelando seu papel na construção de uma cidadania ativa. Por meio dela, os sujeitos, por si próprios, buscaram elaborar experiências educativas tentando se ressignificarem como atores sociais. Sendo que o continente vivenciou um modelo educacional elitista, de raízes tecnocráticas, lógicas excludentes e subservientes ao capitalismo e à colonialidade do poder. Em contrapartida, já no apagar das luzes do Século XIX, emergiram debates sobre a educação popular e a pedagogia decolonial como teorias e movimentos de subversão nascidos a partir da luta emancipatória de diferentes sujeitos sociais.

A decolonialidade¹³ é o caminho de luta, de resistência, de superação das diversas formas de opressão praticada pelos povos colonizadores contra os grupos considerados subalternos. É a crítica ao sistema que vigia, é o parto da condição de subalternidade, o

¹³ “Uma pedagogia da decolonialidade perpassa por todos esses campos de desconstrução de preconceitos e de poder do Estado, por isso ela será libertária, não compactua com nenhum tipo de poder autoritário que possa atravessar o outro” (GOIS, 2021, p.117).

nascimento da existência humana, das relações sociais, econômicas, éticas, do pensamento e da educação (MOTA NETO; STRECK, 2019).

Noutros dizeres, é o “transgredir, deslocar e incidir na negação ontológica, epistêmica e cosmogônico-espiritual que foi – e é – estratégia, fim e resultado do poder da colonialidade” (WALSH, 2009, p. 27). É, segundo Streck e Steban (2013, p. 8), “visceralmente contrária à dogmatização, ela se reinventa em outros espaços quando instituições e grupos procuram domesticá-la”.

O ideário decolonial aponta para uma transformação social estrutural que transgride com a modernidade e pós-modernidade, implementando novos eixos condutores, pluralidade epistêmica e novas políticas. sob a égide de estudiosos e correntes doutrinárias ligados ao pensamento crítico anticapitalista, antirracista e antipatriarcal.

Para Figueiredo (2021, p. 68),

[...] na perspectiva decolonial – se dá pela junção crítica entre a compreensão realizada dos seres humanos acerca da implicação dos mecanismos que promovem a organização e a estruturação de uma determinada sociedade em um determinado tempo-espaço concomitante com as implicações da ação desses seres humanos produzidas com base nessa compreensão. [...] Essa perspectiva compreende a realidade socio-histórica num viés da práxis em que ação e a reflexão dialogam constantemente com vistas à criação e (re)criação de saberes rumo à transformação dessa realidade a partir da enunciação das injustiças sociais e cognitivas perpetradas pelas mais diversas formas de autoritarismos [...].

Assim, neste panorama, as lutas populares surgem como uma saída e transformação da realidade dos países latino americanos, que foram historicamente oprimidos, tendo suas populações exterminadas e escravizadas (SILVA, 2017).

Walter D Mignolo (2017, p. 8) salienta que existem “fases e transformações da matriz colonial ao longo dos últimos 500 anos”. As duas primeiras etapas já exploradas até aqui em que o colonizador se mostra como o salvador dos povos tidos como inferiores, seja ideológica ou religiosamente. Em seguida veio a dominação europeia naquilo que o filósofo francês Michel Foucault chamou de biopolítica (1978/1979)¹⁴, regulamentando a vida. A última etapa se estende até a atualidade, onde ainda, a América Latina experiencia uma dominação de mercado, na biotecnologia, na circulação de bens e serviços.

¹⁴ Foucault desenvolve o conceito nas obras *Segurança, Território e População* (1978) e *Nascimento da Biopolítica* (1979).

Frente a isto, o contexto histórico da América Latina ao final do Século XIX já refletia a convergência de produção teórica no campo pedagógico revolucionária e contra-majoritária. E de maneira análoga, em uma pedagogia latino-americana, em Cuba, José Martí (1853-1895) argumentou que a educação fosse técnica, científica cujo objetivo fosse a formação ética e política do povo. Anos depois Ernesto Che Guevara (1928-1967) defendeu que não poderia haver quem não soubesse ler e escrever; enquanto no Brasil, Paulo Freire (1921-1997) propunha a educação como agente de libertação. Impossível não fazer menção a Ernesto Cardenal, poeta e teólogo da libertação, que chegou a ser ministro da cultura da Nicarágua nos anos 70. Essas pessoas contribuíram nesse movimento de convergência de lutas para a construção de novas ideias.

O escopo deste trabalho não é esgotar a história dos movimentos, tendo em vista a pluralidade de pensadores e pensadoras que discorreram sobre a libertação em países latino-americanos. Mas intenta-se neste tópico demonstrar que em um determinado tempo histórico algumas ideias convergiram para a erradicação da opressão ideológica, política, social, pedagógica.

Todos esses autores objetivavam em suas práticas, em suas obras a conscientização dos setores populares, e, concomitantemente, estimulá-los a lutar e a agir com vistas a cidadania ativa, a igualdade e a justiça social.

Os novos movimentos sociais, nascidos a partir da década de 1960, articulavam diferentes agentes sociais, tais como: setores da igreja católica, do pensamento da esquerda, de ações de resistência à ditadura militar e por condições dignas de vida (SILVA, 2017).

Contudo, os movimentos sociais camponeses passam a ganhar visibilidade a partir de 1990. No Brasil, por exemplo, nasce o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), enquanto em outros países, tais como, Bolívia, Peru, Equador e México, surgem diversos movimentos indígenas (SILVA, 2017).

A novidade destes movimentos advém, sobretudo, dos diferentes sujeitos e métodos de luta, diante do surgimento do neoliberalismo. Surgidos em meio à crise da democracia representativa, buscavam formas de participação que desafiassem o espaço da política tradicional institucionalizada (SILVA, 2017).

Neste sentido, é necessário reconhecer que os movimentos transcendem as pautas que são relativas à contradição entre o capital e o trabalho, mas que, por outro lado, se estruturam e nascem dentro desta ordem social, na luta contra as desigualdades (SILVA, 2017).

Nesse sentido, para Valério (2012, p. 148),

[...] a relação centro-periferia, teria nascido e se desenvolvido na América Latina, originária e constitutivamente dependente. O desenvolvimento do capitalismo fora desigual e combinado, e isto, se tornou elemento-chave na apreensão da realidade latinoamericana. De acordo com os teóricos da dependência, essas relações se estruturam num sistema de dominação externa, de país a país, mas com um corte transversal interno; ou seja, uma internalização da dependência no mercado interno. Para estes teóricos as antigas formas da presença imperialista por meio da economia de enclaves (centros mineradores e plantation) – simples prolongamentos das economias centrais mantêm ainda sua vigência, porém agora, numa forma moderna, privilegiando os setores mais dinâmicos da indústria nascente, vinculando-a cada vez mais estreitamente e em seu conjunto ao capitalismo internacional.

Isso posto, no decurso dos séculos XX e XXI, a educação popular na América Latina se avolumou em espaços pedagógicos não formais, geralmente associados

[...] às organizações sociais de trabalhadores urbanos, nos movimentos sociais de diversos segmentos da população, como, por exemplo, os movimentos dos sem terra, no Brasil, e os movimentos indígenas no Equador e na Bolívia, o movimento de educação de base ligado à igreja católica progressista brasileira vinculada à Teologia da Libertação, as associações comunitárias de bairros, os movimentos de alfabetização de adultos [...] (FIGUEIREDO, 2021, p. 124).

No Brasil, particularmente, os movimentos se difundiram por todas as regiões geográficas. Destaca-se o movimento de educação de base cujas origens são populares e libertadoras, se caracterizando como uma pedagogia da participação popular (FÁVERO, 2006).

4.1 O MARCO DA EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL

Assim como os demais países da América Latina, o Brasil experienciou os movimentos sociais contra majoritários na esfera educacional. Desde a década de 60 do Século XX, a educação popular preconiza pela produção de práticas educativas libertadoras, almejando desenvolver sujeitos coletivos e populares, capazes de construir agentes sociais que saíssem da condição de expectadores para autores das necessárias revoluções políticas e sociais dos meios em que pertencem.

Na palavra de Brandão (2002, p.141-142),

A educação popular possui uma história longa, [...] não foi uma experiência única. Não algo realizado como um acontecimento situado e datado, caracterizado por um esforço de ampliação do sentido do trabalho pedagógico a novas dimensões culturais, e a um vínculo entre a ação cultural e a prática política. E educação popular foi e prossegue sendo a seqüência de idéias e de propostas de um estilo de educação em que tais vínculos são re-estabelecidos em diferentes momentos da história, tendo como foco de sua vocação um compromisso de ida-e-volta nas relações pedagógicas de teor político realizado através de um trabalho cultural estendido a sujeitos das classes populares compreendidos não como beneficiários tardios de um "serviço", mas como protagonistas emergentes de um processo.

A partir da perspectiva de Brandão, compreende-se que a educação popular é um modo de trabalho, uma sistematização e organização adotada pelos educadores. E assim, a escola pode ter uma prática emancipatória, anticolonial, anti opressora.

Na obra “O que é Educação Popular?” (2006) Brandão defende que o intuito maior da educação popular deve ser a busca pelo fortalecimento das organizações locais e populares de poder.

Nas palavras de Korol (2006, p. 6):

A educação popular visa integrar a reflexão intelectual com o saber popular acumulado na práxis social. Em um tempo em que a fragmentação atravessa os sujeitos históricos da transformação do mundo, a possibilidade de se aproximar sínteses que favoreçam uma maior compreensão dessa realidade e de sua capacidade de transformá-la deve assumir o esforço de criação coletiva de conhecimentos, que é fundamental em abordagens da educação popular.

Em “Cartas à Guiné-Bissau”, Freire disserta que o papel do educador é também anti-hegemônico, não hierarquizado, sai portanto, da posição triangular em que o educador detém todo o conhecimento e transfere-o aos seus alunos, ou até mesmo reduzi-los a “meros depósitos de seus conhecimentos” (CALDART; KOLLING, 2002, p. 16).

Na sua posição de classe, ideologizado, o educador não percebe, mesmo quando verbaliza uma opção revolucionária, que conhecer não é comer conhecimento, que o ato de ensinar pressupõe o de aprender e vice-versa. Desta forma, se arvora em educador do povo sem aceitar ser educando do povo. A sua oralidade revolucionária se contrapõe a uma prática alienante, reacionária (FREIRE, 1984, p. 100).

Portanto, a educação popular não é apenas método, sistematização, que promove apenas a alfabetização e a formação de um conhecimento genérico, mas tem o primor de instrumentalizar os atores populares a conhecer a sua realidade local, requisitar seus direitos, sabendo onde, como, porquê e a quem recorrer nas instâncias públicas. É poder resgatar o direito aplacado com o colonialismo, tomar o poder ideológico que foi outorgado a outrem.

Nessa perspectiva, uma iniciativa de valorização do campo e das práticas da educação popular no âmbito institucional, se efetivou com o Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas (2014), é um documento federal, oriundo da demanda de alguns movimentos sociais, universidades e educadores. Sendo o

[...] resultado de um amplo processo de debates, diálogos e reflexões, a partir de diferentes práticas, do Governo Federal, de movimentos sociais, de universidades e de educadores populares e da educação formal do Brasil, desenvolvido por meio de reuniões, seminários e articulações entre 2011 a 2014, coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República, por meio de seu Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã/SNAS. Também incorporou diferentes contribuições, por meio de duas consultas públicas, no portal www.participa.br, sendo a primeira em outubro de 2013 e a segunda nos meses de dezembro 2013 e janeiro de 2014 (BRASIL, 2014, p. 2).

Dessa forma o documento se constituiu no processo de formulação da Política Nacional de Educação Popular, com vistas a estimular a promoção de políticas públicas. Como se explicita:

[...] este documento busca resgatar o importante papel que a Educação Popular desempenhou historicamente na formação do povo brasileiro, bem como dá destaque para a sua relevância e contribuição no modelo de desenvolvimento, reconhecendo que a ação estatal e seus processos educativos podem confluir em um fértil campo de diálogo com a realidade, entre os saberes e o conhecimento acumulado do povo brasileiro (BRASIL, 2014, p. 6).

Os ditames da construção das Políticas Públicas são norteados pelas realidades. Extrai-se do diálogo com os atores populares, através do conhecimento da linguagem e dos modos de vida do povo que alicerça todo o aparato metodológico para sua tessitura.

4.1.2 A filosofia da educação de Paulo Freire

Paulo Freire contribui com o campo teórico-epistemológico da Educação ao propor a educação como um ato político. A práxis educativa que dá origem ao seu pensamento e obra de conteúdo “antropológico e político” volta-se para a criação de formas de organizações populares em que o povo aos poucos vai tomando consciência de sua realidade, o que ele chamou de processo de conscientização. No entanto, este não é um processo de “consciência individual” mas um “processo de consciência social que culmina na consciência de classe” (TORRES, 2014, p. 2013). Nessa ótica, a educação é ato emancipatório sobretudo daqueles que foram marginalizados dos acessos aos bens culturais ao longo dos períodos históricos.

A proposta freireana contempla que os seres humanos, ao se formarem, constroem processos e projetos para o mundo pois são agentes de transformação, não de ajustamento e adaptação. Eis aí o papel da educação, formar indivíduos conhecedores da sua cultura e inseri-los em seu contexto histórico de forma adequada, com projeção de ideais acessíveis.

Portanto, nesse processo o indivíduo passa a reconhecer a si e ao outro, como parte integrante de uma sociedade, e, assim, se tornando parte indispensável na dinâmica das relações sócio-político-culturais existentes (FREIRE, 1981). Destarte, a reconstrução do conhecimento faz com que um cidadão, que era mero expectador da sua própria história, se torne um ser social atuante.

Nessa mesma seara:

A Educação popular acompanha, apoia e inspira ações de transformação social. Nela, o processo educativo se dá na ação de mudar padrões de conduta, modos de vida, atitudes e reações sociais. Portanto, se a realidade social é ponto de partida do processo educativo, este volta a ela para transformá-la (WERTHEIN, 1985, p. 22).

À vista disto, a transformação social, a partir de Freire não ocorre de forma unitária, é mister que haja a integração e participação dos sujeitos na construção da sociedade em que estão inseridos. Para tal, o instrumento mais eficiente é uma educação que promova a consciência reflexiva, sobretudo a politização do indivíduo no seu *locus*.

Sua metodologia pedagógica se desenvolveu por volta dos anos 1960, cujo projeto piloto se deu na Cidade Poço de Panela/Recife, mas ganhou maior visibilidade na experiência realizada em Angicos no Estado do Rio Grande do Norte. A experiência bem sucedida logo se propagou pelo país, sendo praticada por diversos grupos de cultura popular.

Desde os 17 anos lecionando, o educador nordestino percebeu que o estudo da linguagem do povo era o ponto de partida para a sistematização de um plano pedagógico (CALDART; KOLLING, 2002, p. 9). Freire, precocemente, diagnosticou que não bastava uma alfabetização puramente mecânica, não podendo reduzi-la a um conjunto de métodos e técnicas. Mas estes devem servir aos objetivos do projeto cultural, que por sua vez está mutuamente atrelado aos objetivos políticos e econômicos de uma sociedade.

Faz coro a isto Fávero (1983, p. 23) que considera popular a “cultura que leva o homem a assumir a sua posição de sujeito da própria criação cultural e de operário consciente

do processo histórico em que se acha inserido”. Portanto, em seu entender, a cultura é um potente catalisador revolucionário na medida em que transforma os elementos da sociedade.

Ernani Maria Fiori (2020, p. 12), portanto, tem razão quando prefacia a *Pedagogia do Oprimido* de Freire, inferindo que “talvez seja este o sentido mais exato da alfabetização: aprender a escrever a sua vida, como autor e como testemunha da sua história., isto é, biografar-se, existencializar-se, historicizar-se”.

A libertação dos oprimidos não ocorre de modo isolado. Para que as implicações sejam efetivas, os opressores também precisam de libertação, tendo em vista que estes são parte da conscientização.

Assim, o cerne da libertação preconizada por Freire está atrelado à atuação pedagógica e política em benefício da transformação dos espoliados pelo sistema hegemônico, instrumentalizando os oprimidos para que tenham participação social, política, cultural e educacional, ou seja, visa à assunção de sujeitos autores com acessos, direitos e garantias, revertendo o status histórico de negação de reconhecimento.

Nessa seara, na justificativa da *Pedagogia do Oprimido*, Freire assevera sobre “a contradição oprimidos-opressores” (2020, p. 41), que muito está embebida na “dialética do senhor e do escravo”, de George Wilhem Fridrich Hegel, contida na *Fenomenologia do Espírito*. Quando Freire aborda essa contradição, ele apresenta como ambos, opressores e oprimidos, vivem em completa desarmonia considerando o mundo do qual fazem parte.

No contexto da educação, Freire chama atenção para o educador (opressor), que também é oprimido pelas lógicas de um sistema capitalista de produtividade exacerbada, enquanto o educando (oprimido) não tem no conteúdo estudado a problematização necessária para que esses se conectem com a sua realidade. Assim, quando existe de fato uma educação libertadora, esse oprimido não se dá por satisfeito “somente” com a sua libertação, mas com a de seus pares oprimidos e também dos opressores, uma vez que têm na postura opressora a reprodução da própria opressão sofrida e portanto também precisam de libertação.

Assim, não há ganho e tão pouco transformação social numa libertação para a inversão de papéis, mas na consciência social que busca nessa luta por libertação (que não é finita) que os sujeitos educandos se compreendam como agentes para a transformação. Que passem de atores passivos a autores de sua história. Na referida obra, Freire (2020, p. 81) ainda tece duras críticas sobre a concepção bancária da educação (que faz parte dessa relação de

contradição oprimido-opressor), na qual o educador trata os conteúdos abordados como depósitos, sem problematizá-los em sala de aula, sem dialogicidade, e por isso os sujeitos educandos pegam “aquilo tudo”, que se torna sem sentido, já que não contam com esses dois importantes elementos (problematização e dialogicidade), e arquivam. Assim, o educador, aquele que sabe, faz uma doação àqueles compreendidos como os que nada sabem.

Outra obra importante, que integra a filosofia de educação de Paulo Freire, para esta investigação, é a intitulada: *Conscientização: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire* (1980). Na referida obra, o autor reitera o papel da educação popular como “uma das numerosas formas de mobilização de massas adotadas no Brasil”, por meio das quais foi “possível registrar numerosos procedimentos de natureza política, social e cultural de mobilização e de conscientização de massas” (FREIRE, 1980, p. 16). Freire destaca a importância da problematização como principal ferramenta no trabalho de conscientização quanto ao seu contexto histórico, social e cultural como ação basilar para que eles se compreendam como parte envolvida em seu mundo. Para o patrono da educação brasileira “Eu não posso denunciar a estrutura desumanizante se eu não a penetro para conhecê-la” (FREIRE, 1980, p. 28).

Ainda na mesma obra, o autor apresenta elementos importantes para promoção da conscientização, que contribuirão para a análise das oficinas de capacitação, bem como dos temas geradores de cada ação educativa, visto que a “conscientização é isto: tomar posse da realidade” (FREIRE, 1980, p. 29).

Na obra *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido* (2020), Paulo Freire sistematiza as experiências que o levaram até a sua proposta de educação libertadora. Ainda exilado, Freire sistematiza uma experiência vivida no Chile junto a um assentamento da reforma agrária, onde aconteciam “círculos de cultura”, no qual ele se propôs a “acompanhar o processo de leitura da palavra e de releitura do mundo” (FREIRE, 2020, p. 65). O educador brasileiro narra que após um breve diálogo com aqueles camponeses, um silêncio imperou no ambiente, que foi quebrado pela fala de um deles que muito se assemelhava às suas experiências no nordeste brasileiro: quando o educando se expressa em uma condição de quem não sabe ou que sabe menos do que seu educador.

Para Freire (2020, p. 64), a tentativa em refutar o educando, “enchendo o silêncio”, poderia, na verdade, confirmar a opinião inicial do indivíduo. Nas palavras do educador brasileiro: “O que eu teria de fazer era partir da aceitação de alguma coisa dita no discurso do

camponês e, problematizando-os, trazê-los ao diálogo de novo”. Naquele momento, o educador adotou a postura como se tivesse aceitado que realmente “sabia” e propôs aos educandos um jogo, no qual ele fez perguntas direcionadas aos educandos e esses, por sua vez, formularam perguntas ao educador. As perguntas foram desde: “Que significa maiêutica socrática?” até “Para que serve calagem do solo?”. Observa-se as especificidades de cada pergunta, que faziam sentido ou não, a depender da realidade de cada um, isto é: daquilo que lhe é familiar, a partir de suas experiências. O placar chegou a 10 x 10. Com aquele “exercício” de jogar, Freire demonstrou que tanto o educador quanto o educando conheciam aquilo que fazia parte do seu mundo.

Paulo Freire (2020, p. 67) encerra o jogo e pergunta: “Mas por que eu sei e vocês não sabem?”. Rapidamente associaram o “doutor” ao saber: “O senhor sabe porque é doutor. Nós não”. Em uma nova problematização, fundamentada no diálogo, como princípio essencial de sua filosofia da educação, Freire (2020, p. 67-68) continua:

- Exato, eu sou doutor. Vocês, não. Mas por que eu sou doutor e vocês não?
 - Porque foi à escola, tem leitura, tem estudo, e nós, não.
 - E por que fui à escola?
 - Porque seu pai pôde mandar o senhor à escola. O nosso, não.
 - E por que os pais de vocês não puderam mandar vocês à escola?
 - Por que eram camponeses como nós.
 - E o que é ser camponês?
 - É não ter educação, posses, trabalhar de sol a sol sem direitos, sem esperança de um dia melhor.
 - E por que ao camponês falta tudo isso?
 - Porque Deus quer.
 - E quem é Deus?
 - É o Pai de nós todos.
 - E quem é pai aqui nesta reunião?
- Quase todos de mão para cima disseram que o eram
 Olhando o grupo todo em silêncio, me fixei num deles e lhe perguntei: –Quantos filhos você tem?
- Três.
 - Você seria capaz de sacrificar dois deles, submetendo-os a sofrimentos para que o terceiro estudasse, com vida boa no Recife? Você seria capaz de amar assim?
 - Não!
 - Se você – disse eu -, homem de carne e osso, não é capaz de fazer uma injustiça dessa, como é possível entender que Deus o faça? Será mesmo que Deus é o fazedor dessas coisas?
- Um silêncio diferente, completamente diferente do anterior, um silêncio no qual algo começava a ser partejado. Em seguida:
- Não. Não é Deus o fazedor disso tudo. É o patrão!

Ao sistematizar essa experiência, Freire (2020, p. 69) tece críticas acerca do que chamou de “aderência do oprimido ao opressor” na *Pedagogia do Oprimido* e promove novas reflexões acerca da experiência vivida naquele círculo de cultura, que, para ele, foi importante para que os camponeses buscassem “ir compreendendo o papel do patrão, inserido num certo

sistema socioeconômico e político, ir compreendendo as relações sociais de produção, os interesses de classe”.

Para o coordenador do MAB no Espírito Santo, Heider Boza (2022), *“o conhecimento não é para ficar mais inteligente, mas de preferência para mudar a vida da gente”*. O entendimento do movimento social dialoga com as práticas pedagógicas de Freire, bem como converge com as práticas da educação popular realizadas nas oficinas de capacitação, demonstrando, deste modo, a íntima relação entre os movimentos sociais e a educação popular em uma conjuntura sociopolítica específica.

4.2 ORIGEM E HISTÓRIA DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

Parte importante desta investigação foi relacionar o papel do Movimento dos Atingidos por Barragens à conjuntura crítica do rompimento da barragem de Mariana e seus impactos no ES. O MAB nasceu na década de 1980, com a finalidade de enfrentamento às ameaças e agressões sofridas na implantação de projetos de hidrelétricas. A definição do movimento pode ser caracterizada como “de caráter nacional, autônomo, de massa, de luta, com rostos regionais, sem distinção de cor da pele, gênero, orientação sexual, religião, partido político ou grau de instrução” (MAB, 2022). Seu objetivo principal é o de organizar os atingidos por barragens – em seu início, antes, durante ou depois da construção do empreendimento – em defesa dos interesses das populações atingidas, fundamentada na solidariedade mútua.

Em pesquisa recente acerca da identidade coletiva do MAB, Alexsander Fonseca de Araújo (2021), buscou discutir no campo científico, as definições e características do movimento. De acordo com o autor, o MAB se inicia no final da década de 1970, na região Sul do país, cuja constituição se deu em enfrentamento à construção da hidrelétrica de Itaipu, localizada no Estado do Paraná, que faz divisa com o Paraguai.

Articulados às entidades locais, de segmentos diferentes, sobretudo religiosa e sindical, tais como a Comissão Pastoral da Terra, vinculada à Igreja Luterana, e o sindicato dos trabalhadores rurais e agrícola, reivindicaram o direito à permanência em suas terras ou à uma indenização justa pela expropriação ou desapropriação de suas respectivas áreas.

Araújo (2021), afirma que nesse contexto foi realizado o primeiro acampamento da história dos atingidos no Brasil, por meio do qual reivindicações foram ignoradas pelas

autoridades, fazendo com que mais de 42 mil pessoas atingidas se deslocassem obrigatoriamente para outro local. Com a oposição à construção de barragens no Rio Uruguai, criou-se inicialmente a Comissão de Barragens, no ano de 1979 e, posteriormente, a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), no ano de 1980.

O autor mapeou a história do MAB, considerando sua trajetória intimamente relacionada à conjuntura. Nessa seara, em fevereiro de 1983, o lema “Águas para a vida, não para a morte” foi utilizado em uma das mobilizações organizadas pelo CRAB, durante a 6ª Romaria da Terra, seguido de outro grande evento: o I Encontro Interestadual de Atingidos por Barragens da Bacia do Rio Uruguai, no ano de 1984, no qual foi criado o abaixo assinado “Não às barragens”, que posteriormente foi utilizado para negociar acordos visando a solução de problemas sociais nas negociações (ARAÚJO, 2021).

Nesse ínterim, na região Norte do país, um conflito similar ocorria, frente à construção da barragem de Tucuruí, no Pará, bem como no Nordeste com a barragem Itaparica, atualmente denominada de Luiz Gonzaga, em Pernambuco. Destarte, diante da conjuntura de 1980, o CRAB entendeu a importância de estabelecer alguns parâmetros de movimento na oportunidade do I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, entretanto, somente em 1991, durante o I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens, é que o atual Movimento de Atingidos por Barragens – MAB caracterizou a defesa de uma organização nacional em defesa dos direitos dos atingidos, posicionando-se contrário à produção capitalista de energia (ARAÚJO, 2021).

Da organização até a criação, o MAB passou por “fases dinâmicas e características distintas” (ARAÚJO, 2021, p. 46), dentre as quais:

[...] a primeira fase, a passagem de reivindicações por terras para os direitos coletivos de indenizações justas, tendo forte influência dos setores religiosos, de ação pastoral e participação popular, enfatizando uma justiça social. Nos anos seguintes da criação do movimento, a segunda fase vai até a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) na presidência em 2002. O PT já [tinha] uma interlocução com o movimento por meio de sua base sindical.

Araújo (2021) assevera que a partir da segunda fase ocorre um enfraquecimento na influência dos setores religiosos, propiciando ao MAB a adoção de “elementos políticos e econômicos de luta de classes” em vistas de um movimento contrário ao cenário de privatizações oriundos de uma onda neoliberal conjuntural.

Em continuidade,

A terceira fase apontada pelos autores se dá de 2003 até atualmente. O MAB intensifica suas relações na esfera política-institucional e especializa sua militância do ponto de vista político e técnico-científico. Entretanto outros conflitos emergentes entram em questão como disputas territoriais e conflitos socioambientais (ARAUJO, 2021, p. 47).

A especialização da militância do MAB se torna uma de suas principais características, haja vista a natureza política e técnico-científica. É importante contextualizar que a partir de 2010 houve tensões entre o Movimento e o Partido dos Trabalhadores, durante o governo de Dilma Rousseff, diante dos incentivos do Governo Federal à construção de novas hidrelétricas, por meio do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC (OLIVEIRA, 2016).

Assim também faz coro Tiago Barcelos (2020, p. 482) ao afirmar que a partir dos anos 2000 o MAB iniciou seus estudos, formulações e implementação de estratégias a partir de dois questionamentos centrais: “para que e para quem, são realizados os empreendimentos?”. O autor revela que as usinas hidrelétricas sempre tiveram uma dualidade na sua função, sendo a primeira com o abastecimento do consumo humano, e a segunda, com o atendimento dos interesses das grandes mineradoras. Exemplifica-se acerca do valor da tarifa de energia no Brasil, principalmente, no Estado do Pará, onde se obtém a maior taxa de energia, as grandes mineradoras possuem a mesma energia de forma subsidiária.

Para Barcelos (2021) o Movimento tem como principal luta uma Política Nacional dos Direitos dos Atingidos, lembrando que, em toda a história de construção de barragens, houve violações dos direitos de família. Além disso, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), mostrou, na comissão especial dos atingidos por barragens, que a legislação é constituída por empresas, não havendo tratamento para o conceito de atingidos (BARCELOS, 2020). Revela também que, a necessidade de energia elétrica, é indispensável para o desenvolvimento nacional, tal como a necessidade de mineração, contudo, a discussão se coloca a questionar a quem estão sendo servidos os recursos naturais.

O autor reitera que as empresas vêm piorando a vida dos moradores de periferias, já que cria uma lógica perversa de isolamento e descaso, tornando famílias inteiras sem assistência. Em um caso concreto, aponta o Município de Altamira/PA, para o qual houve a promessa de desenvolvimento da região, com a implementação da barragem de Belo Monte, mas que transformou a cidade em um palco de violência, gerando altos níveis de miséria, com os maiores índices de vulnerabilidade social do país (BARCELOS, 2020).

Não é diverso o pensamento da entrevistada Euzeneia Carlos (2003) ao afirmar que “[...] a gente pode dizer que a ação coletiva de movimentos sociais e coletivos tem sido uma das importantes formas de se alcançar direitos sociais em diversas áreas, mas também na política ambiental”.

Nesse ínterim, as políticas de Segurança são também objeto de intervenção do MAB, tendo em vista que, com o aumento da exploração, há conseqüentemente, uma elevação dos riscos operacionais (BARCELOS, 2020). As barragens de rejeito são as que apresentam um menor custo operacional, desconsiderando os riscos, fazendo com que os setores de fiscalização e regulação, com a alta demanda de serviços, sejam incapazes de realizar um bom trabalho e garantir a segurança, visto que “há uma política clara de não fiscalizar os empreendimentos por parte dos Estados brasileiros” (BARCELOS, 2020, p. 484). E, assim, a grande maioria dos Estados desconhece as barragens dispostas em seus territórios. Neste sentido, para o entrevistado de Barcelos (2020, p. 484), “todos nós somos atingidos”, não há atingidos diretos e indiretos, necessitando de uma política de reconhecimento dos atingidos.

Nesse contexto,

o MAB passa a realizar campanhas em nível nacional, tais como: redução da tarifa da energia elétrica; revisão dos contratos de concessão para produção e distribuição da energia cedidos pelos governos federal e estaduais a empresas privadas; e campanhas para o investimento pelos poderes públicos em fontes energéticas alternativas como a solar e a eólica (BARCELOS, 2020, p. 71).

Nesse contexto, o Movimento demonstra a relevância da qualificação e formação da militância na luta por direitos, cujas mudanças ocorridas em sua estrutura agregam atores sociais de diversos segmentos na categoria de atingidos por empreendimentos de petróleo, gás, mineração ou hidrelétricas nas mais diversificadas localidades. Esses novos atores (ribeirinhos, camponeses, indígenas, quilombolas) levaram o MAB a se organizar “em uma estrutura de coordenação de decisões a nível nacional. Sendo a Coordenação Nacional, formada por representantes de cada região do país, a Executiva Nacional, escolhida pela coordenação, e a Organização de Base” (ARAUJO, 2021, p. 47).

Barcelos (2020) constrói uma análise de que o diálogo entre as empresas e a sociedade, é nulo, tendo em vista que, os diálogos só vêm ocorrendo diante de ações judiciais. Além disso, de acordo com o autor, o acesso ao MAB é mais fácil nas assembleias com investidores da Inglaterra, do que no Brasil, havendo uma decisão de não dialogar com os movimentos sociais. Neste contexto, a estratégia empresarial consiste em cooptar líderes de

associações locais para falar em nome dos atingidos, fazendo acreditar que exista um diálogo entre tais (BARCELOS, 2020).

Assim, desde o ano de 1997 já haviam células do MAB organizadas em todas as regiões do Brasil, com exceção do Estado do Espírito Santo, o que só veio a acontecer após o rompimento da barragem de Fundão, quando a lama de rejeitos de minérios percorreu o Rio Doce e chegou ao norte capixaba.

4.2.1 O MAB no Espírito Santo: organização coletiva e formação de base frente ao crime

Esta seção tem como objetivo relacionar a constituição e a história do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no Brasil e como suas práticas de organização coletiva e de solidariedade se aproximam da educação popular.

Até o contexto do rompimento da barragem e da chegada da lama no Espírito Santo, o Movimento dos Atingidos por Barragens era inexistente no Estado (CARLOS, 2023). A entrevistada, Euzeneia Carlos, reforça que

[...] para o Espírito Santo (ES) o MAB era uma novidade, apesar de que em MG o MAB já tivesse sido instalado. Quando ocorre o rompimento da barragem em novembro de 2015, o MAB existia em Minas Gerais, mas não existia no ES. Importante registrar que o MAB já tinha feito uma incursão anterior no ES tentando implantar uma organização do MAB aqui, mas não se concretizou. Só se efetivou com o rompimento da barragem, aí sim o MAB deslocou parte dos seus ativistas para o território capixaba, organizou aqui uma coordenação estadual, recrutou militantes e ali fincou uma nova organização vinculada ao MAB nacional e articulado com as organizações do MAB em outros estados do país. A partir do próprio protagonismo que o MAB vai ter no caso do desastre, o meu interesse por pesquisar o MAB foi crescente, não só para entender como a ação coletiva do MAB se difunde no ES, se organiza a partir do colapso da barragem, mas também uma aproximação construída entre a Rede ComRio ComMar.[...] Em termos de movimento social, o MAB foi o ator mais importante para as lutas sociais no ES em torno da questão do desastre.

O eixo principiológico da educação popular se alicerça na participação popular, “nos processos de luta e resistência das classes populares” (PALUDO, 2015, p. 20), com vistas a fomentar a construção de processos de resistência e de emancipação.

O MAB não se caracteriza pelo engessamento de *práxis*, mas se amolda às necessidades em cada contexto, e, assim, não almeja-se apenas a construção de conhecimento por si, mas para a mudança social, como pontua na entrevista, Heider Boza (2022) “[...] O ciclo de formação no MAB não é estático, está sempre em movimento, demandada a partir da

realidade, é uma crítica ao academicismo, não se estuda para ficar mais inteligente, mas estuda para mudar a própria realidade”.

Com mais de 30 anos de existência, o MAB é um movimento composto por pequenos agricultores, trabalhadores rurais sem-terra, povos indígenas, populações quilombolas, pescadores e mineradores. A cultura política do movimento é composta pelas influências diretas do marxismo revolucionário, da Teologia da Libertação, das lutas contra a ditadura militar e dos movimentos ecologistas e libertários pós-marxistas. Em depoimento Heider Boza (2022) reconhece que a formação da militância é importante para *“estimular os estudos, pois a nossa cultura não é de gostar de estudar. Precisa debater, mas estudar também. Esta é uma forma de peneirar o perfil da liderança popular do movimento”*.

Logo, a novidade do MAB advém, sobretudo, da proposta inovadora de debater e questionar o modelo energético imposto sobre a gestão dos recursos naturais, hídricos e do meio ambiente (SILVA, 2017).

No contexto do crime da Samarco S/A na Bacia do Rio Doce, o MAB se estabeleceu em toda a região desde o primeiro dia do acontecimento, com objetivo principal de prestar solidariedade e, além disso, levando a indignação para se transformar em mobilização popular. Segundo Silva (2017), o movimento participou e promoveu reuniões contínuas com as famílias de atingidos, bem como, com as lideranças da região – padres, lideranças comunitárias, ambientalistas, sindicalistas e os movimentos sociais, com intuito de planejar ações visando a reivindicação dos direitos das famílias atingidas. Para além dos atos políticos, denunciando o ocorrido, exigiram respostas para a resolução dos impactos causados pelo crime da Samarco.

Nos primeiros dias das ações do MAB, após o rompimento da barragem de Fundão, no distrito de Barra Longa, buscou-se estabelecer nos territórios, criando vínculos e promovendo as primeiras reuniões com os atingidos. Silva (2017) relata que, uma das reuniões que participou junto com o MAB, foi de acolhimento dos familiares das pessoas mortas e desaparecidas, na qual o movimento conduziu a reunião propondo uma roda de conversa, por meio da qual os participantes compartilharam informações sobre o crime, bem como sobre as medidas que foram adotadas por meio do TTAC e por outros instrumentos jurídicos.

Na oportunidade, o Movimento enfatizou alguns caminhos conhecidos da experiência acumulada na luta pelos direitos dos atingidos, construindo uma união e solidariedade entre as

peessoas, como forma de reunir forças e conquistar direitos, estimulando que as pessoas permanecessem juntas, compartilhando informações, tomando decisões coletivas e pressionando o Estado e as empresas na reivindicação dos direitos, acelerando as medidas de reparação (SILVA, 2017).

Logo, o enfrentamento mais eficaz diante da situação conflitante entre população e as empresas, se daria através da organização coletiva, haja vista que de acordo com MAB “a empresa se favorece através do distanciamento entre as pessoas e adota diversas estratégias, a exemplo da manipulação de informações e ameaças para dispersar e isolar ações conjuntas” (SILVA, 2017, p. 126).

Nesse ínterim, os representantes do Movimento assumiram a posição de mediadores, apresentando propostas comuns, as quais abrangem todas as reivindicações e insatisfações que foram apresentadas pelos atingidos. Silva (2017) assevera que ao longo da referida reunião observou-se a assunção dos atingidos como parte do todo, expressando a consciência de que o MAB se trata de uma organização que não existe sem os atingidos e, assim, todos que se identificassem, poderiam se considerar integrantes do movimento. O espaço produzido pelo MAB permitiu aos atingidos através de falas, canções, dentre outros, expressarem seus sentimentos e provocou trocas coletivas, retirando do silêncio as violações sofridas para que essas pudessem ser objeto de troca coletiva.

Silva (2017) coaduna que ao final do encontro, o movimento produziu uma mística, reforçando os valores de solidariedade, união e cooperação, que pudessem apontar para um futuro melhor na vida daqueles que passavam pelo sofrimento, para que pudessem, juntos, transformar a realidade. A autora revela que o MAB, ao longo do primeiro ano do rompimento da barragem de Fundão, realizou diversas reuniões em conjunto com os moradores atingidos pelo problema, além de traçar outras estratégias para mobilização e luta, exercendo um papel significativo em diferentes localidades, estabelecendo uma relação de confiança com os atingidos.

O Movimento atuou diante de um contexto de desassistência, morosidade, omissão do poder público, agindo como um agente externo e alternativa para parte dos atingidos e através das suas ações, propiciou a formação do vínculo, provocando o pertencimento entre seus pares, ao passo que entendiam o contexto como um problema comum, ocorria uma aproximação entre os atingidos, enquanto o movimento atuava como mediador e auxiliador no restabelecimento de laços comunitários, fragilizados no desastre (SILVA, 2017).

Naquela conjuntura a população atingida não sabia lidar com o que estava acontecendo – reação canalizada pelo movimento que se estabeleceu como um espaço de confiança. A conscientização foi acontecendo na medida em que se organizavam enquanto movimento, não somente por meio da cognição – do conhecer e acessar informações qualificadas de suas novas realidades, mas através de uma construção afetiva, da aprendizagem de uma mãe nos primeiros passos com o filho, uma imagem de acolhimento e cuidado no processo de direcionamento foi criada sob o MAB (SILVA, 2017).

O movimento deixou de ser algo externo ao desastre e, assim, passou a ser um espaço de representação e pertencimento, como instrumento de organização que favorece a resistência coletiva (SILVA, 2017).

A ação coletiva realizada pelo MAB, auxiliou na reorganização subjetiva dos sujeitos, como um novo sentido à vida. O sentimento criado, em que, os atingidos se sentiam auxiliando uns aos outros, fez com que criasse também um imaginário em que estivessem fazendo algo bom para a comunidade como um todo e, em sentido futuro, seriam frutos da conquista dos direitos através das ações coletivas entre tais (SILVA, 2017).

Através do protagonismo e da união dos atingidos, a empresa e o Estado foram pressionados, ocasionando em mudanças concretas na realidade.. Com as diversas estratégias adotadas, os atingidos saíram da posição impotente, e representaram os seus interesses diante da empresa e o Estado (SILVA, 2017).

Lembra em depoimento, Euzeneia Carlos que

O MAB chega e instala sua coordenação estadual em Vitória, mas mantém uma relação de proximidade muito grande com os territórios atingidos. Isso começa em Colatina, a primeira cidade que o MAB atuou e isso é muito simbólico porque Colatina foi a cidade que mais sofreu com os impactos da chegada da lama de uma maneira visível. Enquanto os outros municípios não sabiam o que viria com a chegada da lama, em Colatina a situação foi flagrante, porque de todos os municípios capixabas atingidos, era o único município que dependia total da água do Rio Doce, para tudo.

Cada município atingido tinha suas demandas, suas necessidades e o MAB, com sua atuação precoce junto a outros movimentos, entidades e pesquisadores, conseguiu apoiar a situação emergencial dos atingidos. Colatina, por exemplo, dependia integralmente do Rio Doce para sua existência. Segundo a entrevistada Euzeneia Carlos (2023),

Um município grande, uma cidade considerada média em termos de habitantes, complexa economicamente que tem o Rio, que era central para o abastecimento e

todas as atividades, com o consumo da cidade interrompido. Isso gera um colapso na cidade, um colapso que produz conflitos por nada menos uma semana, leva ao abastecimento alternativo através de água potável, de construção de caixas d'água e que até hoje tem uma relação difícil com a água que abastece a cidade, porque há uma percepção na população de que essa água dita como tratada não seria, assim, uma água segura. Então há ainda hoje uma percepção de insegurança em relação a essa água. E o MAB se instala primeiro nesse território com seus ativistas e ali ele faz uma coisa que eu acho que é um dos grandes responsáveis pelo enraizamento que o MAB conseguiu construir em Colatina que foi produzido todo tipo de apoio para toda a população local em um momento de grande aflição, de grande penúria, de caos urbano, que foi o caos pela falta da água e a contaminação da água e a inexistência de água potável para estas pessoas. Então ele vai agir através de ações de solidariedade.

No entanto, apesar das conquistas, é difícil organizar pessoas, já que os desafios são recorrentes e perpassam diante das ações da empresa que visam desmobilizar os grupos, gerando forte desconfiança nos atingidos em relação aos movimentos sociais (SILVA, 2017).

Em sua investigação, Silva (2017), que buscou analisar o contexto do “desastre tecnológico” provado pelo rompimento da barragem Fundão, na data de 05 de novembro de 2015, sob a responsabilidade da Mineradora Samarco. Os resultados revelam consequências ambientais e psicossociais, apontando para a superprodução, inerente ao modelo mineral vigente no Brasil, bem como a negligência do Estado brasileiro com a segurança e o monitoramento das barragens.

A partir do rompimento da barragem de Fundão, comunidades inteiras foram destruídas, atingindo 41 (quarenta e um) municípios entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, afetando o ecossistema da região e, assim, a quinta maior bacia hidrográfica do país – a Bacia do Rio Doce. Milhares de brasileiros foram afetados com os impactos do crime, para além da perda dos entes queridos, prejudicou trabalhadores rurais, pescadores e comunidades tradicionais, com perdas materiais incalculáveis.

Nessa condição, destaca-se que a organização popular, através de um movimento social, nesse caso o MAB, pode potencializar processos de resistência comunitária. Silva (2017) constatou que a participação política dos atingidos, organizados em um movimento popular, foi capaz de produzir transformação subjetiva, elaborando um novo sentido de vida e promovendo saúde na perspectiva ético-política.

Ainda assevera a autora que o MAB postura-se como alternativa de enfrentamento das populações da região, as quais vivenciam cotidianamente, as consequências da tragédia, o que dialoga com as histórias de resistência popular diante das formas de dominação a que foram submetidas na história da América Latina.

5 ACADEMIA, MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNIDADES ATINGIDAS: IDEIAS EM CONVERGÊNCIA A PARTIR DAS PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO POPULAR

Retomamos neste capítulo o trabalho desenvolvido nas oficinas de capacitação CRCMOP, com enfoque de análise em duas das cinco oficinas realizadas. Essas, a nosso ver, teriam se caracterizado como práticas de educação popular no trabalho de mobilização com os atingidos. O que nos convocou a investigar em que as oficinas desenvolvidas, de julho/2018 até janeiro/2020, lançaram mão das práticas de educação popular como forma de mobilização.

A capacitação surge, neste Projeto de Pesquisa, ligada a seu Objetivo específico nº 7, que se refere a “Implementar a tecnologia social POP (Pesquisa de Opinião Popular)”, a “estimular a reflexão coletiva sobre prioridades”, à “construção da opinião” e à “criação de soluções compartilhadas” para problemas decorrentes do desastre no rio Doce. Este objetivo específico se [desdobrou] em metas, entre as quais a promoção de oficinas de capacitação de lideranças e multiplicadores para o uso da tecnologia POP, a sensibilização e identificação de atores sociais, o desenho em conjunto com eles de estratégias e de fóruns de discussão (ALBUQUERQUE *et al.*, 2022, p. 384).

A sistematização de experiência, como opção metodológica assumida, originada da educação popular, é exercitada no processo de produção das análises, nas quais observa-se uma convergência de ideias entre Academia, movimentos sociais e comunidades atingidas que se encontraram na luta por direitos dos atingidos por barragens do Espírito Santo.

Para Oscar Jara Holliday (2006, p. 22) a sistematização de experiência é “um exercício que se refere, necessariamente, a experiências práticas concretas [...] sempre a experiências de educação popular, organização popular ou promoção social”.

Neste sentido, buscou-se na experiência ComRio ComMar, pela via acadêmica, a promoção social juntamente com a organização popular realizada pelo MAB, bem como a produção de novos conhecimentos pelas comunidades atingidas, a partir das experiências vividas. Tendo em vista que

Cada vez mais frequentemente tem se observado, no Brasil e no mundo, que parte da sociedade coloca em questão a relevância das ciências e da produção acadêmica em geral. Como efeito desse debate, órgãos de apoio à pesquisa e ao ensino universitário apontam preocupação crescente com a relevância social da pesquisa acadêmica e sua inserção na sociedade por ela abrangida. Os descompassos entre ciência e sociedade são, porém, pontuados por experiências históricas de aproximação através de práticas que buscam estender as atividades acadêmicas para além dos seus muros, especialmente aos espaços populares – experiências extensionistas (RODRIGUES, ALBUQUERQUE, CARDOSO, 2022, p. 3).

A educação popular preconizada por Freire tem o condão de reconhecer os saberes das classes populares e a construção democrática e compartilhada do conhecimento. Foi nesse mesmo intuito que a CRCMOP esteve *in loco*, com as populações atingidas, discutindo e construindo, no formato de rede, quais as melhores propostas para a reconstrução da bacia e da vida a partir da mudança no cenário social.

A entrevistada Euzeneia Carlos (2023), de forma salutar lembra que

A nossa proposta era exatamente contribuir com a recuperação da Bacia, trabalhando com essas populações, através de processos que pudessem impulsionar mobilizações sociais, organização da ação coletiva, capacitação de lideranças locais, acreditando que o processo de organização popular nos territórios poderia ser impulsionador de reivindicações e de propostas vindas da própria sociedade e que por virem delas, por si só, já teria uma legitimidade ao ponto de alçar as suas propostas ao entendimento público, como propostas que deveriam ser priorizadas. Não seria a academia dizendo o que deveria ser feito, qual a solução dada para o problema da reparação, não seria a RENOVA, o CIF, mas a própria sociedade civil, os atingidos, reunidos coletivamente, pensando e construindo propostas para a recuperação da bacia. Emergindo, assim, processos orgânicos da sociedade, entendemos que essa seria uma forma de propor soluções com força suficiente para impactar as autoridades, no sentido de se fazerem ouvidos.

Desta feita, o modelo de governança participativa implementado pela Rede de Pesquisa CRCM, proporcionou a cada indivíduo a opção de criticar e opinar através de um ato de consenso, sendo este ato a maior atividade de aprendizado democrático, pois é desta forma que surgem as decisões. Recorre-se mais uma vez a Paulo Freire (1987, p. 87), que sobre esta questão lecionou:

Nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão do mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa. Temos de estar convencidos de que a sua visão do mundo, que se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete a sua situação no mundo, em que se constitui. A ação educativa e política não pode prescindir do conhecimento crítico dessa situação, sob pena de se fazer “bancária” ou de pregar no deserto.

O uso de uma rede dialógica como estratégia para conduzir o tratamento de problemas com a participação dos atingidos, das organizações não governamentais, órgãos públicos, setores do judiciário, academia, foi um meio importante e eficaz à formação de consensos e tomada de decisões. Freire defendia a ação oriunda do diálogo, materializada a partir da capacidade coletiva de todos tomarem parte das decisões que tangenciam à vida e a conquista do direito pleno à cidadania.

Faz coro a isto a entrevistada Euzeneia Carlos ao apontar que

a expectativa da metodologia da CRCMOP foi uma tecnologia de participação criada pela rede de pesquisa junto com os atingidos e implementada nos territórios, ela tinha como expectativa construir soluções para o problema e que fossem considerados nas decisões das autoridades [...].

A entrevistada ainda acrescenta que

Nas oficinas tínhamos atingidos de praticamente todos os territórios, além da representação dos movimentos sociais, como o MAB, o Fórum Capixaba e outras organizações. Nos encontros, cada um com a sua vivência, sua trajetória, com as informações que traziam consigo, de motivações, essas pessoas se encontram e produzem trocas. E aí se tem um processo pedagógico e didático nesse momento que é muito rico, que são lideranças falando com lideranças, levando conhecimento e informações, pensando juntos sobre os mais diversos temas. Esse efeito pedagógico é impulsionador de uma mobilização, pois ajuda a construir o sentimento de “nós”. “Nós” organizados coletivamente que vamos produzir um entendimento sobre um problema e levar propostas para a solução.

Esse formato adotado da presença *in loco*, seja da academia, seja dos representantes dos poderes públicos ou das entidades não governamentais promoveu a aproximação entre atores sociais, políticos e educacionais. Nesse mesmo sentido pensa o representante do Núcleo de Defesa Agrária e Moradia (NUDAM) da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, o entrevistado Rafael Portella (2023), que pontua que

[...] os primeiros dias de atuação [da DPES] foram muito voltados para ir em territórios nunca visitados pela Defensoria, pois fazer trabalho in loco não era algo comum para a Defensoria. Algo que fez com pensássemos estratégias de atuação mais condizentes com o momento que estava sendo colocado. [...] a partir do final do primeiro semestre de 2016 quando passamos a fazer um trabalho mais voltado para a mobilização social, acesso à informação e educação em direitos que passou a ajudar a criar uma relação maior com as comunidades, a presença física nos territórios foi muito importante, para assim, a meu ver construir essas estratégias em conjunto e entender melhor o que significou o desastre para o ES (colchetes meus).

Em sua entrevista Maria do Carmo Albuquerque (2022) ainda pontuou que “[...] diante das propostas vindas das comunidades encontrou-se pontos mais frágeis que eram: geração de renda, questão da saúde, questão da recuperação do meio ambiente, indenizações para as comunidades”.

E essa educação em direitos deu fomento à luta pelo reconhecimento de ser atingido, de ser um novo sujeito de direitos que emergiu a partir de uma nova conjuntura social, qual seja o crime ambiental produzido pelas indústrias mineradoras. De elevada estima é a fala do entrevistado Atingido 01 – ASPEJ (2023): “aprendi muita coisa, principalmente a união dos pescadores para defender os direitos nossos, tivemos dessas reuniões prioridades que

beneficiaram a nossa comunidade que sofreu com o descaso. São comunidades carentes que necessitam de apoio e reconhecimento”.

Para o entrevistado Atingido 02 - Linhares (2023), o processo educativo da CRCMOP *“ajudou a conhecer mais a realidade, saber dos desafios, ser capaz de captar a luta pela água, pela saúde, da mulher, do pescado, trabalho, tudo está interligado. É um eco que acontece..grito de dor, grito do mar, grito pela vida. Ajudando a reivindicar os direitos e gritar contra o crime e seus responsáveis”.*

É nessa conjuntura que emerge o protagonismo da representatividade social, através do diagnóstico participativo, os atingidos da região do Espírito Santo pensam e propõem soluções inerentes às suas realidades, a cada contexto, pois não se trata de um grupo homogêneo de atingidos, mas um coletivo de indivíduos que puderam elencar as suas próprias demandas segundo a sua localidade e vivência.

Faz coro a isto a fala da entrevistada Euzeneia Carlos (2023) quando considera que:

Outro aspecto foi que as oficinas produziram articulação entre as organizações (entre os coletivos, entre os sindicatos, as colônias, as comissões) para se articularem e pensarem juntos a solução dos problemas. O interessante é que cada um vai se ater mais para pensar as propostas em torno do tema que ele trabalha mais. Tínhamos o grupo do trabalho, água, meio ambiente, indenizações, etc, e pessoas com expertise prévia, existia um tecido social, organizações, e vão canalizar isso em torno de temas específicos. Isso vai fazer com que os boletins técnicos sejam organizados em temas específicos. Essa articulação produz força para este processo político, pois as oficinas deixam de ser o fórum de um problema e passa a ser o fórum dos complexos problemas que afetaram a população.

Nessa mesma toada, é a fala do entrevistado Atingido 01 – ASPEJ *“participei de várias votações, tivemos propostas prioritárias de cada comunidade, sendo apoiados por todos os presentes e das equipes ali coordenando”.*

Isto só foi possível através da implementação das oficinas, que reuniram essas pessoas que estavam dispersas nos territórios e passaram a se reunir com o primordial fim de levantarem soluções consensuais para a recomposição da bacia, bem como reivindicar a reconstrução dos seus modos de vida.

5.1 OFICINAS DE CAPACITAÇÃO CRCMOP E OS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO POPULAR FREIREANA

Como já vimos, concomitante às mobilizações e votações nos territórios, foram realizadas, trimestralmente, oficinas com a proposta pedagógica de formar as lideranças das áreas atingidas. Essa intencionalidade da Rede permitiu aproximação com as práticas da educação popular considerando que a pesquisa desencadeou um “esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares” (FREIRE, NOGUEIRA, 2014, p. 33).

Além do mais, é salutar pontuar que através das oficinas, de acordo com a entrevistada Euzeneia Carlos (2023) “ [...] foram quase 24 mil votos reunidos ao longo de quase dois anos de mobilização nos territórios. Onde mais de 3600 pessoas chegaram a votar e em um espraiamento territorial muito grande, votações de São Mateus a Vitória”.

Uma das características importantes das oficinas ComRio ComMar Opinião Popular foi sobre a escolha de um ambiente formal de ensino para a sua realização, a saber a Faculdade Municipal de Linhares (FACELI). O critério de escolha se deu pelo suporte que uma instituição pública de ensino poderia ofertar, bem como por Linhares, inicialmente, ser o *locus* da pesquisa da Rede CRCM.

O município de Linhares, se tornou o ponto de encontro para as oficinas por, geograficamente, situar-se em “um meio termo” entre as extremidades dos municípios participantes (São Mateus, Linhares, Colatina, Serra e Vitória). Considerando também a estrutura aos arredores da FACELI, para alimentação dos participantes, tais como restaurante self-service, padarias, supermercados, dentre outros.

Ademais, pontuou Maria do Carmo Albuquerque em sua entrevista que:

A escolha de ambiente formal de ensino para a realização das oficinas foi uma parceira essencial, pois foi o local em que o ambiente estava mais propício: salas de aula amplas, com materiais pedagógicos, com infra-estrutura e acomodação. No anfiteatro as pessoas estão presas, nas salas há formação de círculos. Mas poderia ser um galpão. A FACELI se apresentou como o ambiente mais adequado para receber as pessoas. Além disso, era um ambiente central, que proporcionava uma logística mais adequada e mínimo custo de deslocamento.

Em relação a ser formal, o interessante é que as pessoas das comunidades que acessassem o local pudessem conceber que elas têm o direito de acessar uma universidade, de usufruir do espaço, os equipamentos. Nesse sentido, a educação popular também trabalha o direito à educação, à universidade. As pessoas usarem o

espaço, terem contato com uma reitora, mostra que a educação popular promove essa ideia de ter direito ao acesso ao ensino formal.

Nessa mesma toada pensa a também entrevistada Euzeneia Carlos (2023) ponderando que:

[...] caso das oficinas, a primeira forma de contribuição foi o fato de ter reunido pessoas, pessoas que estavam dispersas nos territórios e começam a se encontrar em oficinas estrategicamente localizadas em áreas geográficas próximas umas às outras, que foi a cidade de Linhares e a FACELI não foram escolhidas ao acaso. A FACELI deu a infraestrutura física e porque era próxima aos outros centros.

Não é diversa a percepção Atingido 01 – ASPEJ (2023) quando entrevistado:

Eu não entrava dentro de uma sala de aula desde que estudava, a não ser quando ia numa reunião de filhos na escola. Eu estudei até a sétima série. Foi muito gratificante estar no meio de vários jovens, fomos recebidos com muito carinho e atenção circulando no meio de todos, que relembrou a nossa época de estudante. Sem falar que a localização dava melhor acesso a todas as regiões em que todos participavam.

A duração das oficinas é outra característica importante a ser mencionada. A atividade começava por volta das 8h, com um café da manhã e tempo para ambientação e acolhimento. As 4 primeiras oficinas tiveram duração de um dia inteiro, já a última teve duração de 2 dias, tendo em vista a metodologia exigida pela atividade de sistematização das propostas elaboradas, bem como da criação dos grupos de trabalho, responsáveis pela elaboração do boletim técnico para entrega às autoridades.

A partir das anotações em caderno, bem como do histórico de e-mails trocados entre a equipe de pesquisadores e a coordenação de capacitação e mobilização do CRCMOP, analisamos os planejamentos realizados para as oficinas, que buscavam fundamentar-se “nos princípios participativos da educação popular, buscando articular os objetivos a alcançar às realidades do grupo concreto e efetivo de participantes” (Albuquerque *et al*, 2022, p. 387).

As oficinas começavam a partir de uma mística, sendo essa prática compreendida como “um ato [que], tem haver com a experiência, diz respeito à cultura, à expressividade estética e visa construir e transmitir um conhecimento” (MARSCHNER, 2008, p. 4). Para o autor:

A princípio as experiências místicas não diferem daquilo que as religiões sempre prometeram e celebraram: cura, libertação, paz, sentir-se em casa, salvação. Houve um tempo em que a mística era exclusividade da instituição igreja, algo de manejo próprio dos sacerdotes

[...] Atualmente, a mística passa por um processo de apropriação popular. Ela migrou dos espaços fechados do sagrado institucionalizado para o contexto fecundo das lutas sociais, assumindo assim sentidos múltiplos. Pode ser vista como um exercício, um modo de vida, uma forma de ver, uma forma de celebração. O que para uns é só sentimento, para outros é dedicação profunda a uma causa. A questão toda é como a mística hoje lida com estes sentimentos, que processos sociais e históricas ela pode desencadear, uma vez que nela está uma dose inigualável de energia imaginativa.

Imagem 3 – Bordado utilizado por mulheres pescadoras em momento de mística em uma das oficinas



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Para a primeira oficina, a mística foi pensada pela equipe de pesquisadores da Rede, tendo nas realizações seguintes a sensibilidade de envolver os atingidos para participar do planejamento e construção. Os atos foram desde cantigas, orações e preces até performances utilizando bordados que representam a resistência do povo atingido diante das injustiças e das tentativas de serem invisibilizados pela Fundação Renova e também pelo poder público. Na Imagem 01 observamos que um novo vocabulário estava sendo aprendido e problematizado para produção de sentido no “mundo” do atingido. A intenção foi escrever arpilleras, mas a palavra “artilheiras” lhes eram ainda mais familiares.

Deste modo, compreender a mística é “perceber o caráter escondido, não comunicado de uma realidade ou intenção” (BOFF, 2001).

Neste contexto, a produção das oficinas, depois de realizadas, passaram a se constituir para esta pesquisadora como inquietações que provocaram a investigação do processo educativo vivenciado pelos sujeitos, o que nos leva a retomar a pergunta de pesquisa para compreender como as oficinas contribuíram para a mobilização nos territórios na luta por direitos.

A luta por efetivação de direitos sobretudo é histórica e convoca o Estado a assumir sua tarefa institucional. Após o rompimento da barragem, no âmbito institucional do CIF, muitas decisões foram tomadas e uma diversidade de documentos técnicos foram produzidos, numa esfera público-privada onde canais de diálogos foram abertos para participação dos atingidos, sem ao menos considerar se tal participação não é passiva e sem criticidade, nesse caso, o famoso “participar participando”.

Uma questão emerge desse contexto: há consciência crítica do sujeito participante? É possível mobilizar e tomar decisões sem consciência do que está fazendo ou para quê está fazendo? Para tanto, é necessário que o indivíduo saia da condição de ator para a de autor ou autora de sua história para transformação da sua realidade. Em harmonia a este entendimento, Streck, Daudt e Lodi (2017, p. 70) asseveram que:

Pode ser um truísmo afirmar que a participação se aprende participando. Num sentido lato, a participação faz parte da nossa constituição intersubjetiva. Participamos de iniciativas formais, de ações de resistência, de iniciativas informais com vizinhos e colegas. A questão é saber o que esta participação representa, o que as pessoas aprendem com a participação, que formas de vida ela potencializa, que interesses são representados na participação. Ou seja, precisamos adjetivar a participação, explicitando de que participação se trata, e, em se tratando de uma participação democrática, verificamos que são reduzidas as possibilidades de aprender a participar participando.

Em entrevista, Maria do Carmo Albuquerque elucida que

[...] a atuação do Grupo de pesquisa, do CEBRAP, de entidades como a UFES e demais, numa perspectiva analítica, teórica que entende que as políticas públicas são construídas na interação entre os atores estatais e sociais, uma articulação entre os atores. O projeto se propõe desde o início em implantar uma tecnologia participativa na reconstrução da bacia. A proposta de capacitação nasce na própria essência do projeto. Diagnosticou-se a dificuldade na articulação dos interesses. A capacitação evolui e não se limita a uma mera implantação de tecnologia participativa, transforma em uma capacitação educadora, fortalecedora de atores sociais politicamente.

Há ainda que se considerar que além das trocas de saberes, vivências e demandas, os encontros presenciais também deram origem a um produto educacional, um material didático

à luz da perspectiva Freireana. Em sua entrevista, Maria do Carmo Albuquerque (2022) esclarece como ocorria a confecção desse material:

O material didático ele se insere na mesma perspectiva freireana, não é um recurso que vem pronto. A nossa cartilha foi construída em fascículos construídos a partir da leitura da realidade de cada momento. A equipe ia de comunidade em comunidade, fazia rodas de conversa e construía um material pedagógico a partir de cada escuta [...] as cartilhas que foram usadas para as oficinas sempre partiram do universo de experiências das pessoas participantes, dos atores sociais e políticos que atuavam no enfrentamento dos desastres. Primeiro ouvia, selecionava os temas geradores, produzia o material pedagógico e, a partir disso, construiu-se uma metodologia.

Não é diversa a percepção dos atingidos que participaram ativamente das oficinas. Ressalta o entrevistado Atingido 01 – Associação de pescadores de Jacaraípe (ASPEJ), que “[...] Tive várias oficinas na CRCM, tive muitas informações dos direitos dos pescadores ao acontecido do desastre da lama de Mariana e muita troca de informação da união dos atingidos. Tivemos muito apoio da equipe que nos coordenou”.

5.1.1 Oficina 01 – “Um Tsunami de Lama nos Fez Acordar’. Rompimento da barragem de Fundão: responsabilidades, consequências e perspectivas”

A primeira oficina, realizada em julho de 2018, teve como objetivo principal fazer uma rememoração do rompimento da barragem e da chegada da lama aos territórios atingidos no ES, traçando uma linha do tempo acerca dos primeiros impactos sofridos, que mais tem a ver com o pertencimento às áreas atingidas, bem como suas relações com a natureza, especialmente com o Rio Doce, que estão para além da subsistência.

O rio e o mar, representam para os atingidos sua essência enquanto mulheres e homens camponeses, pescadores, agricultores, quilombolas e indígenas. A frase “Um tsunami de lama nos fez acordar”, marcou o primeiro encontro da Rede ainda em 2017, trata-se de uma fala de uma liderança de Povoação (Linhares-ES), sobre como o crime ambiental provocou um despertar (de consciência?) em si e em seus pares atingidos.

Imagem 4 – Cartilha 01

Julho de 2018

1

UM TSUNAMI DE LAMA NOS FEZ ACORDAR

Rompimento da Barragem de Fundão:
Responsabilidades, consequências e perspectivas



Para aquecer a conversa:

Reúna as pessoas de sua comunidade e faça com elas uma Linha do Tempo com fotos, folhetos e notícias da tragédia causada pelo rompimento da Barragem de Fundão.

Faça uma linha de FATOS, uma linha de LUTAS e aliados, uma linha de conquistas e uma linha de desafios.

Peça para as pessoas escreverem votos com os DESAFIOS. E também, olhando a lista no JORNAL, apoiarem as propostas que consideram mais importantes.

Fonte: site ComRio ComMar.

Utilizando dessa mesma dialogia, ao traçar uma linha do tempo com cartazes coloridos em uma lousa, cada liderança escreveu, ou pediu para alguém escrever, sobre seus sentimentos, sobre os primeiros impactos, ações coletivas, bem como sobre as responsabilidades que deveriam ser assumidas pelas empresas causadoras do crime ambiental. A proposta buscou estimular reflexões e perspectivas individuais e coletivas sobre o que aconteceu em cada ano, desde o rompimento da barragem de Fundão e da chegada da lama ao primeiro município do Espírito Santo: Baixo Guandu.

Imagem 5 – Linha do Tempo – Rememoração do rompimento da barragem de Fundão

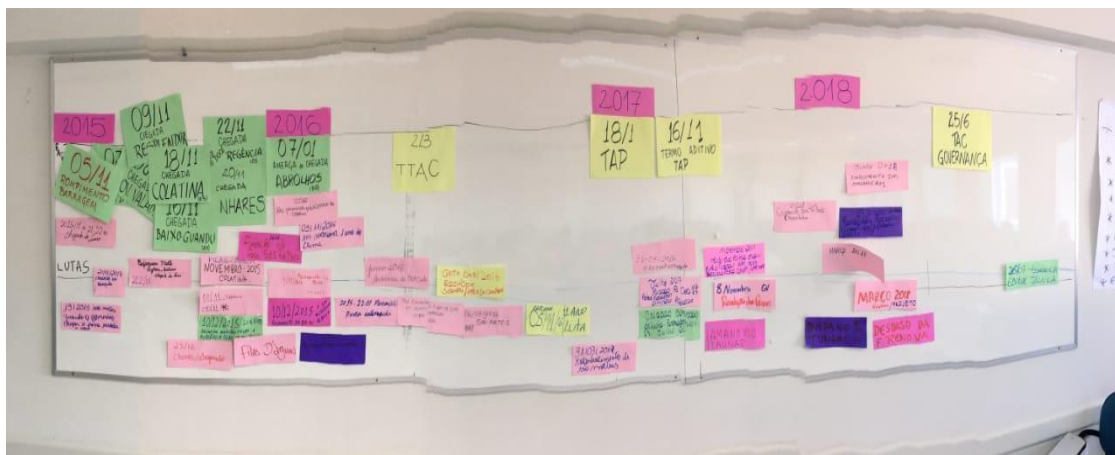


Foto: Acervo pessoal.

Na linha do tempo é possível observar que em 2015 houve uma gama maior de acontecimentos, haja vista ter sido o ano em que ocorreu o crime ambiental. No canto esquerdo da imagem está demarcada uma linha escrita “LUTAS”, na qual os participantes preencheram com as ações realizadas pelos atingidos de 2015 até 2018, ano de realização da oficina. No mesmo ano, em junho, foi assinado o TAC GOV, sendo esse uma “conquista” recente, um mês antes da primeira oficina.

Ainda nesse contexto, reforçou Maria do Carmo Albuquerque em sua entrevista, que

Na primeira oficina construiu-se uma linha do tempo de como o desastre foi vivido, de como o desastre foi gerador de ações políticas e sociais. Foi interessante porque dessa linha do tempo veio a fala do “tsunami” que despertou as comunidades, pois o trabalho conjunto despertou sentimentos já vividos que foram reelaborados numa perspectiva coletiva. O pessoal de São Mateus escutando Colatina, Colatina ouvia o pessoal de Linhares.

E os sentimentos reelaborados no sentido de despertar. O papel da pesquisa foi ressuscitar os sentimentos, colocá-los em comum, para permitir uma nova reelaboração.

Outra abordagem interessante se deu por meio da cartilha. No fascículo 1 (2018), teve como primeiro passo para conversa um tópico denominado “ROMPIMENTOS. Nascimentos” (p. 2), em cuja seção trouxe o seguinte depoimento:

Antes eu pescava, nadava, sustentava minha família. Agora não tem nada que eu possa fazer. Só comer o que a Renova me dá e ficar à toa (Atingido).
Antes era um vilarejo pacato. Fomos engolidos por um tsunami de lama e tivemos que acordar. Depois da tragédia, a gente teve que se preocupar em conhecer leis, direitos (Rosa, pescadora de Povoação).

Coaduna ao depoimento de Maria do Carmo Albuquerque:

“A chegada da lama foi um tsunami que despertou as comunidades para a luta e de que eles são sujeitos de direitos”. Os pesquisadores perceberam durante as visitas às comunidades que as pessoas passaram a reivindicar direitos que estavam adormecidos: empregos, indenizações, benefícios, saúde, em um nível maior do que estava antes. E começam a ter voz e a pedir o que estava calado.

Nesse contexto, o fascículo 1 (2018) também se dedicou a explicar sobre cada um dos termos de ajustamento assinados desde o rompimento da barragem. A linguagem é algo de primeira importância a ser considerado dentro das práticas da educação popular, uma vez que popular já assume o significado daquilo que é particular ao povo, neste caso o povo atingido.

Numa imensidão de siglas e palavras “diferentes” sobre os TACs: TTAC, TAP, Termo Aditivo ao TAP e TAC governança, para além do significado das siglas e terminologias que circundam os TACs, foi importante o educando compreender os direitos e garantias contidos em cada um deles. Tomando posse do conhecimento, os sujeitos sabem pelo que lutar.

Nessa seara, o tópico que chama atenção para um novo tipo de luta nesse processo de recuperação da Bacia do Rio Doce e de reparação de direitos é a luta institucional. Com os TACs sendo construídos sem a participação do povo atingido, foram necessárias articulações junto a DPES e ao Ministério Público Federal (MPF), das quais resultou o TAC GOV. Sendo assim, a partir da garantia de participação dos atingidos para consulta na tomada de decisões, participar se tornou imprescindível. O Fascículo 1 (2018, p. 9) chama atenção ainda para as audiências públicas terem se tornado

[...] espaço importante para negociações com o poder público e também para articulação dos atores. Embora com seus limites, as Audiências foram espaços importantes para a conquista de novos avanços nos acordos, o que se expressa pelo TAC governança, conquista de novos espaços e formas de participação.

Nesse afã, o importante é que os atingidos aos poucos foram compreendendo a totalidade da qual fazem parte, me refiro aqui sobre a estrutura de governança criada para tratar das questões oriundas do rompimento da barragem e da chegada da lama aos municípios mineiros e capixabas.

Dentro da estrutura CIF estão compreendidas 11 câmaras técnicas, que, por sua vez, contam com um total de 42 programas, sendo 17 socioambientais e 25 socioeconômicos distribuídos entre elas. São siglas que não produzem sentido à realidade dos atingidos, principalmente para aqueles que não sabem ler ou que estudaram até o antigo primário. Existe também uma imensidão de documentos técnicos produzidos por cada um desses programas.

Albuquerque salienta em sua entrevista:

[a partir da] *proposta freireana do conhecimento do universo vocabular; das palavras geradoras, fomos ouvir primeiro quais eram as palavras geradoras. Fomos ouvir na primeira oficina a palavra-geradora nasce de uma senhora atingida: “nós sofremos um tsunami, esse tsunami nos acordou ... além de nos impactar destrutivamente, acordou energias que tínhamos”.*

Uma das queixas recorrentes durante a experiência CRCMOP foi sobre não acessarem as informações produzidas pelo CIF e pela Renova, e, quando acessavam, não as compreendiam. O reconhecimento do próprio Comitê Interfederativo não torna os atingidos incluídos. Por isso Freire (1977) é incisivo ao afirmar que: “O homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade se não for ajudado a tomar consciência da realidade e da sua própria capacidade para a transformar” (p. 48). Que nesse caso, conta com impedimentos de acesso a informação de qualidade e a própria condição de acesso aos códigos das diferentes linguagens. É possível afirmar que durante o processo das oficinas, a manifestação dos atingidos sobre a compreensão dos documentos técnicos produzidos, bem como a dos pesquisadores envolvidos, expressa a importância do trabalho de formação, informação e mobilização, que se sustenta no entendimento de que

A capacitação, entre os dois pilares da educação política [...] é o mais tipicamente educativo, explicitamente voltado a promover a reflexão sobre as experiências práticas e prioridades das várias comunidades e informação [em linguagem apropriada] sobre a realidade das políticas de reparação. (ALBUQUERQUE *et al*, 2022, p. 387).

Como parte do processo de mobilização na luta por direitos, ainda na Oficina 1, foi apresentada a tecnologia ComRio ComMar Opinião Popular como uma nova proposta para “envolver a comunidade”, considerando o projeto como

[...] uma forma de disseminar estas informações [e] envolver mais pessoas, contribuindo com a qualificação das lideranças e com a ampliação da mobilização popular. É uma metodologia que permite que muitas pessoas participem, apresentando suas propostas de soluções para os problemas gerados a partir do ocorrido no rio Doce (CRCMOP, 2018, p. 10).

As problematizações na 1ª oficina começaram a partir do estímulo sobre a expectativa da chegada da lama, bem como sobre como os indivíduos se sentiam atingidos pelo problema. Nesse contexto, buscamos refletir sobre os impactos, sendo eles coletivos e individuais. Em um exercício de pensar como lidar com os problemas provenientes do rompimento da barragem, os educandos foram tomando consciência sobre os TACs e, principalmente, as

garantias e direitos pelas quais deveriam lutar. Dentre esses direitos, os atingidos trouxeram uma observação importante acerca dos impactos na saúde dos moradores e profissionais das áreas atingidas: desde a contaminação do pescado, que ao ser consumido pelo ser humano, têm sua saúde arriscada; até o contato direto das pessoas com a água do rio ou do mar, ou até mesmo da lama do mangue. Durante a oficina foram relatados casos de dermatites e feridas abertas no corpo de adultos e crianças, após a chegada da lama à sua comunidade.

Desse contexto de dialogicidade é que Freire (2020) destaca a importância do levantamento dos temas geradores, que deverão compor o conteúdo programático.

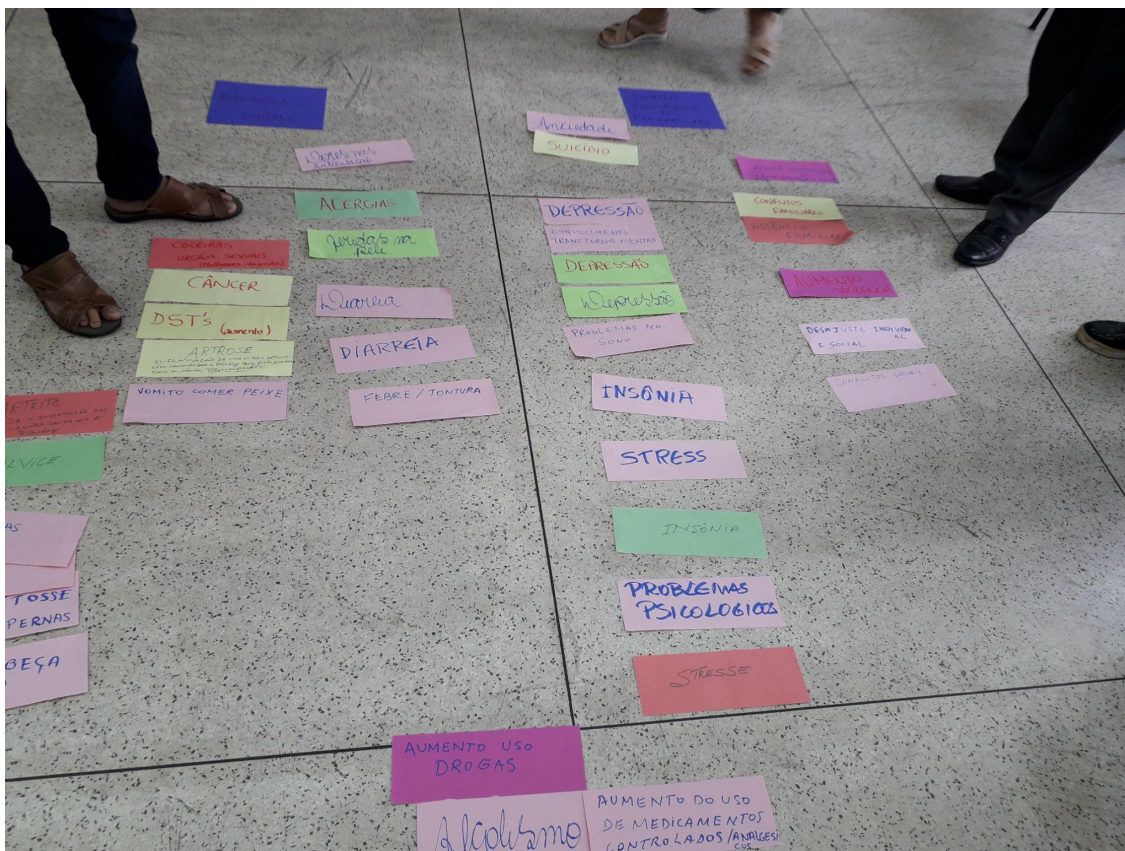
[...] é na realidade mediatizadora, na consciência que dela tenhamos educadores e povo, que iremos buscar o conteúdo programático da educação. O momento deste buscar é o que inaugura o diálogo da educação como prática da liberdade. É o momento em que se realiza a investigação do que chamamos Universo Temático do povo ou o conjunto de seus temas geradores (FREIRE, 2020, p. 101).

Portanto, a dialogicidade para o educador brasileiro é essência à prática da liberdade, isto é, à educação.

Ainda que não tendo como foco a análise das demais três oficinas, entendemos como parte importante do percurso metodológico, destacar os temas que delas emergiram (Saúde, Direito ao meio ambiente saudável, e Direito ao trabalho e renda), bem como passar pelas problematizações que tornaram possível o encontro do tema da última oficina (Como construir mudanças). Insta salientar que os temas trabalhados em cada oficina foram gerados a partir das problematizações de uma oficina anterior. Portanto, o tema da oficina 02 foi gerado na oficina 01, o da oficina 03 gerado na oficina 02 e assim sucessivamente.

A questão da saúde apresentou-se como algo caro aos atingidos. O tema gerador surgiu ainda na primeira oficina, sendo problematizado na segunda oficina, como demonstra a imagem a seguir.

Imagem 6 - relacionando os problemas de saúde à chegada da lama



Fonte: Acervo pessoal.

Nesse movimento dialógico enquanto a questão de saúde foi problematizada, ainda na segunda oficina o tema meio ambiente saudável foi gerado, na medida em que os sujeitos educandos compreendiam a relação ser humano x natureza, isto é: uma natureza adoecida, adoecem os seres humanos, que por sua vez são os responsáveis pelo desequilíbrio ambiental, nas suas mais diversas formas.

Deste modo, a terceira oficina ocupou-se em problematizar a questão do direito ao meio ambiente saudável. O fascículo 3, apresentou alguns desdobramentos do tema a partir das propostas elaboradas até aquele momento.

Imagem 7 - Fascículo 3: as reivindicações relacionadas ao meio ambiente apresentam diferentes aspectos

As reivindicações relacionadas ao meio ambiente apresentam diferentes aspectos:

Meio ambiente: A relação de vivência com a natureza aparece nas reivindicações de limpeza e recuperação de nascentes, rios, manguezais e balneabilidade das praias.

Água para consumo: Dezenas de propostas cobram água de melhor qualidade, estudos e análises sobre a potabilidade da água (inclusive do lençol freático) e estações de tratamento.

Consumo de alimentos: Questões de segurança alimentar também se destacam, reivindicando análises de camarões, mariscos e peixes da região, que são hábitos alimentares da população local.

Trabalho, renda e atividade produtiva: A destruição do meio ambiente também impactou a atividade produtiva local, como a pesca, a agricultura e o turismo. Aponta-se a contaminação e a queda nas atividades de pesca, agricultura e criação de animais. O setor de turismo, com seus restaurantes e pousadas, também foi prejudicado. Exigem-se novas alternativas de geração de renda.

O consumo de água e alimentos contaminados, além da incerteza que ronda os projetos de vida e a sustentação econômica das famílias geram graves problemas de **saúde** física e psicossocial, como vimos na cartilha e Oficina anteriores.

Fonte: Fascículo 3 CRCMOP, 2019, p.2

Podemos dizer que a conscientização fomentada por meio da problematização de conteúdos nas oficinas trata-se de um trabalho de humanização como uma saída à desumanização produzida pelas situações-limite as quais os seres humanos, atingidos, passaram a vivenciar. Situações em meio à falta de assistência e interesse das empresas causadoras do crime, o que faz com que os atingidos acreditem e confiem na realidade como algo dado. Isto é: *“se a empresa fala que pode beber água, então a gente bebe”, “se a gente não tem um auxílio e nem mais a pesca para sobreviver, vou comer o pescado contaminado. É isso ou ficar com fome”*.

A partir desses depoimentos dos atingidos entrevistados, podemos inferir que beber água e comer peixe envenenado são algumas das muitas formas de desumanização às quais os atingidos vêm sendo submetidos na contradição Renova-Atingido. E como mudar esta

realidade? À luz da educação popular freireana, respondemos que através da conscientização, sendo essa “tomar posse da realidade” (FREIRE, 1980, p. 29).

Nesse afã, a oficina 04, realizada em junho/2019, teve como tema “Direito a trabalho e renda: agricultura, pesca e turismo. Como lutar por nossos direitos?”. Com a problematização de outras questões inerentes ao direito ao meio ambiente saudável, na oficina 03, emergiram as situações-limite às quais grande parte dos atingidos vêm sendo submetidos pelo não exercício da sua atividade principal, que era pescar.

A partir da proibição da pesca, não existe uma preocupação por parte da Fundação Renova quanto ao investimento em novas possibilidades de trabalho e renda para a comunidade pesqueira. Assim, na oficina 04, por meio do fascículo, houve conversas no sentido de pensar novas estratégias a partir da estratégia ComRio ComMar Opinião Popular. Naquela ocasião, foi dado início a primeira atividade em grupos separados pelos temas de água e meio ambiente, trabalho (pesca e turismo), reconhecimento e indenizações, água e meio ambiente, para ampliar as discussões acerca de cada tema. Deste primeiro exercício de reflexão coletiva acerca dos temas específicos culminou a separação dos grupos de trabalho para a aglutinação e qualificação das propostas, bem como para a escrita do boletim técnico.

Na imagem a seguir extraímos trecho do material didático utilizado.

Imagem 8 - Fascículo 04

ESTRATÉGIAS PARA AS LUTAS E NEGOCIAÇÕES COM AUTORIDADES

As comunidades atingidas pelo crime da Samarco vêm lutando por seus direitos desde 2015. Sem esta luta não haveria conquistas como o reconhecimento dos Camaroeiros de Vitória e das comunidades atingidas em São Mateus, bem como o acesso à estrutura de governança definida pelo TAC gov.

ComRioComMar Opinião Popular é uma metodologia participativa que se soma a esta luta. As reuniões e votações do POP geram mobilização. Os resultados das votações podem gerar documen-

7

Fonte: www.comriocommar.com.br

Durante o processo das oficinas, esse tomar posse da realidade pode ser traduzido como empossar-se do conhecimento sobre o todo, ao invés de se prenderem às condições (partes).

Retomando à Oficina 01, esse foi o ponto de partida para as votações nos territórios. De posse das ferramentas utilizadas para mobilização, tais como jornal, urnas e cédulas, as lideranças que participaram das oficinas, se tornaram responsáveis pela mobilização em suas comunidades, compartilhando os saberes vivenciados na oficina e engajando seus pares a lutarem através de uma nova estratégia.

Imagem 9 – Mobilização em São Mateus



Fonte: Acervo CRCM, fotos de 2018.

Nota: À esquerda, debate sobre problemas e prioridades em comunidade do município de São Mateus antes da votação. À direita, consulta ao Jornal e votação em urna do CRCMOP em São Mateus.

Fonte: Gurza Lavallo et al, 2022, p. 358.

A lista completa contendo as propostas elaboradas pelos atingidos em suas comunidades, encontra-se no Anexo III.

5.1.2 Oficina 05 – “Para além de dizer não: como construir mudanças? Elaborando nossas propostas para abrir portas”

A quinta e última oficina, realizada em setembro de 2019, teve o caráter de “capacitar” as lideranças para que as negociações fossem mais assertivas, junto ao Sistema CIF, ao poder público e à Fundação Renova, representante das mineradoras e responsável pelas ações de

reparação. Essa oficina teve sua proposta metodológica diferente das anteriores, tendo em vista a duração de dois dias de trabalho, que aconteceram da seguinte forma:

I) dia 01: as atividades seguiram o roteiro das oficinas anteriores até o horário do almoço, conforme descrito na seção 5.1 (incluindo café da manhã, mística, leitura da cartilha e problematização dos conteúdos, dinâmica entre os participantes); após o almoço as atividades seguiram a proposta de separar os participantes em grupos de trabalhos a partir dos grandes temas (categorias criadas para as propostas elaboradas e apoiadas nas votações): água e meio ambiente; trabalho e renda; reconhecimento e indenizações; e saúde, para aglutinar propostas semelhantes e produzir reflexões sobre como qualificá-las como demandas mais importantes, a serem atendidas.

II) dia 02: continuação do exercício de qualificação das propostas e elaboração do boletim técnico.

O propósito no arranjo metodológico da oficina se deu para a realização do primeiro passo de reflexão dos dados produzidos pelas votações e que seriam utilizados para substanciar o boletim técnico que foi elaborado pelos grupos de trabalhos, compostos por lideranças dos atingidos, por representantes de movimentos sociais, da Igreja Católica, das Câmaras Técnicas, do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, pesquisadores de universidades e da Rede.

Deste modo, a cartilha foi um importante material didático para apresentar o conteúdo sobre como construir acessos, conforme demonstra a imagem a seguir.

Imagem 10 – Cartilha 5

Setembro 2019

5

PARA ALÉM DE DIZER NÃO: COMO CONSTRUIR MUDANÇAS?

Elaborando nossas propostas para abrir portas



Para aquecer a conversa:

Há mais um ano estamos participando do **ComRioComMar Opinião Popular**. Em 4 Oficinas estudamos os impactos do desastre-crime da Samarco sobre a saúde, o meio ambiente, a economia e o desenvolvimento das comunidades atingidas. Tivemos cada vez mais representantes, mais comunidades presentes. **Conhecemos e conversamos com técnicos**, aprendemos quais são os Programas propostos para alcançar a meta da reparação integral. Levamos estes conhecimentos para as comunidades e debatemos com as pessoas atingidas sobre os problemas sentidos por elas e suas propostas.

Agora vamos dar um passo a mais: **qualificar nossas propostas** para construir **acessos** e abrir portas para conquistá-las.

www.comriocommar.com.br

Fonte: site www.comriocommar.com.br

O jornal CRCMOP, compreendido por Rodrigues *et al* (2022) como uma ferramenta para a mobilização, por ser utilizado nas reuniões e votações nas comunidades, também se mostrou como uma importante ferramenta pedagógica para visualizar as propostas elaboradas durante os 16 meses de votação¹⁵.

¹⁵ As votações tiveram duração e 18 meses, entretanto a qualificação das propostas ocorreram 2 meses antes da finalização do trabalho para que as propostas qualificadas tivessem tempo de serem apoiadas (votadas) e deste modo acompanhar o fortalecimento das prioridades em cada comunidade participante.

Imagem 11 – Jornal ComRio ComMar Opinião Popular – Edição Extra

Distribuição Gratuita | Tiragem: 1.500 exemplares

EXTRA/novembro de 2019



Editorial

Aglutinação e qualificação das propostas

Há mais um ano estamos trabalhando no ComRioComMar Opinião Popular. Em 4 Oficinas estudamos os impactos do desastre-crime da Samarco sobre a saúde, o meio ambiente, a economia e o desenvolvimento das comunidades atingidas. Tivemos cada vez mais representantes, mais comunidades presentes.

Conhecemos e conversamos com técnicos, aprendemos quais são os Programas propostos para alcançar a meta da reparação integral. Levamos estes conhecimentos para as comunidades e debatemos com as pessoas atingidas sobre os problemas sentidos por elas e suas propostas.

Na Oficina 5, em outubro de 2019, demos um passo a mais: qualificamos nossas propostas para construir acessos e abrir portas para conquistá-las. Para isso aglutinamos as propostas para não dispersar os votos em propostas semelhantes. Contamos com a assessoria de técnicos das Câmaras Técnicas, do poder público e de professores universitários e com isso qualificamos nossas propostas de forma a poder apresentá-las para as autoridades competentes, no município, estado ou sistema CIF.

Ao todo, aglutinamos 311 propostas em 42. O processo de aglutinação de propostas se iniciou com Grupos de Trabalho (GTs) temáticos na oficina do dia 3/10, foi revisado na Oficina do dia 4/10 e

depois passou por um olhar cuidadoso de diversos membros da gestão do Projeto para avaliar se havia mais propostas que poderiam ser aglutinadas.

A aglutinação priorizou manter os textos das propostas criadas pelos GTs e pelas comunidades. Em alguns casos foram acrescentados alguns termos presentes em algumas propostas que se aglutinariam de modo a ficar mais completo. Em alguns casos não consta o nome da comunidade no texto da proposta (ex: Serra, Guriri etc.), pois será possível encontrar no banco de dados e quantificar os números de votos de cada comunidade. Destaca-se ainda que nos boletins técnicos serão apresentadas as especificidades de propostas de cada comunidade.

O resultado deste trabalho mostra 5 temas prioritários: Água e saneamento, com 2046 votos, Trabalho (pesca e agricultura e geração de renda) com 1917 votos, Saúde com 1715 votos, Reconhecimento e Indenizações, com 520 votos e Meio Ambiente, com 495 votos. Temos ainda 1311 votos em propostas de Educação, Infraestrutura e outros temas. Total 8004 votos.

Seguiremos nosso processo de votações com base nas listas que se seguem. Estamos nos últimos meses e agora temos que visibilizar nossas propostas prioritárias, com muitos votos e muito apoio de nossa comunidade.



Moradora vota em reunião na sede da Associação de Moradores de Gameleira, presidida pelo Sr. Valdeci Teixeira



Votação CRCM OP na comunidade do Nativo, São Mateus, em 26 de outubro

www.comriocommar.com.br

1

Fonte: ComRio ComMar

Na edição extra do jornal CRCMOP foram publicizadas as propostas elaboradas pelos participantes das comunidades atingidas participantes do projeto. Observamos, enquanto Rede, que dentre as quase 500 propostas criadas, muitas se assemelhavam em sentido, por exemplo: “queremos água”, “água de qualidade”, “água potável”, “água é um direito”. Diante disso, foram separados 4 grupos de trabalho, compostos por afinidades e interesses com a respectiva temática, para aglutinar as propostas semelhantes. Os grupos de trabalho tiveram a

tarefa de refletir acerca dos significados das propostas e qualificá-las em uma nova proposta que compreendesse os significados das demais.

Deste modo, o exercício de reflexão e compreensão da realidade foi de primeira importância para que essas novas propostas (chamadas de propostas qualificadas) tivessem seus votos somados, tornando-se, também, as propostas mais votadas de cada tema, isto é, prioritárias. Identificar-se com as propostas mais votadas, imprimiu as necessidades em comum das 27 comunidades participantes.

Imagem 12 – Oficina 5



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

A imagem acima registra o momento de exposição do exercício de aglutinação de propostas, realizado no primeiro dia da Oficina 5. De camisa verde, a liderança de Campo Grande, São Mateus, integrante do Grupo de Trabalho Água e Meio Ambiente, apresenta em uma cartolina a redação das novas propostas qualificadas, resultado da aglutinação de propostas semelhantes. O diálogo com diferentes atores fomentou o protagonismo do povo atingido, durante o processo de aglutinação das propostas. Essa prática teve no diálogo elemento basilar, o que para Freire (1982, p. 141) é compreendido como uma

relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade (Jaspers). Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só o diálogo comunica. E quando os dois polos se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se então uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação.

Para a representante do Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce, Tânia Silveira, em entrevista concedida à Rede ComRio ComMar¹⁶,

“o grande ganho da ComRio ComMar [...] é o alinhamento entre atingidos e técnicos[...]até começar a pesquisa os grupos de atingidos eram fragmentados em suas lutas específicas. Em grupos como o MAB e o Fórum que tinham abrangência de toda a Bacia em seu litoral, não tinham em pauta proposições específicas, mas pautas de propostas mais gerais. Portanto, os atingidos continuaram fragmentados nas suas demandas específicas. O que a pesquisa proporcionou em ganhos social e científico? A medida em que a pesquisa foi se estruturando, as demandas específicas e localizadas, juntamente com as questões gerais foram dialogadas, inclusive com representantes da estrutura de governança da reparação [...] esse debate entre atingidos e técnicos, num mesmo local, articulou quem tem pauta geral e quem tem pauta específica [...] a pesquisa proporcionou um alinhamento entre participantes de diferentes níveis de intervenção [...]. Ao longo das oficinas [...] tiveram a oportunidade de ir alinhando a percepção e compreensão sobre o problema”.

A proposta pedagógica da ComRio ComMar, contemplou o diálogo e a comunicação entre pessoas de diferentes instituições e organizações sociais. Para o entrevistado Rafael Portella (2023), a relevância das oficinas se deu por poder conversar com os atingidos sobre estratégias de atuação. A proposta pedagógica da oficina 5 foi a de qualificar as propostas como uma estratégia para fortalecer a luta por direitos. Compreender que formular “melhor” o que se “pede” faz diferença em um processo de reparação desgastante como o do Rio Doce. Portella ainda assevera que *“foi uma discussão que eu não vi em outro espaço”*.

De maneira análoga, em entrevista, Albuquerque (2022) compreende o diálogo como um dos aspectos mais importantes das oficinas:

o diálogo entre as linguagens populares e técnicas, em que os técnicos puderam ouvir as demandas das comunidades. Por outro lado as lideranças das comunidades puderam se aproximar e aprender um pouco da linguagem técnica, o discurso técnico que estava escrito nos programas de recuperação da bacia: econômicos, sociais, ambientais.

Nesse espaço pedagógico de diálogo, os pesquisadores, também participantes, tiveram a tarefa de auxiliar no processo reflexivo para o nascimento e construção de novas ideias do “novo” ser humano. Freire, na Pedagogia do Oprimido (2020, p. 48) faz uma analogia de que “a libertação [...] é um parto. E um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um

¹⁶ Entrevista ainda não publicizada.

homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos”.

Observamos, mais uma vez, traços da educação popular freireana, cuja base filosófica também é influenciada pelo método socrático. Para o filósofo ateniense, os filósofos, aqueles que amam o saber, que podem ser compreendidos como educadores, têm um papel importante para com o educando: auxiliar o nascimento da ideia, tal qual uma parteira. De igual modo, os pesquisadores fomentaram discussões, estimularam o diálogo, acolheram as ideias, mas a experiência do “nascimento” foi do sujeito dando à luz a própria consciência. Sem consciência crítica não haverá libertação. E com consciência de direitos, luta-se por eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se preocupou em analisar se as oficinas de capacitação ComRio ComMar Opinião Popular tiveram seus fundamentos na educação popular freireana e se, como consequência, provocou a mobilização dos atingidos em seus territórios, evidenciando e denunciando os impactos socioambientais decorrentes do rompimento da barragem de Fundão e da chegada da lama aos municípios do Espírito Santo. Para tanto, optou como aporte metodológico pela sistematização da experiência (JARA, 2006) para pensar a prática ComRio ComMar Opinião Popular, que se tratou da implementação da tecnologia social de governança participativa para coleta de opiniões.

Sistematizar as partes, não nos levaria à compreensão do todo. Partir do sentido produzido nas pessoas e na luta por direitos, escaparia de nossas mãos a compreensão da condição de atingido. Isto é, o que levou o ser humano ser negligenciado em seus direitos, ser desumanizado ao beber água contaminada e a comer peixe envenenado, ou a não se sentir digno de viver com uma família sem ter condição para sustentá-la, já que o seu trabalho de pescador não lhe é possível mais exercer.

Retomar o percurso histórico da mineração no Brasil foi importante para compreendermos o lugar que o extrativismo mineral ocupa em nosso País, bem como a forma que nossa sociedade foi organizada a partir dessa lógica de produção acelerada. Uma economia farta às custas das classes dominadas, oprimidas, que ingenuamente (de consciência) aceitam a vida que levam, muitas vezes sob a justificativa de que “Deus quis assim”. As injustiças e desigualdades não são obras de Deus, mas dos deuses, dos poderosos, dos titãs da mineração.

A lama, os rejeitos, o “tsunami”, apagaram vilarejos, alteraram a face do rio, desconstruiu modos de vida, fez surgir uma luta pelo reconhecimento de “ser atingido” e isto fez com que surgissem novos direitos para novos sujeitos que ainda não estavam consagrados pela Constituição Federal de 1988.

Quando alguma situação fática não está garantida constitucionalmente e nem pelas ações produzidas pelo Estado, como foi o caso do maior crime ambiental ocorrido no Brasil, essa condição enseja que o Estado incorpore a defesa de outros princípios até então não garantidos, como exemplo o direito à proteção.

O descaso por parte dos responsáveis pelo crime ambiental, o despreparo dos poderes públicos, fizeram com que o atingido experimentasse uma condição desumanizante na medida em que os mais de 60 milhões de metros cúbicos de lama iam ganhando solos mineiros e

capixabas. A lama, além dos rejeitos, arrastava ondas de penúria, de aflição e de caos urbano como consequência de uma lógica de um sistema econômico de produção capitalista, que organiza a sociedade a partir dele. Uma lógica que considera o lucro ao invés da vida, da segurança, da responsabilidade socioambiental.

O colapso instaurado, o cenário de omissões fizeram com que outras entidades, para além das governamentais, se movessem para os territórios atingidos aspirando amparar, acolher, orientar e reconhecer os atingidos através de ações pautadas na educação popular freireana.

A proposta freireana se materializou nas oficinas por meio dos espaços abertos para troca de saberes, experiências e conhecimentos. Através do diálogo, alcançou-se consenso na propositura de soluções adequadas e coerentes a cada grupo que ali estava representado pelas lideranças locais, juntamente com representantes do poder público, organizações não governamentais e Academia.

Nestes espaços abertos e dialógicos, foi imprescindível o uso da tecnologia de governança participativa CRCMOP para coleta de opiniões acerca dos impactos, que também estimulou a reflexão coletiva sobre as suas próprias necessidades. Nessa arena decisória, na contramão de um modelo capitalista, eurocêntrico, elitista, os protagonistas são os atores sociais.

A partir da reflexão provocada pelo diálogo é que os indivíduos foram tomando consciência dos problemas provenientes do rompimento da barragem e dos direitos pelos quais deveriam lutar. Neste sentido, Freire (1984) é incisivo ao afirmar que não se pode lutar pelo que não se conhece.

Importa enfatizar que o movimento desencadeado de forma articulada entre a Academia, o MAB, juntamente com comunidades atingidas, convergiu em práticas de mobilização pela aproximação com a educação popular freireana. Uma vez que essa relação de solidariedade e de caminhar junto não é novidade para essas entidades, mas envolve uma proposta de humanização quando a dignidade humana é colocada em xeque. Não é diverso às práticas dos movimentos sociais, em especial do MAB, que se levantam contra um sistema excludente.

Nesse contexto, as oficinas de capacitação fundamentadas nas práticas da educação popular tiveram um papel importante no processo de mobilização nas comunidades atingidas. Sendo a mobilização resultado da conscientização dos sujeitos atingidos acerca da totalidade da qual fazem parte, dos problemas oriundos da chegada da lama e do real significado do rompimento da barragem, que não se tratou de um desastre, mas de um crime ambiental com

consequências sociais, econômicas, éticas, culturais e políticas. Assim, a conscientização, o diálogo e a problematização, princípios basilares da educação popular freireana, puderam ser observados nas práticas das oficinas de capacitação, desde o planejamento, elaboração de material didático, na produção dos grupos de trabalho e nos encaminhamentos e ações, tais como a entrega do boletim técnico às autoridades públicas, à Fundação Renova e também ao Sistema CIF.

O Boletim Técnico resultou das mobilizações nos territórios e das votações nas comunidades. A partir das propostas votadas como prioridades, os grupos de trabalho fizeram recomendações acerca dos problemas existentes nas áreas atingidas. Muitas delas ainda carecem de reconhecimento. A educação popular, que envolve reflexão e ação, foi expressa na mobilização e nos encaminhamentos conjuntos produzidos.

A resposta para o problema inicial desta pesquisa é que sim, as oficinas de capacitação ComRio ComMar Opinião Popular lançaram mão das práticas da educação popular, bem como ocuparam um papel central para que os sujeitos participantes, ao passo que tomavam consciência de seu real problema, mobilizaram-se denunciando os impactos socioambientais, assim como uma estrutura de governança que fora criada para tratar da questão, mas que não dá conta da complexidade em questão.

Portanto, a partir da conscientização, nas oficinas de capacitação, houve mobilização, ação e efeitos dessa mobilização. O Boletim Técnico CRCMOP foi um produto resultado da mobilização (votações nos territórios), a entrega do Boletim às autoridades foi ação dessa tríade (Academia, MAB e comunidades atingidas), e os efeitos puderam ser observados a partir do uso do Boletim Técnico para substanciar os protocolos dos atingidos junto ao poder público, ao poder judiciário e ao Sistema CIF, como investigado por Paulo Sérgio de Jesus (2021).

Entretanto, com a pandemia, a luta por direitos se tornou ainda mais desafiadora para os atingidos, tendo em vista as restrições de horários de funcionamento das instituições públicas, a suspensão de reuniões e audiências públicas promovidas pelas Câmaras Técnicas e pelo Comitê Interfederativo, bem como o próprio isolamento que não permitiu as manifestações, marchas, dentre outros repertórios.

Logo, uma política de reparação do direito dos atingidos continua distante. Percebemos o Boletim Técnico ComRioComMar Opinião Popular como um importante instrumento para colaborar na construção de uma política necessária, se estudado a partir da experiência CRCMOP, tendo em vista que os temas de meio ambiente, saúde e trabalho estão intimamente relacionados (cujas oficinas não foram analisadas neste trabalho de maneira

aprofundada). Uma investigação no âmbito da construção da política de reparação dos atingidos demonstra ser relevante e pode se tornar objeto de investigação futura desta pesquisadora.

Em suma, espera-se que os resultados evidenciados neste trabalho possam contribuir com a luta por direitos dos principais protagonistas atingidos pelo crime provocado pela Samarco. Espera-se também contribuir com as novas investidas de pesquisa na Academia envolvendo a temática da educação popular e a ação dos movimentos sociais na relação com os impactos produzidos pelo crime ambiental, dentro do Programa de Pós-graduação em Educação da UFES, como nos demais Programas de Pós-graduação da nossa Universidade e também do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Maria Lúcia Bezerra da Silva de. **De Potosí a Ouro Preto: um esboço comparativo**, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/perspectivas-historicas/artigos/08.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. GALDEANO, Ana Paula. SANTOS, Larissa Galdino Magalhães. CARDOSO, Monnique Greice Malta. **Capacitação como processo de formação política**. In: GURZA LAVALLE, Adrian, CARLOS, Euzeneia. Desastre e desgovernança no Rio Doce: Atingidos, instituições e ação coletiva. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2022.

ANDRADE, Teresa Cristina Guerra de. **Impactos socioambientais decorrentes do rompimento da barragem de Fundão no município de Barra Longa, Minas Gerais**. 2018. 218 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MMMD-B9KGLU>>. Acesso em: 02 jun. 2021

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil, 1711**. Belo Horizonte: São Paulo: Itatiaia: Edusp. 1982.

ARAÚJO, Alexsander Fonseca de. **Movimento de atingidos por barragens (MAB) no Espírito Santo: identidade coletiva e redes sociais no contexto do desastre no Rio Doce**. 2021. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal/tese_15385 DISSERTA%C7%C3O_FINAL_Alexsander_Araujo.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.

ARAUJO, Neiva; GARZON, Luis Fernando N. Neoextrativismo e projetos hidrelétricos em Rondônia: desdobramentos territoriais e seu significado político-institucional. **Revista Antropolítica**, Niterói, n. 49, p.72-100, 2. quadr. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/42136/Neoextrativismo%20e%20projetos%20hidrel%C3%A9tricos%20em%20Rond%C3%B4nia%20desdobramentos%20territoriais%20e%20seu%20significado%20pol%C3%ADtico-institucional>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

AZEVEDO, Eder Marques de; FARIA JÚNIOR, Aloísio Corrêa de. O desastre-crime do caso Samarco: o balanço quinquenal da responsabilidade penal ambiental da pessoa jurídica. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 616–645, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/21646>>. Acesso em: 5 jun. 2022.

BARCELLOS, Sabrina Sobrinho. **Efeitos da divulgação de notícias do desastre da Samarco em Mariana: um estudo de eventos na Vale e BHP**. 2018. 54 f. Dissertação

(Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufes.br/handle/10/8877>>. Acesso em: 18 mai. 2021.

BARCELOS, Tiago Soares. **Rompeu, e agora? Barragens de rejeito de mineração: economia ecológica e seus elementos espaciais**. 2020. 556 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/T.8.2020.tde-09072020-155928>>. Acesso em: 8 out. 2022.

BENJAMIN, Antonio Herman de Vasconcellos. Responsabilidade civil pelo dano ambiental. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 5-52, jan. 1998. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/44994/responsabilidade_civil_dano_ambiental_benjamin.pdf>. Acesso em: 21 maio 2022.

BERTOLDI, Gabrielli da Silva. **Partilhar saberes e construir fazeres: a educação popular em um contexto socioambiental no Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Alvorada**. 2019. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8665#preview-link0>>. Acesso em: 1 jun. 2021.

BETHELL, Leslie (Org.). **América Latina Colonial**. Trad. Mary Amazonas Leste de Barros e Magda Lopes. Coleção História da América Latina, Vol. 2. São Paulo: USP, 2004.

BOFF, Leonardo. **Ética da vida: a nova centralidade**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

BOFF, Leonardo. **Desafios ecológicos do fim do milênio**. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/5/12/mais!/3.html>>. Acesso em: 9 fev. 2022.

BORTOLON, Paula. **A Samarco e o desastre de Mariana (MG): um estudo em representações sociais a partir da perspectiva dos ex-funcionários da Samarco**. 2018. 145 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufes.br/handle/10/8917>>. Acesso em: 15 maio 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação popular 40 anos depois In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação popular na escola cidadã**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRANDÃO, Carlos R. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 13 mar. 2021.

BRASIL. Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil e sobre o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Sistema

Nacional de Informações sobre Desastres. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 28 dez. 2020. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=10593&ano=2020&ato=5c8g3aq1UMZpWT24d>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

CALDART, Roseli da Silva; KOLLING, Edgar Jorge (Orgs.). **Paulo Freire: um educador do povo**. São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/Paulo-Freire---Um-educados-do-povo.pdf>> Acesso em: 16 mar. 2023.

CARDOSO, M. G. C. Educação Popular e Políticas Públicas: oficinas de capacitação para lideranças das áreas atingidas pelo desastre-crime da Samarco. In: Reunião da ANPEd – Sudeste, 14., 2020, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2020. Disponível em: <<http://anais.anped.org.br/regionais/p/sudeste2020/trabalhos?page=23&sort=desc&order=Grupo%20de%20Trabalho>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

CARVALHO, Douglas Elias. **O caso Samarco no Jornal Nacional**: narrativas e personagens do maior desastre socioambiental do Brasil. 2018. 115 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/174795>>. Acesso em: 2 jun. 2021.

CAVALIERI FILHO. Sérgio. **Programa de Responsabilidade civil**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

COMRIO COMMAR. **Boletim Técnico ComRio ComMar Opinião Popular**. Disponível em: <<https://www.comriocommar.com.br/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

COMRIO COMMAR. **Cartilhas ComRio ComMar Opinião Popular**. 05 fascículos. Disponível em: <<https://www.comriocommar.com.br/materiais>>. Acesso em 10 set. 2020.

COMRIO COMMAR. **Jornal ComRio ComMar Opinião Popular**. 05 edições. Disponível em: <<https://www.comriocommar.com.br/votacoes>>. Acesso em: 10 set. 2020.

COMRIO COMMAR. **Projeto**. 2016. Disponível em: <<https://www.comriocommar.com.br/edital-e-transparencia>>. Acesso em: 20/11/2021.

COPANEMA, M. C. **A natureza política das Minas**: mineração, sociedade e ambiente no século XVIII. 2013. 233 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em <tese_carolina_marotta_capanema.pdf (ufmg.br)>. Acesso em 25/09/21.

CYRINO, Carolina de Oliveira e Silva. **“Aos Pescadores, A modernidade!”**: Trajetórias da política pesqueira na regulação da pesca artesanal. 2018. 162 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal

do Espírito Santo, Vitória, 2018. Disponível em:<<https://repositorio.ufes.br/handle/10/9900>>. Acesso em: 18 mai. 2021.

DALLABRIDA, Valdir Roque; BECKER, Dinizar Ferminiano. Governança territorial. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, RS, ano 1, n. 2, p. 73-97, jul./dez. 2003.

DIAS, Edna Cardozo. **Manual de Direito Ambiental**. Belo Horizonte, Mandamentos, 2003.

DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1993.

FAUSTO, Boris. “Ouro e Diamantes”; “A Coroa e o Controle das Minas”; “A Sociedade das Minas”. In: FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: USP, 2004.

FAVERO, E; DIESEL, E. A seca enquanto um hazard e um desastre: uma revisão teórica. **Revista Aletheia**, Canoas, v. 27, n. 1, p.198-209, jan./jun. 2008.

FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961/1966)**. Campinas: Autores Associados, 2006. (Coleção Educação Contemporânea).

FÁVERO, Osmar. (Org.). **Cultura popular: memória dos anos 60**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FERNANDES, Francisco Rego Chaves. Atividade mineradora gera riqueza e impactos negativos nas comunidades e no meio ambiente. In: FERNANDES, F. R. C.; ALAMINO, R. C. J.; ARAUJO, E. R. (Eds.). **Recursos minerais e sociedade: impactos humanos, socioambientais e econômicos**. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014.

FERREIRA, Maria Geovana Melim. **A educação popular na práxis do projoovem campo – saberes da terra no Espírito Santo**. 2015. 221 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em:<<https://repositorio.ufes.br/handle/10/1918>>. Acesso em: 15 maio 2021.

FIGUEIREDO, Daniela Ghisleni. **Por uma pedagogia decolonial a partir dos pensamentos de Paulo Freire e Catherine Walsh**. 2021. 259 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2021. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/4715/1/FIGUEIREDO.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2023.

FIORI, E. M. Prefácio. In: FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 73. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977- 1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Tradução de Kátia Melo e Silva. 3. ed – São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 73. ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. **Cartas a guiné-bissau**: registros de uma experiência em processo. 4. ed. Rio de Janeiro: paz e terra, 1984.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Tradução de Kátia Melo e Silva. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982a.

FREIRE, Paulo. e NOGUEIRA, A. MAZZA, D. **Na escola que fazemos**: uma reflexão interdisciplinar em educação popular. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. NOGUEIRA, A. **Que fazer**: teoria e prática em educação popular. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FREITAS, Mariane de. **Diálogos freirianos na formação inicial de educadores**. 2019. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Fronteira Sul, Santa Catarina, 2019. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3326>>. Acesso em: 1 jun. 2021.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Análise do Cadastro Socioeconômico**. Rio de Janeiro/São Paulo: FGV, 2019. 463p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/29028/FGV_Analise%20do%20Cadastro%20Socioeconomico.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

GOIS, Pamela Cristina. Pedagogia da decolonialidade: um debate acerca do epistemicídio e uma educação antirracista como antídoto. **Revista de Estudos Libertários**, v. 3, p. 101-120, 2021.

GOLDAR, M. M. R. Educación popular y sus desafíos actuales frente a la acción de movimientos sociales populares y a diversos procesos emancipatorios (Reflexiones a propósito de los movimientos de diversidad sexual y la reivindicación educativa de organizaciones LGTTBI). **Revista Festin – Experiências Educacionais**, Natal, v. 1, n. 2, p. 183-196, mar. 2015. Disponível em: <acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/bitstream/handle/7891/3586/FPF_PTPF_10_062.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2021.

GUDYNAS, Eduardo. **Extractivismos: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza**. Cochabamba: CEDIB, 2015. Disponível em: <<http://gudynas.com/wp-content/uploads/GudynasExtractivismosEcologiaPoliticaBo15Anuncio.pdf>> . Acesso em: 13 maio 2022.

GURZA LAVALLE, A.; LEINER, A.; ALBUQUERQUE, M. C. e RODRIGUES, F. P. (2019). As dificuldades da participação: Desencontro de interesses na recuperação do rio Doce. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 19, n. spe. p. 121-145, dez. 2019. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v19nspe/v19nspea08.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A mineração: antecedentes luso brasileiros. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Do descobrimento à expansão territorial**. Coleção História Geral da Civilização Brasileira, vol. 1. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Administração, economia, sociedade**. Coleção História Geral da Civilização Brasileira, vol. 2. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

IEL. **Anuário 200 Maiores Empresas – Espírito Santo**. Vitória: IEL, 2015. Disponível em: <<https://ielespiritosanto.com.br/para-empresas/anuario-200-maiores-e-melhores/>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

JARA, O. H. **Para Sistematizar Experiências**. Tradução de Maria Viviana V. Resende. 2. ed. Brasília: MMA, 2006. 128 p. Disponível em: <<http://www.edpopsus.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/oscar-jara-para-sistematizar-expericias1.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

JESUS, Paulo Sérgio de. Caminhos e descaminhos das lideranças das comunidades atingidas pelo desastre da Samarco, no Espírito Santo, a partir do apoio do projeto ComRioComMar Opinião Popular. In: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 12., 2021, Vitória. **Anais...** Vitória: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Ufes, 2021. Disponível em: <<https://anaisjornadaic.sappg.ufes.br/>>. Acesso em: 17 abr. 2023.

KRENAK, A. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araújo. **Dano Ambiental: Do individual ao coletivo extrapatrimonial: Teoria e prática**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. 410 p.

LEMOS, Arthur Lopes. **O 'Caso Samarco' e a participação na tutela coletiva: não-dominação, esfera pública e poder judiciário**. 2018. 192 f. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e

Econômicas, Vitória, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufes.br/handle/10/8847>>. Acesso em: 12 maio 2021.

LIBBY, Douglas Cole. Mineração escravista. In: SHWARTZ, Lilia M; GOMES, Flávio. (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

LOPES, Raphaela de Araújo Lima. Caso do desastre socioambiental da Samarco. Os desafios para a responsabilização de empresas por violação de direitos humanos. In: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN (Org.). **Desastre no Vale do Rio Doce: Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Fólio Digital; Letra e Imagem, 2016.

LOSEKANN, Cristiana et al. Sem-Terra, Sem-Água e Sem-Peixe – Impactos socioambientais da ruptura da barragem de rejeitos da Samarco no Espírito Santo. **Working Paper**, São Paulo/Newcastle upon Tyne, v. 2, n. 17, p. 9-35, dez. 2015.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 21. ed. São Paulo: Malheiros, 2013. 1311 p.

MAIA, Fernando Joaquim Ferreira; FARIAS, Mayara Helenna Verissimo de. Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América. **Interações**, Campo Grande, v. 21, n. 3, p. 577-596, jul./set. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/inter/a/wbtt55LdndtrwfkfvRN5vqb/?lang=pt>>. Acesso em: 2 mar. 2023.

MARTINS, Angélica do Nascimento. **Histórias vividas, Histórias contadas**: refazendo o território de regência após o crime ambiental da Samarco no Rio Doce. 2018, 120 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufes.br/handle/10/10858>>. Acesso em: 17 mai. 2021.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo. 2011.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1991.

MECHI, Andréa; SANCHES, Djalma Luiz. Impactos ambientais da mineração no Estado de São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 209-220, jan. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/TNzjZ3HD8K6rCvSSWPtsZgC/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 2 maio 2022.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

- _____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo, 2011.
- MILARÉ. Edis. **Direito do Ambiente.** 8. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2013. 1614 p.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Caso Samarco:** MPF pede que Juízo Federal de Ponte Nova (MG) retome andamento da ação penal. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <<https://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/caso-samarco-mpf-pede-que-juizo-federal-de-ponte-nova-mg-retome-andamento-da-acao-penal>>. Acesso em: 13 mar. 2023.
- MIRRA, Álvaro Luiz Valery. **Ação civil pública e a reparação do dano ao meio ambiente.** São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.
- MOTA NETO, João Colares da; STRECK, Danilo Romeu. Fontes da educação popular na América Latina: contribuições para uma genealogia de um pensar pedagógico decolonial. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 35, n. 78, p. 207-223, dez. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/Y3SNBNzjzkW9QxCQLp7PW6b/?lang=pt#>>. Acesso em: 2 fev. 2023.
- OLIVEIRA, Gerson. De L. **A Mudança De Escala Na Mobilização Dos Atingidos Por Barragens.** 2016. 170 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/144105/000998294.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15/09/2022.
- PAAZ, Carolina. **A consideração dos deslocados ambientais na deliberação e as consequências do rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG.** 2017. 225 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Caxias do Sul, Centro de Ciências Jurídicas, Caxias do Sul, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ucs.br/handle/11338/3511>>. Acesso em: 03 jun. 2021.
- PEREIRA, Diego. **Histórias de vida interrompidas pelo mar de lama: desastre de Mariana (MG).** 2018. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_4bd345cb4e61b88dcecbcf37e20b254a>. Acesso em: 2 jun. 2021.
- PEREIRA, Dulcinéia de Fátima Ferreira; PEREIRA, Eduardo Tadeu. Revisitando a história da educação popular no Brasil: em busca de um outro mundo possível. **Revista Histedbr On-Line**, Campinas, v. 10, n. 40, p. 72, 15 ago. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639807>>. Acesso em: 2 fev. 2023.

PINTO, Tainá Rodrigues Gomide Souza, MARTINS, Simone, LEONEL, Danielle Silveira, & CKAGNAZAROFF, Ivan Beck. B. (2018). Governança Participativa: possibilidades e desafios na gestão local. **Revista Interações**, Campo Grande, 19(3), 627–641.

RODRIGUES, Fernando Peres. LEIRNER, André. GALDEANO, Ana Paula. CARDOSO, Monnique Greice Malta. **Da tecnologia participativa ao instrumento político: desafios da implementação do ComRioComMar Opinião Popular**. In: GURZA LAVALLE, Adrian, CARLOS, Euzeneia. Desastre e desgovernança no Rio Doce: Atingidos, instituições e ação coletiva. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2022.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Processo civil ambiental**. 4. ed. rev. atual. ampl. Salvador: JusPodivm, 2016.

SIMÕES, Alexandre Gazetta; PAGANELLI, Celso Jefferson Messias. A natureza difusa do direito fundamental a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. **Revista Âmbito Jurídico**, São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-ambiental/a-natureza-difusa-do-direito-fundamental-a-um-meio-ambiente-ecologicamente-equilibrado/>>. Acesso em: 30 maio 2022.

SANTOS, Ana Claudia Toledo Prado dos. **Indagação Interdisciplinar no Pátio da Escola (IPE): aproximações e distinções entre sua proposta e a educação popular freiriana**. 2019. 127 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11745>>. Acesso em: 1 jun. 2021.

SANTOS, Larissa Galdino de Magalhães; GALDEANO, Ana Paula e CARDOSO, Monnique Greice Malta. Por uma tecnologia crítica, reflexiva e engajada com o público. **Revista Psicologia Política**, Florianópolis, v. 19, n. esp., p. 199-221. 2019. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v19nspe/v19nspea11.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

SANTOS, Karine. CASTRO, Amanda Motta. Sistematizar experiências para pensar a prática na educação social. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 13, n. 2, p. 36-48, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/26221/15949>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

SANTOS, Marcela Alves de Lima. **Eu quero minha liberdade de volta: Saúde Mental e Atenção Psicossocial junto aos adolescentes Atingidos pelo Rompimento da Barragem de Fundão**. 2018. 92 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto René Rachou, Fundação Oswaldo Cruz, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/34236>>. Acesso em: 2 de jun. 2021.

SCHÖNARDIE, Paulo Alfredo. A educação popular em tessitura com as políticas públicas: ponderando estranhamentos e possibilidades. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v. 17, n. 1, p. 28-44, jan./abr. 2018. Quadrimestral. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/40800>>. Acesso em: 2 maio 2023.

SCOPEL, Edna Graça. **A educação Popular nas experiências e práticas de integração curricular no PROEJA do IFES**. 2017. 211 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa

de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufes.br/handle/10/8517>>. Acesso em: 17 maio 2021.

SILVA, Bianca de Jésus. “**A lama que rolou de cima**”: alguns desdobramentos sociopolíticos e sociotécnicos sobre as águas do rio Doce e do Oceano Atlântico na região da Foz, após o rompimento da barragem de Fundão-MG. 2018. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufes.br/handle/10/10371>>. Acesso em: 16 maio 2021.

SILVA, Camilla Veras Pessoa da. **Lama, Luto e Luta**: a vivência dos atingidos pelo desastre da Samarco e a organização popular no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) como estratégia de enfrentamento. 2017. 194 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/19882/2/Camilla%20Veras%20Pessoa%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em: 08 de outubro de 2022.

SILVA, Romeu Faria Thomé da. **Manual de direito ambiental**. 5. ed. Salvador: Jus PODIVM, 2015.

SOUZA, Adriano Ramos de. **Escola da terra capixaba na bacia do Rio doce**. 2019. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufes.br/handle/10/11136>>. Acesso em: 17 maio 2021.

SOUZA, Laura de Mello e. Da utilidade dos vadios. In: SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

SOUZA, Laura de Mello. **Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=49470&codUsuario=0>>. Acesso em: 25 set. 2021.

STECK, Danilo. DAUDT, Paloma de Freitas. LODI, Leonardo Camargo. O orçamento participativo como mediação pedagógica para a formação da cidadania: entre potencialidades e desperdício da experiência. In: ADAMS, Telmo; STRECK, Danilo Romeu; MORETTI, Cheron Zanini. **Pesquisa-educação**: mediações para transformação social. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2017.

STRECK, D; ADAMS, T. Mediações pedagógicas e pesquisa: registros de práticas e construções participativas. In: ADAMS, Telmo; STRECK, Danilo Romeu; MORETTI, Cheron Zanini. **Pesquisa-educação**: mediações para transformação social. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2017.

STRECK, D. R. PITANO, S. C. MORETTI, C. Z. SANTOS, K. LEMES, M. PAULO, F. S. **Educação Popular e docência**. São Paulo: Cortez, 2014.

TELLO, C. (Org.). **Epistemologías de la política educativa**: posicionamientos, perspectivas y enfoques. Campinas Mercado de Letras, 2013.

TTAC. **Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/ttac/cif-ttac-completo.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2021.

TORRES, Carlos Alberto. **Diálogo e práxis educativa: uma leitura crítica de Paulo Freire**; tradução Mônica Mattar Oliva. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. Desastres: tecnicismos e sofrimento social. **Revista Ciências e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 9, p. 3631-3644, set. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/mgDC4L9wdshN9rJ3GLV3PVv/?lang=pt>>. Acesso em: 25 set. 2021.

VALÉRIO, Escorsi Mairon. **O continente pobre e católico: o discurso da teologia da libertação e a reinvenção religiosa da América Latina (1968-1992)**. 2012. 353 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ifch/continente-pobre-catolico-discurso-teologia-libertacao-reinvencao-religiosa-america-latina-1968-1992>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

VIANNA, José Ricardo Alvarez. **Responsabilidade Civil por Danos ao Meio Ambiente**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2009.

VIEIRA, Diovana Renoldi. **Discursos e lógicas de poder no processo de reparação dos danos gerados pelo desastre-crime da barragem de mineração da Samarco**. 2019. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufes.br/handle/10/11082>>. Acesso em: 9 fev. 2022.

VARGAS LANDÍN, Guadalupe Alexandra. **Política Pública, Governança e Capacidade Estatal: Programa de Proteção Social do TTAC em Linhares-ES no contexto do desastre da Samarco em Fundão-MG**. 2021. 196 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021. Disponível em: <https://sappg.ufes.br/tese_drupal/tese_15552_5.%20Disserta%E7%E3o_Guadalupe_Land%EDn-VF-06-10-21.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2023.

WALSH, Catherine. Interculturalidade, crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

WELLER, W. PFAFF, N. (Orgs.). **Metodologias da Pesquisa Qualitativa em Educação: teoria e prática**. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

WISNIK, José Miguel. **Maquinação do mundo: Drummond e a mineração**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato; GUERRA, Isabella Franco. O Direito Difuso ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado: educação, participação e mobilização social na promoção da tutela ambiental. **Revista Internacional Consinter de Direito**, Porto, v. 3, n. 5, p. 185-205, jul./dez. 2017. Disponível em: <<https://revistaconsinter.com/wp-content/uploads/2018/01/ano-iii-numero-v-o-direito-difuso>>

ao-meio-ambiente-ecologicamente-equilibrado-educacao-participacao-e-mobilizacao-social-na-promocao-da-tutela-ambiental.pdf>. Acesso em: 13 maio 2022.

ZORZAL, M. ALBUQUERQUE, M. C. DOWBOR, M. CARDOSO, M. Saúde, reconhecimento e indenizações: as reivindicações dos atingidos em torno das políticas de reparação. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 8., e ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 15., 2020, Vitória. **Anais...** Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/einps>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

ZORZAL, M. CAYRES, D. SOUZA, L. A. M. Participação e Controle Social nas políticas públicas direcionadas a recuperação da Bacia do Rio Doce. In: CONGRESSO ALAS URUGUAY, 31., 2017, Montevideo. **Anais...** Montevideo: Alas, 2017. Disponível em: <https://www.easyplanners.net/alas2017/opc/tl/6990_zorzal_e_silva_marta.pdf>. Acesso em: 25 set. 2021.

ZORZAL, M. Neoextrativismo e Catástrofes Socioambientais em Minas Gerais: desdobramentos político-institucionais para reparação no caso da Barragem de Fundão das mineradoras Samarco/Vale/BHP Bilinton. In: BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo; SILVA, Marta Zorzal e; PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. **Danos socioambientais no Brasil: riscos e alternativas**. Vitória: FDV Publicações, 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado para participar, como voluntário, da pesquisa intitulada “A EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁTICA HISTÓRICA E SOCIAL NA LUTA DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS DO ES”, vinculada ao curso de Mestrado Acadêmico em Educação, do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Eu, Monnique Greice Malta Cardoso, aluna do Programa de Mestrado em Educação PPGE/UFES e integrante do grupo de pesquisa “Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional na Cidade e no Campo”, tenho a responsabilidade de “Avaliar se o material didático, as oficinas e demais práticas realizadas teve como pressupostos teóricos e metodológicos os princípios da educação popular freireana, e se tal prática influenciou os processos de mobilizações, elaborações de propostas, votações e sistematização realizados. Por conseguinte, avaliar se o resultado final das proposições elencadas, consolidada em um boletim técnico, escrito pelos atingidos e pesquisadores da pesquisa ComRio e ComMar Opinião Popular teria como fundamentos os princípios e práticas da educação popular.” Buscando alcançar os seguintes objetivos: 1) Identificar no material didático produzido se ele contempla os princípios da educação popular preconizado por Paulo Freire; 2) Identificar nas práticas e nas estratégias utilizadas nas oficinas realizadas como foram trabalhadas a comunicação e interação com os atingidos, e de que forma os conteúdos foram discutidos com os participantes das oficinas; 3) Elaborar uma narrativa dos fatos, tal qual foram mapeados nos levantamentos visando demonstrar como as comunidades se apropriam do conhecimento coproduzido para levar suas legítimas demandas às CT’s e ao Sistema CIF, à Fundação Renova, aos órgãos do poder público municipal, estadual, Ministério Público e Defensorias Públicas; 4) Avaliar se as possíveis ações tomadas pelas comunidades incorporam as contribuições do CRCMOP e se estas refletem os resultados pretendidos pela Rede de pesquisa ComRioComMar.

Para a realização desta pesquisa, a entrevista semiestruturada será um dos instrumentos metodológicos a serem utilizados, a fim de alcançarmos os objetivos propostos. Portanto, este material poderá ser usado para fins científicos e acadêmicos em produções na forma de artigos, capítulos de livros, slides, dentre outros, e não haverá custos para você e sua organização social ou instituição.

De acordo,

Nome:

RG ou CPF:

Instituição/Organização:

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Heider Boza – Coordenação do MAB no ES:

- 1) Quando e como se deu sua inserção no MAB?
- 2) Existe uma formação de base no MAB e como é realizada?
- 3) O MAB no ES utiliza das práticas da Educação Popular na formação das lideranças e membros?
- 4) Como você avalia a oferta das oficinas de capacitação da CRCMOP? Aspectos positivos e negativos.
- 5) As oficinas de capacitação contribuíram para a mobilização nos territórios e para o levantamento dos impactos socioambientais?
- 6) Como você avalia o Boletim Técnico CRCMOP? Aspectos positivos e negativos.
- 7) Após a entrega do Boletim às “autoridades”, quais foram seus efeitos e o que pode indicar de efetivo retorno às comunidades?
- 8) Algo mais que gostaria de acrescentar?

APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Maria do Carmo Albuquerque – Coordenadora de Capacitação da ComRio ComMar

Opinião Popular:

- 1) Quando e como se deu a iniciativa de capacitar a população atingida pela lama da Samarco?
- 2) Durante o planejamento, as oficinas de capacitação foram pensadas à luz da educação popular ou próxima à abordagem de Paulo Freire? Aspectos desde a elaboração do material didático até a comunicação e interação com os educandos atingidos.
- 3) Quais os resultados da Rede de Pesquisa ComRio ComMar?
- 4) Como você avalia a oferta das oficinas de capacitação da CRCMOP? Aspectos positivos e negativos.
- 5) Por que a escolha de um ambiente formal de ensino para a realização das oficinas?
- 6) Na sua avaliação, por que dentre as propostas surgiram algumas reivindicando escolas de supletivos e para jovens e adultos nas comunidades atingidas? Avalia que teve a ver com a chegada da lama? Por quê?
- 7) Como você avalia o Boletim Técnico CRCMOP? Aspectos positivos e negativos.
- 8) Após a entrega do Boletim às “autoridades”, quais foram seus efeitos?
- 9) Algo mais que gostaria de acrescentar?

APÊNDICE D – Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Atingido 01 – liderança da ASPEJ (Associação de Pescadores de Jacaraípe), Serra-ES;

Atingido 02 – liderança de Linhares-ES.

- 1) Você participa de alguma organização social, sindicato, associação ou movimento social? Qual ou quais?
- 2) Quando e como começou a participar dele ou deles?
- 3) Como ficou sabendo da pesquisa coordenada pela Rede de Pesquisa ComRio ComMar?
- 4) Você participou de alguma das oficinas de capacitação CRCMOP? O que você tirou de positivo e o que poderia ter sido mais interessante ou melhor?
- 5) Você participou das votações? O que você tirou de positivo e o que poderia ter sido mais interessante ou melhor?
- 6) O que você achou de participar das oficinas em um local formal de ensino, como a Faculdade Municipal de Linhares?
- 7) Há quanto tempo não entrava em uma sala de aula e até qual série estudou?
- 8) Teve algo que você aprendeu nas oficinas que foram interessantes para as reuniões realizadas na sua comunidade para as votações? Comente sua resposta.
- 9) Na sua avaliação, por que dentre as propostas surgiram algumas reivindicando escolas de supletivos e para jovens e adultos nas comunidades atingidas? Avalia que teve a ver com a chegada da lama? Por quê?
- 10) Como foi participar da construção do boletim técnico CRCMOP? Comente sua resposta.
- 11) E qual a sua opinião sobre o Boletim Técnico CRCMOP? Aspectos positivos e negativos.

11) Alguma das organizações das quais você faz parte fez uso do boletim técnico? Fizeram algum encaminhamento com ele ou o utilizou em alguma ação ou protocolo?

11) Caso a resposta anterior seja de que tenha feito uso do boletim, houve algum retorno ou resposta?

12) Algo mais que gostaria de acrescentar?

APÊNDICE E – Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Rafael Mello Portella Campos – Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES).

- 1) Há quanto tempo o senhor integra a Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo?
- 2) Como e quando o senhor teve conhecimento do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG)?
- 3) Como compreende a tragédia? Aspectos jurídicos, políticos e sociais.
- 4) Qual o seu contato mais próximo com o contexto do rompimento da barragem e com a chegada da lama ao ES?
- 5) O senhor conhece a atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no ES? Como compreende ou avalia as práticas do MAB no contexto da chegada da lama?
- 6) Qual repertório de luta do MAB lhe chama atenção? Quais os aspectos positivos?
- 7) Como teve contato com a Pesquisa ComRio ComMar Opinião Popular?
- 8) Como você avalia a oferta das oficinas de capacitação da CRCMOP? Aspectos positivos e negativos.
- 9) As oficinas de capacitação contribuíram para a mobilização nos territórios e para o levantamento dos impactos socioambientais?
- 10) Como você avalia o Boletim Técnico CRCMOP? Aspectos positivos e negativos.
- 11) Quais os resultados da Pesquisa ComRio ComMar mais lhe chamam atenção?
- 12) Após a entrega do Boletim às “autoridades”, quais foram seus efeitos e o que pode indicar de efetivo retorno às comunidades?
- 13) Algo mais que gostaria de acrescentar?

APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Euzeneia Carlos – Coordenadora do Eixo Sociedade Civil / CRCMOP

- 1) Como e quando se deu a sua aproximação com o estudo dos movimentos sociais?
- 2) Como percebe a relação dos movimentos sociais no Espírito Santo com a luta por direitos?
- 3) Antes da pesquisa CRCMOP, qual a sua aproximação com o MAB?
- 4) Qual a sua percepção sobre as ações do MAB no contexto da chegada da lama ao Espírito Santo?
- 5) Quais os resultados esperados pela Rede CRCM?
- 6) Como você avalia a realização das oficinas de capacitação da CRCMOP? Aspectos positivos e negativos.
- 7) Como você avalia que as oficinas de capacitação contribuíram para a mobilização nos territórios e levantamento dos impactos socioambientais?
- 8) Como você avalia o Boletim Técnico CRCMOP? Aspectos positivos e negativos.
- 9) Após a entrega do Boletim às “autoridades”, quais foram seus efeitos?
- 10) Como você avalia a interação Academia, movimentos sociais e comunidades atingidas?
- 11) Algo mais que gostaria de acrescentar?



ComRioComMar
Opinião Popular
Boletim Técnico

Rio Doce
Foto: otempo.com.br

**ESTE TSUNAMI
NOS FEZ ACORDAR!**
Dona Rosa, Povoação, Linhares

**Às autoridades responsáveis pela
recuperação da bacia do Rio Doce e suas comunidades:**

Apresentamos a seguir os resultados de pesquisa realizada visando contribuir com os processos de reparação do desastre da barragem de Fundão-MG, que atingiu a bacia do Rio Doce e suas comunidades.

Trata-se do Projeto “Sem o rio e sem o mar: implementação de tecnologia social de governança participativa para políticas públicas de recuperação da bacia do Rio Doce no Espírito Santo”, implementado entre julho de 2017 e julho de 2020 com recursos do Edital Capes-CNPq-Fapemig-Fapes-ANA nº 6/2016.

Para sua execução, conforme as diretrizes do Edital, foi constituída uma rede interinstitucional com pesquisadores da USP, CEBRAP, UFES, UNISINOS e IESP-UERJ, e foram definidos dois grandes eixos de trabalho. Um primeiro eixo de pesquisa acadêmica com a finalidade de obter conhecimento mais refinado do campo, nas dimensões: sociedade civil e ativismo, políticas públicas, capacidades estatais. O segundo, focado na governança participativa nos processos de reparação, que desenvolveu a metodologia ComRioComMar Opinião Popular (CRCMOP).

www.comriocommar.com.br

¹⁷ O Boletim Técnico ComRio ComMar Opinião Popular encontra-se disponível em: <<https://app.box.com/s/wbpg8wkm6qrka1ecpyw37b2d28j5em93>>.

ANEXO III – Lista de propostas¹⁸

Código	Texto Proposta	Tema Antigo	Tema Novo	Uma
110.015	Recuperação do manguezal	Meio ambiente	Água e meio ambiente	MAB
110.016	Investimento em Saneamento Básico é muito menor do que gastar um hospital	Saúde	Água e meio ambiente	MAB
110.018	Saneamento básico para 100% da população	Saúde	Água e meio ambiente	MAB
110.020	Que eles limpem os nossos rios	Meio ambiente	Água e meio ambiente	MAB
110.021	Que limpe o Rio Doce para pescadores e ribeirinhos viverem melhor	Meio ambiente	Água e meio ambiente	MAB
110.027	Que as pesquisas possam organizar nossas comunidades e possam criar projetos para água, saúde e educação	Geral	Água e meio ambiente	MAB
110.028	Revitalização e cura do Rio Doce	Meio ambiente	Água e meio ambiente	MAB
110.031	Água de melhor qualidade	Água	Água e meio ambiente	MAB
110.035	Quero as águas limpas	Água	Água e meio ambiente	MAB
110.037	Rio Doce sem contaminação	Meio ambiente	Água e meio ambiente	MAB
110.038	Água	Água	Água e meio ambiente	MAB
110.042	Levantamento de dados sobre o problema da água	Água	Água e meio ambiente	MAB
110.055	Meu rio era doce e não é mais	Meio ambiente	Água e meio ambiente	MAB
110.065	Análise do lençol freático	Água	Água e meio ambiente	Fórum
110.068	Nova análise da água mais confiável com outra empresa	Água	Água e meio ambiente	Fórum
110.070	Criação de estações de tratamento com plantas macrofitas que retirem metais pesados da água	Água	Água e meio ambiente	Fórum
110.073	Que a Samarco volte a fornecer água mineral para a comunidade Boni senha-Mariilândia	Água	Água e meio ambiente	Fórum
110.074	Regeneração das nascentes da bacia do rio Doce	Meio ambiente	Água e meio ambiente	Fórum
110.075	Criação de um comitê independente de laudos da água	Água	Água e meio ambiente	Fórum
110.077	Grau de contaminação da praia e riscos em Conceição da Barra	Meio ambiente	Água e meio ambiente	Fórum
110.080	Queremos estudos nas águas e peixes nos seguimentos até mesmo nas populações ribeirinhas	Meio ambiente	Água e meio ambiente	Fórum
110.083	Água de qualidade para beber	Água	Água e meio ambiente	Fórum
110.088	Não confiamos na água de Colatina	Água	Água e meio ambiente	Fórum
110.090	Queremos soluções para água saudável	Água	Água e meio ambiente	Fórum
110.094	Saneamento básico, rede de esgoto, água encanada	Água	Água e meio ambiente	BNSul
110.100	Rio, mar e manguezais como antes	Meio Ambiente	Água e meio ambiente	BNSul
110.102	Água potável	Água	Água e meio ambiente	BNSul
110.112	Despoluição dos rios e meio ambiente para qualidade na alimentação de todas as famílias	Segurança Alimentar	Água e meio ambiente	SMilha Preta
110.113	Despoluição dos rios e meio ambiente para que todos tenham uma vida digna	Meio ambiente	Água e meio ambiente	SMilha Preta
110.117	Solução dos danos causados pelo desastre no meio ambiente	Meio Ambiente	Água e meio ambiente	SMilha Preta
110.120	Análise da água do rio Maricuru e reparação dos danos	Água	Água e meio ambiente	SMilha Preta
110.123	Recuperação do meio ambiente	Meio Ambiente	Água e meio ambiente	SMilha Preta
110.125	Que comece a restauração do rio	Meio Ambiente	Água e meio ambiente	SMilha Preta
110.127	Recuperação das nascentes e matas dos rios que desaguam no Rio Doce	Meio Ambiente	Água e meio ambiente	IBC
110.130	Tratamento da água	Água	Água e meio ambiente	IBC
110.132	Reflorestamento das margens dos rios	Meio Ambiente	Água e meio ambiente	IBC
110.138	Análise da água dos povos artesanais utilizada para consumo	Água	Água e meio ambiente	BNSul
110.147	Minha natureza com vida	Meio Ambiente	Água e meio ambiente	SMilha Preta
110.150	Melhoria da água	Água	Água e meio ambiente	SMilha Preta
110.153	Não quero comprar água mineral	Água	Água e meio ambiente	SMilha Preta
110.170	Água de qualidade para os moradores	Água	Água e meio ambiente	SMilha Preta
110.171	Queremos a limpeza do nosso rio que foi atingido	Meio ambiente	Água e meio ambiente	SMilha Preta
110.179	Água potável, lazer e recuperação do meio ambiente que foi destruído.	Meio Ambiente	Água e meio ambiente	SMilha Preta
110.182	Solução urgente dos danos causados pelo desastre ao meio ambiente	Meio Ambiente	Água e meio ambiente	SMilha Preta
110.190	Que as autoridades, através dos nossos líderes, dê qualidade de água e de vida para a comunidade	Geral	Água e meio ambiente	BNSul
110.195	Não confiamos na água do rio, do mar e do lençol freático de Barra Nova Sul	Água	Água e meio ambiente	BNSul
110.196	Que a Samarco, a Vale, a BHP e a Renova forneçam água mineral para as comunidades atingidas	Água	Água e meio ambiente	BNSul
110.199	Despoluição do meio ambiente, do rio, do mar e do lençol freático de Barra Nova Sul	Meio ambiente	Água e meio ambiente	BNSul
110.206	Recuperação das nascentes, matas e manguezais de Barra Nova Sul	Meio ambiente	Água e meio ambiente	BNSul
110.211	Análise do lençol freático de Barra Nova Sul	Água	Água e meio ambiente	BNSul
110.212	Água de qualidade para beber em Barra Nova Sul	Água	Água e meio ambiente	BNSul
110.213	Água de qualidade em Barra Nova Sul	Água	Água e meio ambiente	BNSul
110.227	Despoluição dos metais pesados dos rios e do meio ambiente, em Guriri.	Meio Ambiente	Água e meio ambiente	Guriri
110.229	Conscientização e retirada do lixo nas praias de Guriri	Meio Ambiente	Água e meio ambiente	Guriri
110.240	Melhoria dos rios, das águas atingidas. Comunidade de São Miguel	Meio Ambiente	Água e meio ambiente	SMilha Preta
110.242	Sobre o tratamento da água e sobre a contaminação dos peixes.	Água	Água e meio ambiente	SMilha Preta
110.244	Água potável para todas as comunidades	Água	Água e meio ambiente	SMilha Preta
110.245	Precisamos de água potável para beber	Água	Água e meio ambiente	SMilha Preta
110.246	Despoluição dos rios e mares	Meio Ambiente	Água e meio ambiente	SMilha Preta
110.249	Não temos confiança na água de nossa comunidade	Água	Água e meio ambiente	BNSul
110.250	Ações para reestabelecer e/ou atender com água de qualidade para consumo	Água	Água e meio ambiente	BNSul
110.253	Análise da água na comunidade	Água	Água e meio ambiente	BNSul
110.256	Análise da água da comunidade após o impacto	Água	Água e meio ambiente	BNSul
110.282	Preservar o meio ambiente	Meio Ambiente	Água e meio ambiente	SMilha Preta
110.287	Queremos um laboratório confiável para análise da água	Água	Água e meio ambiente	CGermanoNaumann
110.294	Que os estudos sobre a qualidade da água e dos peixes sejam expostos, os resultados reais e não apenas os dados	Água	Água e meio ambiente	CGermanoNaumann
110.296	Mais áreas verdes, sem desmatamento da fauna e da flora, com água tratada e pura e assim a saúde	Meio Ambiente	Água e meio ambiente	CGermanoNaumann
110.297	Quero análise nas águas do Rio Doce	Água	Água e meio ambiente	CGermanoNaumann
110.298	Queremos limpeza no Rio Doce	Água	Água e meio ambiente	CGermanoNaumann
110.299	Uma campanha de reflorestamento na cidade de Colatina	Meio Ambiente	Água e meio ambiente	CGermanoNaumann
110.300	Não fazer o descarte do esgoto no Rio Doce	Meio Ambiente	Água e meio ambiente	CGermanoNaumann
110.301	Tratamento dos esgotos de todas as cidades nas margens do Rio Doce	Água	Água e meio ambiente	CGermanoNaumann
110.302	Parem de jogar lixo e esgoto dentro do Rio Doce!	Meio Ambiente	Água e meio ambiente	CGermanoNaumann
110.304	Medidas para melhorar a qualidade da água e prevenção de contaminações (esgoto, lixo, etc)	Água	Água e meio ambiente	CGermanoNaumann
110.306	Tratamento de todo o esgoto doméstico e industrial antes de lançar o mesmo nos corpos de água	Água	Água e meio ambiente	IFES/Itapina
110.309	Inclusão de estudos criativos para conscientização do gasto das águas e sobre possíveis problemas	Educação	Água e meio ambiente	IFES/Itapina
110.311	Fazer uma análise da água que vem para o IFES/Itapina para comprovar a existência ou não de metais pesados	Água	Água e meio ambiente	IFES/Itapina
110.312	Uma análise de água perfeita e que seja de total transparência a população.	Água	Água e meio ambiente	IFES/Itapina
110.313	Analisar se a água deixa resquícios de metais nas plantações que utilizam irrigação com essa água	Água	Água e meio ambiente	IFES/Itapina
110.314	Recuperação do rio	Meio Ambiente	Água e meio ambiente	IFES/Itapina
110.315	Reflorestamento da mata ciliar	Meio Ambiente	Água e meio ambiente	IFES/Itapina
110.316	Programas sociais para preservação do meio ambiente	Meio Ambiente	Água e meio ambiente	IFES/Itapina
110.318	Distribuição de água mineral para as vítimas do desastre, que tem sua água extraída do rio	Água	Água e meio ambiente	IFES/Itapina
110.320	Mais respeito e dignidade aos que necessitam da água	Outros	Água e meio ambiente	IFES/Itapina
110.322	Reflorestamentos desde as nascentes até a foz	Meio Ambiente	Água e meio ambiente	IFES/Itapina
110.324	Analisar a água do rio em vários pontos para que faça o diagnóstico e resolva o problema	Água	Água e meio ambiente	IFES/Itapina
110.325	Se após análise houver confirmação de contaminação, fazer o fornecimento de água mineral para a população	Água	Água e meio ambiente	IFES/Itapina
110.327	Melhorar o saneamento básico na região afetada	Água	Água e meio ambiente	IFES/Itapina
110.329	Análise da contaminação de plantas e carne por meio da irrigação e consumo das criações	Água	Água e meio ambiente	IFES/Itapina
110.330	Atividades e área de lazer para os idosos	Lazer	Água e meio ambiente	P.Ipiranga
110.333	Queremos estudos da água e dos peixes em Pontal do Ipiranga	Água	Água e meio ambiente	P.Ipiranga

¹⁸ Acesso ao banco de dados da Pesquisa ComRio ComMar. Estes dados não publicizados na íntegra.

110.335	Laudo da água	Água	Água e meio ambiente	P.Ipiranga
110.339	Queremos análise do nosso lençol freático urgente devido aos poços artesanais de Degredo este	Água	Água e meio ambiente	P.Ipiranga
110.346	Análise das águas da localidade Lagoa do Martins, Fazenda Santa Rita/Povoação	Água	Água e meio ambiente	P.Ipiranga
110.377	Bancos de areia	Meio Ambiente	Água e meio ambiente	Jacaraípe
110.380	Retirar o esgoto que cai na praia sem tratamento e tratar o esgoto devidamente	Meio Ambiente	Água e meio ambiente	Jacaraípe
110.381	Queremos estudos nas águas e peixes nos seguimentos até mesmo na população da praia de C	Água	Água e meio ambiente	Jacaraípe
110.111	Despoluição dos rios e meio ambiente, para qualidade na saúde de todos e sem metais pesados	Saúde	Água e meio ambiente	SMilha Preta
110.159	água de qualidade para bebê	Água	Água e meio ambiente	SMilha Preta
110.241	Sobre a melhoria da situação de contaminação do rio, São Miguel	Meio Ambiente	Água e meio ambiente	SMilha Preta
110.192	Laudo de contaminação da praia e riscos em Barra Nova Sul	Meio Ambiente	Água e meio ambiente	BNSul
110.193	Laudo de contaminação da praia e balneabilidade e riscos em Barra Nova Sul	Meio Ambiente	Água e meio ambiente	BNSul
110.321	Análise e tratamento melhor da água	Água	Água e meio ambiente	IFESItapina
110.305	Criação de barragens em rios secundários	Meio Ambiente	Água e meio ambiente	CGermanoNaumann
110.012	Gostaria que divulgasse a minha comunidade porque temos uma belíssima praia, uma ilha lind	Turismo	Geração de Renda	MAB
110.040	Trabalho	Trabalho	Geração de Renda	MAB
110.046	Trabalho e programas que geram renda para os impactados pela lama	Trabalho	Geração de Renda	MAB
110.051	Propostas para o Turismo	Turismo	Geração de Renda	MAB
110.060	Queremos uma solução sobre como vamos viver sem o nosso trabalho se somos pescadores	Trabalho	Geração de Renda	Fórum
110.086	Queremos continuar trabalhando na mesma profissão	Trabalho	Geração de Renda	Fórum
110.099	Emprego para os moradores das áreas atingidas	Trabalho	Geração de Renda	BNSul
110.103	Melhorias para o turismo	Turismo	Geração de Renda	BNSul
110.104	Trabalho para geração de renda para os pescadores e pescadoras	Trabalho	Geração de Renda	BNSul
110.105	Emprego	Trabalho	Geração de Renda	BNSul
110.106	SDS - Implantação de programas/projetos para geração de empregos	Trabalho	Geração de Renda	BNSul
110.152	Quero meu emprego de volta	Trabalho	Geração de Renda	SMilha Preta
110.160	Algo na área financeira	Trabalho	Geração de Renda	SMilha Preta
110.169	Mais emprego	Trabalho	Geração de Renda	SMilha Preta
110.173	Alavancar o turismo com novos projetos, após os prejuízos com a chegada da lama	Turismo	Geração de Renda	SMilha Preta
110.200	Proposta de trabalho para os atingidos em Barra Nova Sul na regeneração do Manguezal	Trabalho	Geração de Renda	BNSul
110.228	Turismo: atrações na praia de Guriri	Turismo	Geração de Renda	Guriri
110.238	Asfalto para acesso a Barra Nova Sul	Infraestrutura	Geração de Renda	BNSul
110.248	Precisamos de trabalho	Trabalho	Geração de Renda	SMilha Preta
110.255	Com a ponte entre Barra Nova Norte e Barra Nova Sul vai diminuir a distância para ir a São Mate	Infraestrutura	Geração de Renda	BNSul
110.258	Treinamento e capacitação para os pescadores obterem outra forma de renda enquanto perdura	Trabalho	Geração de Renda	BNSul
110.273	Diminuição da renda	Trabalho	Geração de Renda	SindCamaroios
110.284	Que o Governo crie condições legais para que as empresas que geraram o dano, voltem a opera	Justiça	Geração de Renda	CGermanoNaumann
110.289	Recuperar o Rio Doce com honestidade para que os pescadores possam voltar a ter o seu trabalh	Água	Geração de Renda	CGermanoNaumann
110.303	Pescadores que estão recebendo salários catar lixos as margens do rio e plantar árvores	Trabalho	Geração de Renda	CGermanoNaumann
110.308	Trabalho com educação ambiental entre os jovens	Educação	Geração de Renda	IFESItapina
110.332	Soluções e capacitação de geração de renda para os ARTESÃOS	Trabalho	Geração de Renda	P.Ipiranga
110.336	Estrutura para os moradores visando o turismo, bem como a pesca e o surf	Turismo	Geração de Renda	P.Ipiranga
110.338	Projeto social na sede da Associação de Pescadores de Pontal do Ipiranga para fonte de renda c	Trabalho	Geração de Renda	P.Ipiranga
110.355	Que as empresas deem oportunidade para as pessoas desempregadas	Trabalho	Geração de Renda	P.Ipiranga
110.359	Surf na lama não!	Esporte	Geração de Renda	P.Ipiranga
110.360	Atenção para os surfistas	Esporte	Geração de Renda	P.Ipiranga
110.361	Pesquisa sobre o Surf	Esporte	Geração de Renda	P.Ipiranga
110.364	Que seja feito propostas para os artesãos com atração para trazer de volta os turistas e reabrir o	Turismo/Cultura	Geração de Renda	P.Ipiranga
110.023	Que empresas e entidades envolvidas estejam a par da vida dos prejudicados, esclarecendo as	Indenização	Indenização	MAB
110.024	Tomar um atitude honesta pagando o povo atingido	Indenização	Indenização	MAB
110.034	Quero minha indenização	Indenização	Indenização	MAB
110.047	Que a Renova saia, porque a minha indenização não saiu	Indenização	Indenização	MAB
110.069	Ressarcimento dos prejuízos dos atingidos urbanos com gastos com água mineral	Indenização	Indenização	Fórum
110.082	Queremos que sejam reconhecidos como atingidos até Carapebus (Serra)	Reconhecimento	Indenização	Fórum
110.091	O Reconhecimento das mulheres pescadoras	Reconhecimento	Indenização	BNSul
110.109	A empresa propõe projetos, mas primeiro queremos a indenização dos verdadeiros atingidos	Indenização	Indenização	SMilha Preta
110.110	Só papel e nada de dinheiro, que é o que compra o alimento para nossas casas	Indenização	Indenização	SMilha Preta
110.114	Despoluição dos rios e meio ambiente para que todos tenham trabalho	Trabalho	Indenização	SMilha Preta
110.115	Projeto/programa que atenda o lado social da comunidade (trabalho digno, saúde, educação e s	Geral	Indenização	SMilha Preta
110.118	Trabalho para os jovens	Trabalho	Indenização	SMilha Preta
110.135	Diferenciar indenização de pescador da indenização de auxiliares e tripulantes - indenizar os	Indenização	Indenização	IBC
110.136	Está errado o valor de indenização dos pescadores	Indenização	Indenização	IBC
110.154	Queremos a indenização	Indenização	Indenização	SMilha Preta
110.156	Na medida em que for atendido, que o atingido já seja indenizado	Indenização	Indenização	SMilha Preta
110.175	Reconhecimento dos pescadores, camaroios e marisqueiros de Barra Nova Norte	Reconhecimento	Indenização	SMilha Preta
110.207	Reconhecimento e ressarcimento dos atingidos de Barra Nova Sul	Indenização	Indenização	BNSul
110.208	Queremos o reconhecimento dos atingidos pela Renova, pois estamos sem trabalho, sem água e	Reconhecimento	Indenização	BNSul
110.218	Ressarcimento dos prejuízos dos atingidos com gastos com água mineral em São Miguel e Ilha	Indenização	Indenização	SMilha Preta
110.232	Aguardamos o ressarcimento, pois fomos verdadeiramente prejudicados	Indenização	Indenização	Jacaraípe
110.233	Queremos ser reconhecidos até Carapebus, na Serra	Reconhecimento	Indenização	Jacaraípe
110.234	Queremos receber nossos direitos, ser indenizados	Indenização	Indenização	BNSul
110.268	Que os órgãos competentes tenham uma solução para o nosso problema, tem muita gente pass	Justiça	Indenização	SindCamaroios
110.269	Falta transparência da Fundação Renova na indenização dos pescadores da Praia do Suá	Indenização	Indenização	SindCamaroios
110.270	Que as autoridades vejam nosso problema com muito carinho e nos ajude a vencer nosso prej	Justiça	Indenização	SindCamaroios
110.280	Diminuir nossa perda	Geral	Indenização	SMilha Preta
110.285	Obrigado a Vale a pagar melhor os atingidos	Indenização	Indenização	CGermanoNaumann
110.292	Pescador profissional deve receber	Indenização	Indenização	CGermanoNaumann
110.295	Tomar uma atitude honesta e pagar o povo atingido	Indenização	Indenização	CGermanoNaumann
110.328	Que a justiça busque identificar as pessoas que recebem os auxílios dos impactos sem real m	Justiça	Indenização	IFESItapina
110.331	Reparar financeiramente com urgência todos os impactados	Indenização	Indenização	P.Ipiranga
110.334	Projeto na Câmara dos Deputados para indenizar todos os atingidos 7km fora da área costeira	Indenização	Indenização	P.Ipiranga
110.340	Indenização urgente para os atingidos do Pontal do Ipiranga em geral	Indenização	Indenização	P.Ipiranga
110.341	Queremos indenização, justiça, respeito com o ser humano, reconhecimento, educação, lazer em	Geral	Indenização	P.Ipiranga
110.343	Que pague logo e deixe de tanta demora em resolver as situações dos atingidos de Pontal do Ipi	Indenização	Indenização	P.Ipiranga
110.362	Indenização já para os moradores impactados que não receberam ainda!	Indenização	Indenização	P.Ipiranga
110.366	Trabalho executado pela Renova em orientação das famílias quanto ao orçamento doméstico e	Indenização/Trabalho	Indenização	P.Ipiranga
110.374	A Samarco está muito atrasada e tem por obrigação pagar as indenizações.	Indenização	Indenização	SindCamaroios
110.002	Trabalho de todos que é a pesca	Trabalho	Pesca e agricultura	MAB
110.005	Já não temos mais frutos do mar	Meio Ambiente	Pesca e agricultura	MAB
110.006	Quero que a Samarco pague pelo crime que cometeu e deixe o pescador em paz	Justiça	Pesca e agricultura	MAB
110.007	Sou pescador de carteirainha e não posso pescar	Trabalho	Pesca e agricultura	MAB

110.007	Sou pescador de carteirainha e não posso pescar	Trabalho	Pesca e agricultura	MAB	
110.032	A lama atingiu o nosso pesqueiro, o que afeta o meu rendimento econômico e da minha família	Trabalho	Pesca e agricultura	MAB	
110.036	Quero nosso pesqueiro de volta para ser mais feliz	Trabalho	Pesca e agricultura	MAB	
110.061	Queremos uma solução sobre os pescadores camarãoeiros e marisqueiros de Barra Nova Norte	Trabalho	Pesca e agricultura	Fórum	
110.063	Análise do camarão da Foz Norte e Sul do Rio Doce	Meio ambiente	Pesca e agricultura	Fórum	
110.066	Análise do peixe do rio Cricaré	Meio ambiente	Pesca e agricultura	Fórum	
110.071	Análise dos camarões, mariscos e peixes de nossas regiões	Meio ambiente	Pesca e agricultura	Fórum	
110.081	Novos estudos dos pescados no Rio Doce e no mar	Trabalho	Pesca e agricultura	Fórum	
110.085	Que os camarões e peixes vendidos na Grande Vitória sejam examinados e atestados pelos Órg	Segurança Alimentar	Pesca e agricultura	Fórum	
110.093	Somos Pescadores profissionais legalizados, com documentos e carteira	Reconhecimento	Pesca e agricultura	BNSul	
110.107	Pagar os pescadores de falo e não os falsos pescadores	Indenização	Pesca e agricultura	BNSul	
110.124	Criatório de peixes	Meio Ambiente	Pesca e agricultura	SMilha Preta	
110.133	Análises dos rios, peixes e mariscos sem influência do prefeito	Meio Ambiente	Pesca e agricultura	IBC	
110.134	Reestabelecer a Bacia do Rio Doce soltando novas espécies de peixes	Meio Ambiente	Pesca e agricultura	IBC	
110.137	Agricultura afetada e outros	Trabalho	Pesca e agricultura	SMilha Preta	
110.141	Eu era pescador e não posso mais pescar para sobreviver	Trabalho	Pesca e agricultura	SMilha Preta	
110.145	Eu tinha minha renda de amarração de caranguejo e limpava os peixes	Trabalho	Pesca e agricultura	SMilha Preta	
110.158	Somos pescadores humildes, passando necessidades, sem ter onde morar e sem ter o que co	Modo de vida	Pesca e agricultura	SMilha Preta	
110.161	O trabalho de todos é a pesca.	Trabalho	Pesca e agricultura	SMilha Preta	
110.162	Eu era marisqueiro, mas não posso mais comer e nem sobreviver da pesca	Trabalho	Pesca e agricultura	SMilha Preta	
110.163	Sou pescador profissional e atingido. Quando poderei pescar e comer de nossos peixes?	Trabalho	Pesca e agricultura	SMilha Preta	
110.164	Sou pescador de carteirainha e não posso pescar. Queremos uma solução sobre nossa atividade	Trabalho	Pesca e agricultura	SMilha Preta	
110.166	Descontaminação das áreas agrícolas que eram orgânicas	Meio ambiente	Pesca e agricultura	SMilha Preta	
110.167	Queremos que nossos pesqueiros voltem a ser felizes	Modo de vida	Pesca e agricultura	SMilha Preta	
110.174	Providenciar uma unidade local para armazenar a coleta dos grãos e produtos da arroia	Infraestrutura	Pesca e agricultura	SMilha Preta	
110.187	Análise dos camarões, mariscos e peixes de nossa região e nossa comunidade Barra Nova Sul	Segurança alimentar	Pesca e agricultura	BNSul	
110.191	Análise dos camarões, mariscos peixes e água em Barra Nova Sul	Segurança alimentar	Pesca e agricultura	BNSul	
110.194	Análise do peixe do rio Maricuri em São Miguel e Barra Nova Sul	Segurança alimentar	Pesca e agricultura	BNSul	
110.197	Análise de metais pesados nos camarões em Barra Nova Sul - São Mateus	Segurança alimentar	Pesca e agricultura	BNSul	
110.198	Recuperação do manguezal de Barra Nova Sul	Meio ambiente	Pesca e agricultura	BNSul	
110.201	Peixes contaminados e sem laudo em Barra Nova Sul	Segurança alimentar	Pesca e agricultura	BNSul	
110.203	Barra Nova Sul foi atingida na agricultura. As criações estão doentes e não temos atendimento.	Trabalho	Pesca e agricultura	BNSul	
110.231	Fomos afetados no local de pesca. hoje já não podemos pescar nas áreas atingidas	Trabalho	Pesca e agricultura	Jacaraipe	
110.236	Fazer um pente fino para separar falsos pescadores dos verdadeiros	Justiça	Pesca e agricultura	BNSul	
110.239	Os rios continuam poluídos contaminando os peixes na comunidade de São Miguel	Meio Ambiente	Pesca e agricultura	SMilha Preta	
110.263	Fazer uma cooperativa em nosso caso	Trabalho	Pesca e agricultura	SindCamaroeiros	
110.266	Falta fiscalização do IBAMA na época de defeso do camarão 7 barbas	Segurança alimentar	Pesca e agricultura	SindCamaroeiros	
110.267	Eclarecimentos sobre as multas dadas aos pescadores	Justiça	Pesca e agricultura	SindCamaroeiros	
110.290	Soltar mais peixes no rio	Meio Ambiente	Pesca e agricultura	CGermanoNaumann	
110.291	Pescador tem que trabalhar na preservação do rio	Trabalho	Pesca e agricultura	CGermanoNaumann	
110.323	Criar um projeto ou associação dos pescadores e as famílias atingidas, e entrar em parceria co	Gerar	Pesca e agricultura	IFESilvapina	
110.344	Usar o espaço da Central do Peixe em Pontal do Ipiranga com projeto que gere renda para os pe	Trabalho	Pesca e agricultura	P.Ipiranga	
110.345	Reconhecimento dos protocolos anteriores a 2014	Reconhecimento	Pesca e agricultura	P.Ipiranga	
110.349	Por favor, estou passando muita dificuldade, pois estou sem pescar	Gerar	Pesca e agricultura	BNSul	
110.351	Mais respeito para com os pescadores, somos trabalhadores	Reconhecimento	Pesca e agricultura	BNSul	
110.365	Estimular os pescadores com uso de seu espaço da Associação de Pesca de Pontal do Ipiranga	Reconhecimento	Pesca e agricultura	P.Ipiranga	
110.365	Estimular os pescadores com uso de seu espaço da Associação de Pesca de Pontal do Ipiranga	Reconhecimento	Pesca e agricultura	P.Ipiranga	
110.373	Não conseguimos uma produção suficiente, prejudicando o rendimento.	Trabalho	Pesca e agricultura	SindCamaroeiros	
110.375	Que melhore a pesca	Trabalho	Pesca e agricultura	SindCamaroeiros	
110.376	Dragagem do Rio Jacaraípe, pois estamos ficando sem peixes.	Meio Ambiente	Pesca e agricultura	Jacaraipe	
110.383	A lama atingiu nosso pesqueiro, prejudicando nossa pesca. Com essa nova barragem para se	Gerar	Pesca e agricultura	Jacaraipe	
110.087	Peixe contaminado, queremos laudos	Segurança Alimentar	Pesca e agricultura	Fórum	
110.001	Sobre saúde das pescadoras e marisqueiras	Saúde	Saúde	MAB	
110.013	Saúde	Saúde	Saúde	MAB	
110.017	Saúde preventiva	Saúde	Saúde	MAB	
110.044	Melhores condições de saúde	Saúde	Saúde	MAB	
110.054	Chega de coceira, diarreia ou garganta inflamada	Saúde	Saúde	MAB	
110.057	Revogação da Emenda Constitucional 95 que congela os investimentos nas áreas sociais (saúde	Gerar	Saúde	MAB	
110.059	Participação do poder público da saúde nas comunidades atingidas com especialistas	Saúde	Saúde	Fórum	
110.078	Quais os ecossistemas e o grau de nocividade à saúde na comunidade de concepção da Barra	Saúde	Saúde	Fórum	
110.084	Tratamentos para alcoolismo e vícios das drogas	Saúde	Saúde	Fórum	
110.092	Posto de Saúde com médicos e atendente educados	Saúde	Saúde	BNSul	
110.097	Ambulância	Saúde	Saúde	BNSul	
110.108	Posto de saúde	Saúde	Saúde	BNSul	
110.128	Levantamento dos dados do SUS sobre o aumento do atendimento de doenças que possam ser	Saúde	Saúde	IBC	
110.129	Ampliação de hospitais	Saúde	Saúde	IBC	
110.131	Fiscalização da saúde das comunidades atingidas	Saúde	Saúde	IBC	
110.148	Melhoria da saúde em Campo Grande	Saúde	Saúde	SMilha Preta	
110.176	Precisamos de posto de saúde em Ilha Preta	Saúde	Saúde	SMilha Preta	
110.180	Melhoria da saúde	Saúde	Saúde	SMilha Preta	
110.183	Queremos posto de saúde na comunidade de São Miguel	Saúde	Saúde	SMilha Preta	
110.184	Estamos atingidos pela água com coceiras, feridas expostas, diarreia e problemas psicológicos.	Saúde	Saúde	BNSul	
110.185	Melhores condições de saúde em Barra Nova Sul	Saúde	Saúde	BNSul	
110.189	Saúde preventiva com especialista em Barra Nova Sul	Saúde	Saúde	BNSul	
110.204	Barra Nova Sul está com problemas de alergia, coceiras e feridas expostas devido a contaminaç	Saúde	Saúde	BNSul	
110.205	Melhores condições de saúde para os atingidos de Barra Nova Sul	Saúde	Saúde	BNSul	
110.209	Saúde preventiva para Barra Nova Sul	Saúde	Saúde	BNSul	
110.210	Saúde preventiva com psicólogos e especialistas para os atingidos	Saúde	Saúde	BNSul	
110.214	Saúde de qualidade em Barra Nova Sul	Saúde	Saúde	BNSul	
110.216	Hospitais públicos com educação e respeito no atendimento	Saúde	Saúde	SMilha Preta	
110.217	Ambulância em São Miguel e Ilha Preta	Saúde	Saúde	SMilha Preta	
110.221	posto de saúde em São Miguel e Ilha Preta	Saúde	Saúde	SMilha Preta	
110.226	Hospital em Guriri	Saúde	Saúde	Guriri	
110.237	Posto de Saúde equipado com ambulância em Barra Nova Sul	Saúde	Saúde	BNSul	
110.243	Solução para os danos causados a saúde da comunidade	Saúde	Saúde	SMilha Preta	
110.247	Mais atendimentos voltados para a saúde das comunidades	Saúde	Saúde	SMilha Preta	
110.251	Saúde: atendimento físico e psicológico em Barra Nova Sul - São Mateus	Saúde	Saúde	BNSul	
110.252	Quadra de esportes para a comunidade de Barra Nova Sul	Infraestrutura	Saúde	BNSul	
110.259	Ambulância para Barra Nova Sul	Saúde	Saúde	BNSul	
110.262	Chega de feridas expostas em seres humanos em Barra Nova Sul!	Saúde	Saúde	BNSul	
110.271	Psicólogos para as famílias atingidas. Problemas conjugais.	Saúde	Saúde	SindCamaroeiros	
110.276	Equipe social para atender dependentes químicos na R Oscar Paulo da Silva, fumam crack e co	Poder Público	Saúde	SindCamaroeiros	

110.277	Nos afeta em todos os sentidos, por completo: saúde, escola, moradia, alimentação, tudo!	Geral	Saúde	Sindicato
110.307	Reivindico acompanhamento em relação a saúde das pessoas atingidas e do rio também como	Saúde	Saúde	IFE
110.310	Falta de recursos para rápido atendimento médico dentro de escolas, instituições.	Infraestrutura	Saúde	IFE
110.317	Pesquisas realizadas na área da Saúde, procurando saber dos efeitos causados pelo consumo de	Saúde	Saúde	IFE
110.319	Depois do desastre o Rio ficou com uma grande concentração de alumínio, que ingerido em gra	Saúde	Saúde	IFE
110.353	Uma clínica em Guriri para as pessoas viciadas em drogas	Saúde	Saúde	Guriri
110.363	Que o poder público execute um serviço de saúde de qualidade com o posto de saúde com equi	Indenização	Saúde	P. Ipiranga
110.368	Nosso problema é na saúde: estamos esquecidos na comunidade de Barra Nova Sul	Saúde	Saúde	BNSul
110.370	Melhoria, após o rompimento da Barragem de Fundão, na saúde da Comunidade de Barra Nova	Saúde	Saúde	BNSul
110.371	Fiscalização da saúde municipal e SUS da comunidade atingida de Barra Nova Sul	Saúde	Saúde	BNSul
110.003	Proponho que seja atendida a demanda dos atingidos pela lama da Samarco	Justiça	Outros	MAB
110.004	Nossa cultura e nossas festas indígenas que hoje já não tem mais	Cultural/Lazer	Outros	MAB
110.008	Só na luta a gente resolve	Geral	Outros	MAB
110.009	O que foi a tragédia? Governo, responsabilidade	Geral	Outros	MAB
110.010	Que atenda as nossas necessidades e as nossas pautas. Quero justiça!	Justiça	Outros	MAB
110.011	Sou atingida da água.	Reconhecimento	Outros	MAB
110.014	Mudança do modo de vida	Modo de vida	Outros	MAB
110.019	Multa pesada e fechamento para a empresa que poluir o rio	Justiça	Outros	MAB
110.022	Eu quero tudo como era antes	Modo de vida	Outros	MAB
110.025	Havia fartura de tudo, sem preocupação de se alimentar, e hoje não temos mais nada até para so	Segurança Alimentar	Outros	MAB
110.026	O crime afeta a toda a população, independente da sua localização territorial devido a sua compl	Geral	Outros	MAB
110.029	A força dos atingidos é a união	Geral	Outros	MAB
110.030	Educação	Educação	Outros	MAB
110.033	Quero minha alegria	Geral	Outros	MAB
110.039	Lazer	Cultural/Lazer	Outros	MAB
110.041	Como podemos sobreviver sem a nossa vida de antes? Nossos filhos e netos como vão sobrevi	Modo de vida	Outros	MAB
110.043	Apointar uma demanda qualificada para exigir solução	Geral	Outros	MAB
110.045	Melhoria na educação	Educação	Outros	MAB
110.048	Que a Renova aprenda, se é para resolver e não para dar problemas	Justiça	Outros	MAB
110.049	Melhorias na vida do ser humano	Geral	Outros	MAB
110.050	Política popular	Geral	Outros	MAB
110.052	Propostas sobre a nossa liberdade de antes	Modo de vida	Outros	MAB
110.053	Os responsáveis pelo crime devem financiar atividades voltadas a redução dos danos e ameniz	Justiça	Outros	MAB
110.056	Auditoria na dívida pública brasileira que consome em torno de 45% do orçamento da União	Geral	Outros	MAB
110.058	Que as pesquisas não tenham vínculo com a Fundação Renova	Geral	Outros	MAB
110.062	Queremos uma solução para minha comunidade de Barra Nova Norte, atingida pela água	Água	Outros	Fórum
110.064	Licença do Super Porto	Infraestrutura	Outros	Fórum
110.067	Samarco não retornar em Anchieta	Justiça	Outros	Fórum
110.072	Queremos a participação dos atingidos na Assessoria Técnica	Reconhecimento	Outros	Fórum
110.076	Atingidos por animais contaminados	Saúde	Outros	Fórum
110.079	Queremos construir a matriz de danos com participação dos atingidos em todo o processo	Reconhecimento	Outros	Fórum
110.089	Subir nos trilhos	Geral	Outros	Fórum
110.095	Calçamento e asfalto das ruas	Infraestrutura	Outros	BNSul
110.096	Ponte para ir à São Mateus, entre Barra Nova Sul e Barra Nova Norte	Infraestrutura	Outros	BNSul
110.098	Escola para a comunidade	Educação	Outros	BNSul
110.101	Trazer melhorias para a comunidade, para o povo	Geral	Outros	BNSul
110.116	Reunião com os órgãos envolvidos na luta pelos atingidos em Conceição da Barra.	Reconhecimento	Outros	SMilha Preta
110.119	Lazer para as crianças	Cultural/Lazer	Outros	SMilha Preta
110.121	Precisamos de um Órgão competente para tratar com as comunidades e nos ajudar	Justiça	Outros	SMilha Preta
110.122	As comunidades unidas são mais fortes	Geral	Outros	SMilha Preta
110.126	Um olhar especial para os atingidos mais simples e que não entendem tantos papéis e propostas	Geral	Outros	SMilha Preta
110.139	Pesquisa nas Universidades a partir das demandas dos atingidos	Educação	Outros	IFES
110.140	Linhas de pesquisa e extensão nas universidades a partir das demandas dos atingidos.	Educação	Outros	IFES
110.142	Mais escolas	Educação	Outros	SMilha Preta
110.143	Estrada	Infraestrutura	Outros	SMilha Preta
110.144	Segurança	Geral	Outros	SMilha Preta
110.146	Fomos prejudicados em toda área social	Modo de vida	Outros	SMilha Preta
110.149	Melhoria da Estrada	Infraestrutura	Outros	SMilha Preta
110.151	Escola para as crianças	Educação	Outros	SMilha Preta
110.155	Queremos sobreviver	Modo de Vida	Outros	SMilha Preta
110.157	Menos barragens e mais revitalização das regiões ribeirinhas: com ideias de conservação e de p	Meio ambiente	Outros	SMilha Preta
110.165	Quero sobreviver e ter comida na mesa para os meus filhos.	Modo de vida	Outros	SMilha Preta
110.168	melhoria nas estradas	Infraestrutura	Outros	SMilha Preta
110.172	Fomos prejudicados em todas as áreas	Geral	Outros	SMilha Preta
110.177	Nós ribeirinhos não podemos pagar por um crime que não cometemos!	Justiça	Outros	SMilha Preta
110.178	Quem deve tem que pagar. Toma vergonha, Samarco! Somos Inocentes.	Justiça	Outros	SMilha Preta
110.181	Sou atingido pela água em São Miguel e Ilha Preta	Reconhecimento	Outros	SMilha Preta
110.186	Que as pesquisas possam organizar nossas comunidades e possa criar projetos para Barra Nov	Geral	Outros	BNSul
110.188	Melhorias na nossa comunidade Barra Nova Sul	Geral	Outros	BNSul
110.202	Reunião com os órgãos envolvidos (poder público) na luta de Barra Nova Sul	Reconhecimento	Outros	BNSul
110.215	Área/Centro de convivência	Lazer	Outros	SMilha Preta
110.219	Necessitamos que a Samarco nos dê respostas concretas sobre a questão do desastre	Justiça	Outros	SMilha Preta
110.220	Melhoria para todos na comunidade de São Miguel	Geral	Outros	SMilha Preta
110.222	Alojamento e refeitório para os Policiais Militares para atender a Operação Verão, em Guriri - ES	Infraestrutura	Outros	Guriri
110.223	Alojamento e alimentos para os Policiais Militares para atender a Operação Verão, em Guriri - E	Outros	Outros	Guriri
110.224	Dormitório para os Policiais Militares e alojamento para Guardas Patrimoniais e Guarda Vidas d	Infraestrutura	Outros	Guriri
110.225	Alojamento nos Dept. da Polícia Militar do ES, principalmente nos balneários.	Infraestrutura	Outros	Guriri
110.230	Calçamento e asfalto das ruas de Guriri	Infraestrutura	Outros	Guriri
110.235	Escola com supletivo para quem não terminou os estudos	Educação	Outros	BNSul
110.254	A ponte entre Barra Nova Sul e Barra Nova Norte irá ajudar na saúde, na educação e na seguranc	Infraestrutura	Outros	BNSul
110.257	Uma praça de lazer em Barra Nova Sul para crianças, jovens e adultos	Infraestrutura	Outros	BNSul
110.260	Escola de qualidade e supletivo para Barra Nova Sul	Educação	Outros	BNSul
110.261	Escola regular para Barra Nova Sul	Educação	Outros	BNSul
110.264	Fazer projetos na nossa comunidade	Outros	Outros	Sindicato
110.265	Queremos solução rápida para os atingidos	Indenização	Outros	Sindicato
110.272	Que todos se juntem para resolver nosso problema. Esta será a nossa solução!	Outros	Outros	Sindicato
110.274	Reparação dos danos causados com urgência	Indenização	Outros	Sindicato
110.275	Todos se unirem para não passar em branco!	Outros	Outros	Sindicato
110.278	Que eles façam o mínimo por nós: estamos cansados de sofrer com tudo isso, queremos soluçã	Justiça	Outros	Sindicato
110.279	Ampliação da escola.	Educação	Outros	SMilha Preta
110.281	Investir na recuperação	Geral	Outros	SMilha Preta
110.283	Melhorias na escola	Educação	Outros	SMilha Preta

110.286	Respeito ao ser humano	Geral	Outros	CGermanoNaumann
110.288	Agilidade e rapidez na divulgação de resultados, além de transparência	Geral	Outros	CGermanoNaumann
110.293	Aplicar a lei! A Vale não cumpre nada que foi falado!	Justiça	Outros	CGermanoNaumann
110.326	Maior participação do poder público na região afetada	Água	Outros	IFESItapina
110.337	Projeto social que atenda nossos jovens e adolescentes	Outros	Outros	P.Ipiranga
110.342	Queremos outros órgãos para pesquisar e analisar o impacto da comunidade	Justiça	Outros	P.Ipiranga
110.347	Preciso de ajuda	Geral	Outros	BNSul
110.348	Somos todos humanos, queremos nossos direitos, e a lei?	Justiça	Outros	BNSul
110.350	Não temos mais dignidade, não temos mais uma vida normal	Justiça	Modo de vida	Outros
110.352	Eu peço socorro! Estou sem saber o que fazer. Me ajudem, por favor!	Outros	Outros	BNSul
110.354	Problemas na rua 32 Norte, em frente a Escola	Outros	Outros	Guriri
110.356	Creche Vilaage Bairro São Mateus	Educação	Outros	Guriri
110.357	Calçamento urgente!	Infraestrutura	Outros	Guriri
110.367	O bem da população	Geral	Outros	S.Milha Preta
110.369	Mais momentos de discussão sobre o rompimento da barragem de Fundão, com presença de A:	Outros	Outros	BNSul
110.372	Mudou todo modo de vida, trazendo a "desunião" dos moradores e o abandono de suas culturas	Geral	Outros	BNSul
110.378	Qual a utilidade dessas barragens? Porque não acabam com elas?	Meio Ambiente	Outros	Jacaraípe
110.379	O que está se fazendo sobre essa barragem que está para se romper?	Poder Público	Outros	Jacaraípe
110.382	Que os órgãos responsáveis nos dê uma resposta o quanto antes	Justiça	Outros	Jacaraípe
110.358	Uma sede para a AMIGU - Associação de Moradores de Balneário de Guriri	Infraestrutura	Outros	Guriri